



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO

CARINA KAISER MIRANDA DA SILVA

**PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE COLEÇÕES**  
**MUSEU UNIVERSITÁRIO DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA UFRGS**



PORTO ALEGRE

2019

CARINA KAISER MIRANDA DA SILVA

**PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE COLEÇÕES  
MUSEU UNIVERSITÁRIO DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA UFRGS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Museologia e Patrimônio da FABICO/UFRGS.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dra. Letícia Julião

**Coorientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dra. Fernanda Carvalho de  
Albuquerque.

PORTO ALEGRE

2019

CARINA KAISER MIRANDA DA SILVA  
PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE COLEÇÕES  
MUSEU UNIVERSITÁRIO DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA UFRGS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em Museologia e Patrimônio da  
FABICO/UFRGS.

Aprovado em:  
BANCA EXAMINADORA:

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Leticia Julião - UFMG  
Orientadora

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Fernanda Carvalho de Albuquerque – UFRGS  
Coorientadora

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Giane Vargas Escobar - UNIPAMPA  
Examinadora

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Ana Carolina Gelmini de Faria - UFRGS  
Examinadora

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Zita Rosane Possamai – UFRGS  
Examinadora

---

#### CIP - Catalogação na Publicação

Kaiser Miranda Silva, Carina  
PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE COLEÇÕES MUSEU  
UNIVERSITÁRIO DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA UFRGS /  
Carina Kaiser Miranda Silva. -- 2019.  
140 f.  
Orientador: Leticia Julião.

Coorientador: Fernanda Carvalho de Albuquerque.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Patrimônio Científico. 2. Patrimônio Universitário. 3. Museologia. 4. Museu Universitário de Arqueologia e Etnologia da UFRGS. I. Julião, Leticia, orient. II. Carvalho de Albuquerque, Fernanda, coorient. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

---

**Dedicatória**

*Este trabalho é dedicado a todos aqueles estudantes, professores, servidores e terceirizados  
que acreditam e lutam pela educação pública, gratuita e de qualidade para todo o país.*

---

**Epígrafe**

*Para criar é preciso que sejamos capazes de nos sensibilizar. A criatividade é a capacidade de ser sensível a tudo que nos cerca, a escolher em meio a centenas de possibilidades de pensamento, sentimento, ação e reação, e a reunir tudo isso numa mensagem, expressão ou reação inigualável que transmite ímpeto, paixão e determinação [...] (ESTÉS, 1992, p. 360).*

*Clarissa Pinkola Estés, Mulheres que correm com os lobos.*

## AGRADECIMENTOS

Sei que por vezes os agradecimentos acabam sendo breves, mas gostaria que eles pudessem dar a devida dimensão do apoio, em diversos âmbitos, que recebi.

Inicialmente, agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que foi literalmente a minha casa durante a graduação e na pós-graduação, me proporcionando subsídios para que eu pudesse dedicar-me a esta pesquisa instaurada não apenas no processo científico, mas também na minha construção enquanto um ser social. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa concedida, indispensável para que eu realizasse o mestrado.

À oportunidade de ter ingressado no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da UFRGS (PPGMUSPA). Em especial, ao corpo docente presente na época do meu ingresso pela coragem na criação do programa e confiança depositada na primeira turma de mestrado. Pela oportunidade de ter sido representante discente do curso, podendo visualizar um pouco dos bastidores da sala de aula. Às professoras Dra. Márcia Bertotto e Dra. Jeniffer Cuty pelas trocas e autonomia concedida durante o estágio docente na disciplina de Museologia e Teoria do Objeto.

À minha orientadora, Dra. Letícia Julião, e coorientadora, Dra. Fernanda Carvalho de Albuquerque, que sempre acreditaram no potencial da minha pesquisa, encorajando-me nas orientações, mesmo diante das adversidades tecnológicas e dos desafios oriundos dos diferentes campos de conhecimento que acabaram convergindo nesta pesquisa. Obrigada pelo aceite nesta empreitada.

Agradeço aos meus colegas da primeira turma do PPGMUSPA Aline, Amanda, Fernanda, Vitor, Alexandre, Miriam, Letícia, Kalis e Lilian pelas conversas, parcerias e cafés durante os semestres.

Ao corpo técnico dos locais de pesquisa que percorri durante estes dois anos de pesquisa, sempre muito prestativos: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Museu do Colégio Anchieta, Instituto Anchietano de Pesquisas (IAP), Núcleo de Pesquisa em História (NPH), Direção do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), e ao Setor do Patrimônio Histórico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SPH-UFRGS).

Agradeço especialmente à professora Sílvia Moehlecke Copé, que colaborou incansavelmente com a pesquisa e me acolheu nas diversas conversas sobre o museu. À professora Gislene Monticelli, do Laboratório de Pesquisa Arqueológica da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul LPA/PUCRS, pelo auxílio nas demandas solicitadas. À professora Lizete Dias de Oliveira por conceder-me entrevista e pela sua generosidade em mostrar-se disponível para auxiliar na pesquisa. Aos professores Pedro Ignácio Schmitz (Instituto Anchieta de Pesquisas - IAP), José Otávio Catafesto (Laboratório de Arqueologia e Etnologia da UFRGS) e Sérgio Baptista da Silva, coordenador, à época, do Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais, pelas entrevistas concedidas.

À minha família, em especial à minha mãe, Clari, meu pai, Eliano, e irmã, Cristina, por acreditarem comigo nesta meta de encarar o mestrado e apoiarem minhas ideias, nem sempre tão boas. Ao restante da família, em especial às minhas primas Bianca, Talita e Priscila e também às minhas queridas Amélia, Liana e Janina.

Às minhas amigas de longa e curta data que estiveram comigo nesse processo tão conflituoso: Mislaine, Amália, Angela, Camila, Simone, Thais, Mariana, Ariane, Ana Cláudia, Arlete e tantas outras também especiais, que me apoiaram nesta caminhada.

E por fim, às professoras doutoras Ana Carolina Gelmini de Faria, Adriana Schmidt Dias, Zita Rosane Possamai e Giane Vargas Escobar pelos importantes apontamentos nas bancas de qualificação e defesa da pesquisa.



## RESUMO

Esta pesquisa busca compreender a criação do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (MUAE/UFRGS). Investiga o processo de formação de suas coleções no âmbito da Universidade e suas imbricações com as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Procura identificar pressupostos que orientaram essa institucionalização: sua vocação/missão na perspectiva universitária; os objetivos e as estratégias que conduziram o Núcleo de Pesquisa em Arqueologia (NuPARq) e o Laboratório de Arqueologia e Etnologia (LAE) a propor a criação do Museu. A metodologia, de caráter qualitativo, previu o desenvolvimento de pesquisa documental e a realização de entrevistas semiestruturadas com antigos e atuais professores, o que permitiu verificar de que forma as ações de docentes e dos núcleos de pesquisa organizaram-se e articularam-se para qualificar e promover o patrimônio científico e cultural da Universidade, compreendendo, assim, a necessidade da inserção de uma equipe multidisciplinar para que o Museu pudesse dar prosseguimento em sua atuação, bem como a necessidade de fortalecimento junto dos núcleos que o compõem.

**Palavras-chave:** Arqueologia. Etnologia. Museu Universitário de Arqueologia e Etnologia da UFRGS. Museologia. Patrimônio Universitário. Patrimônio Científico.

## ABSTRACT

This research intends to understand the creation of the Museu de Arqueologia e Etnologia of Rio Grande do Sul (MUAE / UFRGS). It investigates the formation process of its collections within the University, and its imbrications with teaching, research and extension activities. It seeks to identify the assumptions that guided this institutionalization: its vocation / mission in the university perspective; the objectives and the strategies that led the Núcleo de Pesquisa Arqueológica (NuPARq) and Laboratório de Arqueologia e Etnologia (LAE) to propose the Museum creation. The qualitative methodology foresees the development of documentary research and semi-structured interviews with old and current professors, which allowed us to verify how the actions of teachers and research centers organized and articulated themselves in order to qualify and promote the scientific and cultural heritage of the University. This research understands the need to insert a multidisciplinary team so that the Museum can continue its performance, as well as the need for strengthening with the nucleus that make up.

**Keywords:** Archeology. Ethnology. Museu Universitário de Arqueologia e Etnologia da UFRGS. University Heritage. Museology. Scientific Heritage.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|   |    |
|---|----|
| Imagem 1 - Páginas dos diários de classe da Cátedra de História expostos no corredor das salas dos gabinetes dos professores do curso de História e Antropologia..... | 31 |
| Imagem 2 - Galpões do Campus Centro Quarteirões 1 e 2, onde ficaram armazenados os acervos de Arqueologia da UFRGS antes da mudança para o Campus do Vale.....        | 44 |
| Imagem 3 - Cartaz da Exposição Cerâmica e Arqueologia, 1986.....  | 47 |
| Imagem 4 - Abertura com os participantes do curso, da direita para a esquerda Schmitz, Maria Andréa Loyola, Marilete Costa, Brochado e demais participantes .....     | 49 |
| Imagem 5 - Mapa com as regiões e pesquisadores do PRONAPA. ....   | 50 |
| Imagem 6 - Diários de campo do professor José Joaquim Proenza Brochado durante o período de pesquisas do PRONAPA .....  | 52 |
| Imagem 7 - Caixa com material referente a pesquisas realizadas em 1973 .....  | 55 |
| Imagem 8 - Algumas urnas e vasilhames presentes no acervo do LAE.....   | 57 |
| Imagem 9 - Cestarias sem procedência coletadas por Balduino Rambo. Sala do LAE (esquerda) e sala do MUAE (direita).....   | 58 |
| Imagem 10 - Laboratório de pesquisa e reserva técnica do NuParq .....   | 64 |
| Imagem 11 - Roda de conversa entre estudantes e indígenas sob coordenação do professor Catafesto, LAE, 2015 .....   | 72 |
| Imagem 12 - Layout da sala do LAE.....  | 73 |
| Imagem 13 - Reserva técnica do LAE.....   | 74 |
| Imagem 14 - Atual sala do NIT contendo acervos tridimensionais e bibliográficos .....   | 77 |
| Imagem: 15 Peças etnológicas do LAE.....  | 82 |
| Imagem 16 - Preparação das vitrines para a montagem da exposição .....  | 89 |
| Imagem 17 - Vitrines lado esquerdo (tradições <i>Taquara e Umbu</i> ) e fundo (sambaquis) da exposição .....  | 95 |
| Imagem 18 - Vitrine lado direito (tradições <i>Taquara e Umbu</i> ) e fundo ( <i>Kaigang</i> ) da exposição .....   | 95 |
| Imagem 19 - Vitrines grupos <i>Guarani</i> .....  | 96 |
| Imagem 20 - Fundos da exposição cerâmica e urnas funerárias .....   | 96 |

|   |     |
|---|-----|
| Imagem 21 - Convite da abertura da exposição .....  | 97  |
| Imagem 22 - Abertura da exposição com discurso do diretor do IFCH.....  | 97  |
| Imagem 23 - Sala atual do MUAE .....  | 102 |
| Imagem 24 - Separata do relatório do PRONAPA 1967-1968, p. 60-61. Mostra de fragmentos encontrados pelo prof. José Joaquim Proenza Brochado ..... | 109 |

## LISTA DE QUADROS

|  |    |
|--|----|
| Quadro 1 - Resumo dos relatórios do Prof. Brochado durante pesquisa para PRONAPA ..... | 54 |
| Quadro 2 - Projetos dos Professores Brochado e Schmitz inscritos no IPHAN.....         | 59 |
| Quadro 3 - Resumo dos sítios que constam no arrolamento do núcleo.....                 | 66 |
| Quadro 4 - Lista de projetos que constam no IPHAN.....                                 | 67 |
| Continuação: Quadro 4 - Lista de projetos que constam no IPHAN.....                    | 68 |
| Continuação Quadro 4 - Lista de projetos que constam no IPHAN.....                     | 69 |
| Quadro 5 - Projetos de pesquisa com endosso institucional do LAE.....                  | 75 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

C&T - Ciência e Tecnologia  
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CEME – Centro de Memória do Esporte  
CEPA- Centro de Pesquisas Arqueológicas  
CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
COMANA - Conselho Nacional do Meio Ambiente  
CONSUNI - Conselho da Unidade  
DE - Dedicção Exclusiva  
ESEFID - Escola de Educação Física e Dança da UFRGS  
FACED - Faculdade de Educação  
FAMED - Faculdade de Medicina  
FAPERGS - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul  
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus  
ICOM - International Council of Museums  
IFCH - Instituto de Ciências Humanas  
IFCH - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
IHGRS - Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul  
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
LA - Laboratório de Arqueologia  
LPA/PUCRS- Laboratório de Pesquisa Arqueológica da Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul  
MAE-USP – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo  
MARS - Museu Antropológico do Rio Grande do Sul  
MARSUL - Museu de Arqueologia do Rio Grande do Sul  
MAST – Museu de Astronomia e Ciências Afins  
MCT-PUCRS- Museu de Ciência e Tecnologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
MINC - Ministério da Cultura  
MMA - Ministério do Meio Ambiente  
MUAE – Museu Universitário de Arqueologia e Etnologia  
MUCIN – Museu de Ciências Naturais  
NIT – Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas Tradicionais

NPH – Núcleo de Pesquisa em História  
NuParq – Núcleo de Pesquisa em Arqueologia  
PIBIQ - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica  
PPGAS - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social  
PRONAPA - Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas  
PRONAPABA - Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica  
PROPESQ - Pró-Reitoria de Pesquisa  
PUC – Pontifícia Universidade Católica  
REMAM – Rede de Museus e Acervos Museológicos  
SABI - Sistema de Bibliotecas da UFRGS  
SEBRAMUS - Seminário Brasileiro de Museologia  
SEM - Sistema Estadual de Museus  
SPH - Setor do Patrimônio Histórico da UFRGS  
SPHAN - Setor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
SUINFRA – Superintendência de Infraestrutura  
UC – Universidade de Coimbra  
UFBA – Universidade Federal da Bahia  
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais  
UFPEL - Universidade Federal de Pelotas  
UFPR - Universidade Federal do Paraná  
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria  
UMAC – International Council of Museums Committee for University Museums and Collections  
UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos  
UPA – Universidade de Porto Alegre  
URGS – Universidade do Rio Grande do Sul  
USP - Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

|  |            |
|--|------------|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b> .....  | <b>17</b>  |
| <b>2 CONFORMAÇÕES DA ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA NA UFRGS: OS PROFESSORES CATEDRÁTICOS</b> .....  | <b>26</b>  |
| 2.1 Os estudos de Antropologia.....  | 27         |
| 2.2 Os estudos de Arqueologia.....   | 33         |
| 2.3 Os professores catedráticos .....  | 36         |
| 2.4 A primeira fase de formação dos acervos do MUAE: o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) e o Laboratório de Arqueologia (LA) na UFRGS ..... | 41         |
| <b>3 NOVA GERAÇÃO DE PESQUISADORES E NÚCLEOS DE PESQUISA DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA</b> .....   | <b>61</b>  |
| 3.1 O Núcleo de Pesquisa Arqueológica da UFRGS (NuPArq) .....  | 62         |
| 3.2 O Laboratório de Arqueologia e Etnologia da UFRGS (LAE) .....  | 69         |
| 3.3 Conexões Acadêmicas: campos de conhecimento, núcleos de pesquisa e professores.....  | 78         |
| <b>4 A CRIAÇÃO DO MUAE E OS IMPASSES DA MUSEALIZAÇÃO</b> .....   | <b>83</b>  |
| 4.1 A institucionalização do MUAE.....   | 84         |
| 4.2 A exposição como fato fundador do MUAE.....  | 88         |
| 4.3 Pulverizações de acervos .....   | 103        |
| 4.4 Fragilidades, potencialidades e novas perspectivas.....  | 107        |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....  | <b>120</b> |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....   | <b>124</b> |
| <b>ANEXO</b> .....   | <b>132</b> |
| <b>ANEXO A - Manifesto em defesa da permanência dos acervos arqueológicos no IFCH/UFRGS</b> .....  | <b>133</b> |
| <b>APÊNDICES</b> .....   | <b>136</b> |
| <b>APÊNDICE A - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO USO DA ENTREVISTA</b> .....  | <b>137</b> |
| <b>APÊNDICE B - ROTEIROS DE ENTREVISTAS FORMAÇÃO DE COLEÇÕES E MUSEALIZAÇÃO NO MUSEU UNIVERSITÁRIO DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA UFRGS.</b> .....                | <b>139</b> |



## 1 INTRODUÇÃO

As universidades são polos que acumulam coleções que apresentam a singularidade de serem constituídas para servir ao ensino, à pesquisa e à extensão. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) articula esses acervos por meio da Rede de Museus e Acervos Museológicos (REMAM), da qual participam vinte e nove espaços membros<sup>1</sup>, que comportam conjuntos arquivísticos, bibliográficos e museológicos. Do ponto de vista tipológico, os acervos dos espaços da REMAM podem ser classificados como de imagem e som, artes visuais, ciência e tecnologia, ciências naturais, história natural, históricos, arqueológicos e antropológicos. Convém assinalar a existência também de acervos digitais ou digitalizados nestes espaços.

Várias dessas coleções foram formadas para atender a demandas de pesquisa e ensino, abrangendo grande diversidade de objetos, a exemplo de espécimes, modelos anatômicos humanos, obras de arte, fotografias, vídeos, entre outros, dependendo da tipologia de cada espaço. Muitos destes acervos estão sediados em prédios históricos, o que evidencia a importância do patrimônio arquitetônico da UFRGS.

Minha aproximação com o patrimônio universitário deu-se em 2012 ao ingressar no curso de Museologia da UFRGS. Fui bolsista do Centro de Memória do Esporte (CEME), participei do projeto Alices, Gestão do Acervo das Artistas Alice Bruegmann e Alice Soares, pertencente à UFRGS e, ainda, realizei mobilidade acadêmica no Museu da Ciência da Universidade de Coimbra, onde trabalhei com a Coleção Etnográfica. Nesse trajeto, pude observar que as potencialidades do patrimônio universitário ainda não são vistas como deveriam pelas universidades e pela sociedade. E que há ainda diversas dificuldades para ações de salvaguarda, pesquisa e comunicação desses acervos.

Quando iniciei o processo de pesquisa para a dissertação, tinha como tema inicial a curadoria dos espaços de memória universitária da UFRGS. Para articular esse tema era

---

<sup>1</sup> São espaços membros da REMAM: Observatório Astronômico da UFRGS, Museu da Genética, Museu da Informática, Museu de Mineralogia e Petrologia Luiz Englert, Museu do Motor, Museu de Topografia Professor Laureano Ibrahim Chaffer, Museu Cláudio Job, MUCIN, MUAE, Museu de Paleontologia, Herbário do Antigo Instituto de Ciências Naturais, Acervo Museológico dos Laboratórios do Ensino de Física, CEME, Pinacoteca Barão de Santo Ângelo, Arquivo Histórico do Instituto de Artes, Planetário Professor José Baptista, Museu da UFRGS, Acervo Histórico da SUINFRA, Setor de Patrimônio Histórico, Museu do Sintetizador, Memorial da Imigração Japonesa da UFRGS, NPH, Arquivo Setorial da Faculdade de Farmácia, Museu da Moda e Textil, Memorial FAMED e Museu do Instituto de Química.

necessário um longo processo de pesquisa em cada um dos espaços, premissa extensa, tendo em vista que muitos espaços ainda não possuem um histórico descrito. Sendo assim, optei por afinar o recorte para a análise de quatro tipologias diferentes de acervos universitários e, posteriormente, para apenas um, intitulado como museu universitário.

A escolha se deu principalmente em função da afinidade com a temática dos acervos que versam sobre a Antropologia e também pelo ineditismo em publicações que abordassem o MUAE. Por isso, busquei compreender como ocorreu a formação das coleções do Museu, composto por coleções arqueológicas e etnológicas. Assim, esta pesquisa tem como objeto de estudo o Museu Universitário de Arqueologia e Etnologia da UFRGS (MUAE). A escolha do espaço justifica-se tanto pela relevância de suas coleções, em âmbito regional, nacional e mundial, quanto pelas conexões do processo de formação e institucionalização desse acervo com os contextos de delineamento acadêmico-institucional de cursos e disciplinas de áreas como a História, Arqueologia e Antropologia na UFRGS.

Por decisão da Congregação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH)<sup>2</sup>, o MUAE foi criado em 31 de outubro de 1995, vinculado aos departamentos de História e Antropologia, tendo à frente a arqueóloga Silvia Mohelecke Copé e posteriormente a participação do antropólogo Sérgio Baptista da Silva. Em 1997, uma parceria entre o Núcleo de Pesquisa em História (NuPARq) e o Laboratório de Arqueologia e Etnologia (LAE) viabilizou a exposição *Sociedades indígenas do RS: 10.000 anos de História*, evento que marcou a inauguração do MUAE. Embora possuam suas especificidades, uma vez que estão vinculados a áreas de conhecimento distintas, os dois núcleos de pesquisa - NuPARq e LAE - se articularam, nesse primeiro momento, para institucionalizar um espaço de divulgação do conhecimento e de salvaguarda das coleções, materializando-se no formato e na linguagem de uma exposição.

Ao longo de sua existência, o MUAE tem se mantido em uma exígua sala, cuja exposição sofreu poucas alterações e hoje encontra-se fechada ao público por diversos motivos que serão abordados nesta dissertação. De outra parte, volume expressivo do acervo de Arqueologia e algumas peças de Etnologia permanecem armazenados nos laboratórios dos núcleos de pesquisa, com documentação museológica superficial e acondicionamento inadequado.

---

<sup>2</sup> O Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) possui o Conselho da Unidade, que realiza assembleias em que são avaliadas e deliberadas questões referentes aos departamentos e cursos que dele fazem parte. Mais informações em: <http://www.ufrgs.br/ifch/index.php?formulario=institucional&metodo=0&id=4>.

A situação do MUAE não difere do cenário vulnerável do patrimônio científico universitário, assim como analisado por Lourenço, que diz ser comum observar a negligência das políticas públicas, que ignoram o valor das coleções e objetos que cercam a vida universitária (LOURENÇO, 2009). Segundo a autora, é uma categoria de patrimônio complexa, porque se delinea juntamente com a definição do que é ciência. Os objetos raramente são reconhecidos como fonte de pesquisa, sendo “[...] geralmente considerados pelo seu valor intrínseco e raramente como documento pela história da ciência” (LOURENÇO, 2009, p. 51).

Essa condição vulnerável do acervo em questão é recorrente em diversas tipologias de coleções universitárias. Uma vez encerradas as pesquisas acadêmicas, as coleções caem em desuso e esquecimento, permanecendo no limbo, dispostas em laboratórios e corredores dos departamentos. É preciso considerar também que esses acervos estão sujeitos às mudanças políticas e acadêmicas na Universidade, ainda que haja previsão legal para a sua proteção, como no caso dos acervos arqueológicos, que são considerados bens da União e fiscalizados pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Compreende-se que a produção científica acerca da Museologia, no Brasil, vem aumentando consideravelmente. No entanto, há ainda pouca produção no que tange aos espaços de memória universitária, principalmente aos da UFRGS. Sendo assim, o impacto social desta pesquisa deve resultar na ampliação da produção científica sobre os museus universitários e na visibilidade destes acervos, em especial os que compõem o MUAE. Com isso, pretende-se reforçar o entendimento de que o patrimônio universitário é de extrema importância para historicizar e legitimar os processos de produção do conhecimento científico, embora, muitas vezes, não seja reconhecida a sua potencialidade museológica, sendo deixado de lado em meio às demandas da universidade.

Para a realização deste trabalho, foi realizado um levantamento bibliográfico, na base de dados do Sistema de Bibliotecas na UFRGS (SABI), principal fonte de busca de publicações da Universidade, no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e em outras plataformas de divulgação científica, sendo identificadas contribuições direcionadas para a temática “museus universitários”.

Na perspectiva do patrimônio da UFRGS, predominam as contribuições que tratam da gestão de espaços de memória e da relação entre a Universidade e seu patrimônio edificado ou

arquivístico, como mostram as publicações tratadas abaixo, em sua grande maioria desenvolvidas entre os anos de 2009 e 2016.

Essas contribuições abordam distintos aspectos do patrimônio, como a gestão de coleções de acervos de ciências naturais na UFRGS, a exemplo do Museu de Paleontologia da UFRGS<sup>3</sup> e do Herbário<sup>4</sup>. Patrimônio arquitetônico e as práticas da Universidade para sua salvaguarda e comunicação<sup>5</sup> e também atividades do Setor do Patrimônio Histórico e os processos de identidade e restauro<sup>6</sup>, educação patrimonial desenvolvida pelo setor<sup>7</sup>, acessibilidade em edificações históricas<sup>8</sup> e evolução urbana na região central do campus<sup>9</sup>.

Há também pesquisas que discutem a comunicação dos acervos na Universidade<sup>10 11</sup>, assim como as que abordam os seus espaços de memória<sup>13</sup>, identificando suas

<sup>3</sup> SILVA, Sibebe Barbosa da. **A Paleontologia em uma Perspectiva Museal**: Um olhar sobre a gestão de acervos paleontológicos na dinâmica do Museu de Paleontologia Irajá Daminani Pinto, Instituto de Geociências, UFRGS. Porto Alegre. 2014. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000953186&loc=2015&l=39d967aa01e0bd77>. Acesso em: jul. 2018.

<sup>4</sup> PICININNI, Sonia Maria. **Redes de colaboração e patrimônio de C&T**: o papel do ICN da UFRGS na transmissão e preservação de valores e práticas científicas. Dissertação. La Salle. Dissertação. Canoas. 2015. 77p. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/patrimoniohistorico/wp-content/uploads/2016/06/Herb%C3%A1rio-ICN-da-UFRGS.pdf>. Acesso em: 16. jul. 2018.

<sup>5</sup> CARVALHO, Clarissa de Souza. **Práticas discursivas de preservação do patrimônio histórico e cultural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1998-2008)**. Trabalho de conclusão (Bacharelado em História), UFRGS. Porto Alegre, 2010.

<sup>6</sup> ÊFROM, Bianca. **A identidade e a marca da Secretaria do Patrimônio Histórico da UFRGS**. Dissertação. UFRGS. Porto Alegre, 2010. Acesso em: 16 de jul. de 2018. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/26393/000757574.pdf?sequence=1>. Acesso em 21 de mar. 2018.

<sup>7</sup> FERRUGEM, Isabel Cristina Francioni. **Educação, Patrimônio e Ludicidade**: a experiência educativa do Setor do Patrimônio Histórico a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SPH/UFRGS). UFRGS, Porto Alegre. 2015. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000987215&loc=2016&l=b4a96a1092565ed8>. Acesso em: 16 de jul. 2018.

<sup>8</sup> MARTINS, Flávia Possebon. **Acessibilidade nos prédios históricos da UFRGS**: Estudo nas áreas coletivas do Instituto Eletrotécnico. UFRGS, 2013. Porto Alegre. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000914844&loc=2014&l=14ab5584af612b4f>. Acesso em: 16 de jul. de 2018.

<sup>9</sup> TONIOLI, Renata Manara. **Cidade e Universidade**: Arquitetura e configuração urbana do Campus Centro da UFRGS. Porto Alegre. 2014. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000931052&loc=2014&l=85c7fee84c1732cf>. Acesso em: 16 de jul. de 2018.

<sup>10</sup> VARGAS, Maria Eduarda Silva de. **Uma proposta para o Arquivo da Faculdade de Educação/UFRGS**. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000871386&loc=2013&l=a3dd78de7a453c6d>. Acesso em: 16 de jul. de 2018.

<sup>11</sup> COSTA, Janise Silva Borges da. **Preservação da memória da Rádio UFRGS**: Vozes que contam, cantam e encantam. Porto Alegre. 2009. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000730177&loc=2010&l=04d49237e80dcf03>. Acesso em: 16 de jul. de 2018.

especificidades. Ainda existe a produção de alguns catálogos sobre acervos da Universidade, que são importantes materiais de informação dos mesmos. Por exemplo, o *Catálogo de Atividades MUCIN 2018*<sup>14</sup> (Museu de Ciências Naturais), o *Guia do Centro de Memória do Esporte da UFRGS 2015*<sup>15</sup> e catálogos gerais da Pinacoteca Barão de Santo Ângelo<sup>16</sup>.

Através do levantamento realizado, notamos um crescimento no número de publicações sobre o patrimônio universitário na primeira década dos anos 2000. Vale destacar, aqui, que o curso de Museologia foi criado na UFRGS em 2008. Fato que deve ter contribuído para o fomento das discussões sobre a temática dentro da academia, repensando o patrimônio da universidade por meio de trabalhos de conclusão de curso e, posteriormente, nas dissertações, a partir de 2019, com o Mestrado em Museologia e Patrimônio da UFRGS. Também percebemos que, independentemente da formação desses pesquisadores, há uma preocupação em relacionar as suas pesquisas para contribuir e ser aplicável à universidade, seja buscando diretrizes, organizando um levantamento histórico e/ou tensionando proposições acerca de salvaguarda do patrimônio.

Já em relação ao ponto de vista teórico, esta dissertação amparou-se nas contribuições da Museologia, como pesquisas sobre museus universitários e coleções. Alguns autores têm sido recorrentemente citados em publicações que reúnem artigos dedicados, em grande parte, a estudos de caso. Podemos observar que, como nas publicações referentes aos espaços da UFRGS, são publicações que buscam identificar os acervos das universidades, primeiro passo para que seja possível problematizar ações museológicas realizadas nas instituições.

Importantes trabalhos abordam a especificidade do museu universitário, particularmente os desafios que enfrentam na estrutura das Universidades (SANTOS, 2006), e seu vínculo com o tripé ensino, pesquisa e extensão, princípios que regem a estrutura acadêmica (BRUNO, 1997; CERÁVOLO, 2015; RIBEIRO, 2013). Assim como também

---

<sup>12</sup> LEITZKE Maria Cristina Padilha. **Curadorias compartilhadas:** Um estudo sobre as exposições realizadas no Museu da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2002-2009). UFRGS. Porto Alegre. 2012. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/40485/000828910.pdf?sequence=1>. Acesso em: 16 de jul. de 2018.

<sup>13</sup> CUTY, Jeniffer. **Museus universitários em rede:** do ethos de saberes ao habitus de compartilhar conhecimento com a sociedade. Argentina, 2011. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10273.pdf>. Acesso em: jul. de 2018.

<sup>14</sup> **Catálogo de Atividades MUCIN 2018** Disponível em: <https://www.ufrgs.br/mucin/wp-content/uploads/2018/04/Catalogo-20181.pdf>. Acesso em: jul. de 2018.

<sup>15</sup> **Guia do Centro de Memória do Esporte da UFRGS 2015** Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000964306&loc=2015&l=7cb4223657feb622>. Acesso em: jul. 2018.

<sup>16</sup> **Pinacoteca Barão de Santo Ângelo.** Disponível em: [https://issuu.com/difusaoddc/docs/catalogopbsa\\_volume\\_i](https://issuu.com/difusaoddc/docs/catalogopbsa_volume_i). Acesso em: jul. 2018.

discutem a perspectiva da musealização e da musealização em rede (JULIÃO, 2015; RUSSIO, 1981), da estrutura do campo científico e suas relações internas e externas à Universidade (BOURDIEU, 1997) e as conformações das disciplinas para a criação dos cursos (TEIXEIRA, 2006).

Na discussão sobre o patrimônio universitário internacional, destacam-se autores como Lourenço (2009), que opera com uma categorização dos acervos universitários e reforça a avaliação de que o patrimônio é ignorado pelas políticas nacionais, questão que, a seu ver, decorre da dificuldade na própria conceituação de ciência. Já Semedo e Silva (2005) refletem sobre a reinvenção da ciência universitária de museus, e Vidal (2007) retrata a dispersão das coleções no ensino, fator comum nos espaços da universidade, bem como no museu estudado nesta pesquisa. Ferriot (2004) analisa a perspectiva de entendimento do museu e da universidade, sendo que esses dialogam em uma linguagem comum, como locais dinâmicos para produção e transmissão de conhecimento.

Embora a pesquisa não ressoe no aspecto de redes internacionais do patrimônio universitário, é importante destacar a atuação do *International Committee for University (UMAC)*, criado em 2000 e vinculado ao *International Council of Museums (ICOM)*, compreendido como um fórum direcionado a pesquisadores e trabalhadores de museus, galerias e coleções, jardins acadêmicos, com o intuito de estabelecer canais de comunicação entre seus membros e debater questões do campo do patrimônio universitário. O *UMAC* tem divulgado várias publicações e organizado eventos que propiciam a discussão do tema.

Tal como a produção nacional, as contribuições internacionais têm auxiliado na compreensão do MUAE em um cenário mais amplo, no qual se colocam desafios que são específicos dos museus universitários. A pesquisa do MUAE também é tributária do esforço desses autores em categorizar os acervos universitários a partir dos usos acadêmicos.

Sobre o patrimônio arqueológico e etnográfico e sua musealização - tipologia de acervo com a qual a pesquisa opera - é possível observar também uma produção acadêmica crescente, que se dedica a problematizar o lugar que estes acervos ocupam dentro da sociedade e como são incorporados pelos museus. Grupioni (2008) destaca os enfrentamentos e esquecimentos das exposições antropológicas e Vasconcelos (2012), o lugar que ocupam as coleções arqueológicas nos museus.

Bruno (1996) analisa os estudos da musealização de acervos na Arqueologia, como o citado, que ressalta aspectos da historicidade do fenômeno museu, os conceitos e a trajetória

destas instituições e os processos de musealização. Sobre formação de acervos a partir das atividades acadêmicas, Fleming e Florenzano (2011) trazem um panorama histórico do Museu de Arqueologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP), da formação das coleções, seus acervos, aspectos da inserção do programa de pós-graduação na universidade e as pesquisas que influenciaram a criação do museu.

Wichers (2010)<sup>17</sup> problematiza o distanciamento da Arqueologia e da Museologia, fazendo uma análise na contemporaneidade dos discursos expográficos de acervos arqueológicos, e Ribeiro (2013) tensiona questões da aproximação da Arqueologia com a sociedade, utilizando a metodologia de diagnóstico museológico no museu.

Todos esses trabalhos abordam as peculiaridades das instituições universitárias museais ou com interface museal, contribuindo para as reflexões de cunho teórico da pesquisa. Embora seja inegável que o conhecimento sobre o patrimônio e os museus universitários tenha avançado nos últimos anos no Brasil, ainda há muito para ser investigado e conhecido, especialmente no que se refere aos museus da UFRGS. Particularmente, vale destacar que são poucos os estudos sobre os demais espaços da academia sob o prisma da história da criação desses museus, dos processos de formação e uso de suas coleções. É nessa lacuna que se insere a proposta desta pesquisa, o que justifica dar prosseguimento à investigação sobre o patrimônio científico na universidade.

Neste contexto de incertezas, a ausência de uma política nacional de preservação do patrimônio universitário, que assegure continuidade às iniciativas de salvaguarda, tem colocado em risco importantes coleções, documentos da cultura e da ciência no país. Com base nessas considerações, o problema desta dissertação direciona-se a investigar o processo de criação do MUAE no contexto acadêmico institucional da UFRGS. Especificamente, se quer compreender, na perspectiva das atividades acadêmicas, como se formaram as coleções juntamente aos respectivos núcleos e quais as razões para a criação do museu e, conseqüente, musealização dessas coleções.

Assim, o objetivo principal da pesquisa é compreender os processos de formação das coleções universitárias do MUAE, analisando suas articulações com o ensino, pesquisa e extensão, tanto quanto com as ações próprias do processo de institucionalização e musealização. Os objetivos específicos são: a) Identificar os pressupostos, as práticas e os principais agentes responsáveis pela coleta dos artefatos arqueológicos e etnográficos no

---

<sup>17</sup> Tese intitulada *Museus e Antropofagia do Patrimônio Arqueológico. (Des) caminhos da prática brasileira.*

contexto universitário; b) Analisar o contexto histórico-institucional no qual foi criado o MUAE, observando a convergência de propósitos dos núcleos NuParq e LAE; e c) Investigar as operações que foram implementadas pelo MUAE a fim de inserir-se perante os debates museológicos.

Dessa forma, problematizar o espaço que o MUAE ocupa na Universidade e na sociedade implica compreender os pressupostos que orientaram o pensamento científico dos campos da Arqueologia e Antropologia e suas intersecções com a Museologia. Para desenvolver a pesquisa, foi necessário, portanto, adentrar nos processos de afirmação de ambas as disciplinas na UFRGS, assim como compreender o significado da institucionalização do Museu nesses processos.

Para o desenvolvimento da metodologia, foi realizada uma análise histórico-documental em arquivos administrativos da instituição de ensino, referente à criação do MUAE, projetos de pesquisa e às atividades de laboratórios que sustentaram as coletas de acervos, da criação dos cursos e/ou disciplinas das áreas de Antropologia e Arqueologia. Nesta análise documental, foram consultadas atas do Conselho da Unidade (CONSUNI), diários de classe dos professores catedráticos, listagens dos acervos dos núcleos de pesquisa e outras coleções que tiveram participação desses professores, bem como projetos de pesquisas cadastrados no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) pelos coordenadores dos núcleos que posteriormente passaram a compor o MUAE.

Também foram utilizados depoimentos orais, obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas com catedráticos e docentes da instituição, o que possibilitou compreender a formação dos acervos e a posterior institucionalização do Museu. Como entrevistados, o professor e arqueólogo Pedro Ignácio Schmitz, Gislene Monticelli - sucessora das pesquisas de José Joaquim Proenza Brochado, Sílvia Moehlecke Copé, arqueóloga, coordenadora do NuParq e responsável pela criação do MUAE, Sérgio Baptista da Silva, antropólogo, antigo coordenador do LAE, NIT e também responsável pela criação do MUAE, José Otávio Catafesto de Souza, etnoarqueólogo e coordenador do LAE, e Lizete Dias de Oliveira, arqueóloga, que atuou no MUAE.

A dissertação foi organizada em quatro capítulos, de forma a analisar tanto o início da formação das coleções juntamente à conformação das disciplinas, a união dos núcleos para a criação do MUAE e, por fim, os processos de institucionalização e musealização



desenvolvidos a partir dos tensionamentos que envolvem estes processos em museus antropológicos e arqueológicos universitários.

Após essa primeira aproximação com o objeto de estudo e seu contexto, o segundo capítulo, *Conformações da Antropologia e Arqueologia na UFRGS: os professores catedráticos* aborda disciplinas ligadas às cátedras de ambos os campos de conhecimento, a atuação dos principais professores e os processos de constituição de acervos, os quais farão parte do museu posteriormente. O terceiro capítulo, *Nova Geração de pesquisadores de Pesquisadores e Núcleos de Arqueologia e Antropologia*, busca relacionar a entrada na Universidade de professores especializados em diversas áreas do conhecimento e a criação dos núcleos de pesquisas - NuPARq e LAE. Já no quarto e último capítulo, intitulado *A criação do MUAE e os impasses da musealização*, será discutida a criação do museu e seu processo de institucionalização por meio das atividades desenvolvidas pelo MUAE, assim como a atual conjuntura em que está inserido.

## 2 CONFORMAÇÕES DA ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA NA UFRGS: OS PROFESSORES CATEDRÁTICOS

Este capítulo da pesquisa não se propõe a traçar a trajetória das disciplinas de Arqueologia e Antropologia ou da Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mas, sim, compreender algumas confluências que resultaram na formação dos acervos do MUAE. Para isso, parte-se da circulação dos professores nas instituições para compreender as coleções atribuídas ao museu, de forma a trazer um panorama dessa movimentação e influências, utilizando documentos da instituição, do IPHAN e entrevistas com os docentes envolvidos nesse processo, como fontes de pesquisa.

As entrevistas foram realizadas com professores e pesquisadores, entre eles Pedro Ignácio Schmitz, catedrático nas disciplinas voltadas à Antropologia na UFRGS, arqueólogo e atualmente pesquisador sênior no Instituto Anchieta de Pesquisas da Universidade do Vale dos Sinos (IAP-UNISINOS), e a pesquisadora colaboradora de José Joaquim Brochado (catedrático nas disciplinas voltadas à Antropologia), arqueóloga, professora na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), bolsista e orientanda na UFRGS e na PUC, Gislene Monticelli. Também foi entrevistada a professora do curso de História Silvia Moehlecke Copé, responsável por disciplinas voltadas para a Arqueologia e uma das criadoras do MUAE.

Os documentos consultados pertencem ao Núcleo de Pesquisa em História da UFRGS (NPH) - Fundo História do IFCH -, sendo esses os diários de classe dos professores, nos quais constam os tópicos dos conteúdos lecionados, indicam também a participação de outros docentes e trazem a relação de presenças e resultados das avaliações dos discentes. Ainda foram pesquisados os processos e projetos, via e-mail, dos professores catedráticos no IPHAN, a fim de identificar a produção desses pesquisadores na UFRGS e em demais projetos em outros laboratórios.

O capítulo foi organizado em quatro subcapítulos, sendo o primeiro *Os estudos de Antropologia*; o segundo *Os Estudos de Arqueologia*; a fim de introduzir um breve histórico da constituição desses campos de conhecimento na Universidade. No terceiro, *Os professores catedráticos*, para compreender a inserção e os direcionamentos destes professores no ensino e o quarto subcapítulo *A primeira fase de formação de acervos do MUAE: o Programa*

*Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) e o Laboratório de Arqueologia (LA) na UFRGS*, de forma a relacionar as intersecções entre o ensino e a pesquisa nesses campos.

## **2.1 Os estudos de Antropologia**

Inicialmente a Antropologia tem seus estudos ancorados na Filosofia, Medicina e Biologia, calcados na perspectiva evolucionista e em estudos dos povos originários, instigados pelo desconhecimento acerca das culturas e em interesses político-econômicos. Após o século XVIII, o campo da Antropologia amplia-se, passando de um pensamento voltado à reflexão do homem sobre o homem e sua sociedade para a compreensão do homem como um objeto de conhecimento (e de estudo), em um viés inspirado na cientificidade com a inserção de novos métodos de pesquisa (LAPLATINE, 2003).

Por ser uma ciência interdisciplinar, com influência de várias áreas, diversos teóricos criaram subdivisões para a Antropologia. Alfredo Mendonça de Souza (1991) fez um panorama da área, elucidando como essas correntes são absorvidas no Brasil. Paul Broca, por volta de 1870, subdividiu a Antropologia em três campos: Zoológica, Etnológica (descritiva) e Geral. Em Paris, neste período, eram ofertadas dezenove disciplinas voltadas à Antropologia, com destaque para a Biológica, que abordava a História Natural. Já o francês Paul Tropicard apresentou essa ciência fragmentada em dois campos: Zoológica (Geral e Especial) e Etnografia (Geral e Especial), passando pela investigação de espécies, povos e raças humanas (SOUZA, 1991).

Ao passo que o americano Daniel Brinton trouxe a perspectiva da Antropologia dividida em quatro áreas: Física, Etnológica, Etnográfica e Arqueológica. Os estudos de Karl Marx também foram determinantes, diante da análise materialista-histórica, influenciando antropólogos a se voltarem para a Escola Estrutural Funcionalista, como Emilie Durkein e Bonislau Malinowsky. O inglês Eduard Tylor, evolucionista e simpatizante do positivismo, repartiu a disciplina em duas grandes áreas: a Antropologia Física, com foco nos estudos de Zoologia, Paleontologia e Etnologia, e a Antropologia Cultural, subdividida em Arqueologia, Etnologia e Sociologia (SOUZA, 1991).

No final do século XIX, início do XX, o antropólogo Franz Boas conduziu uma perspectiva moderna da Antropologia, ao criticar o determinismo geográfico e racial, em favor da compreensão da cultura como elemento explicativo da diversidade humana. Foi a partir dos anos de 1920 e 1930 que os museus com acervos etnográficos passaram a dar

espaço à Antropologia Cultural, minimizando a corrente evolucionista (VASCONCELOS, 2012).

Desta forma, no final do século XIX, a Antropologia já era consolidada como uma ciência independente. Com a emergência de novas abordagens e paradigmas, a Antropologia passou a prescindir das práticas de colecionamento e do exercício classificatório dos objetos, o que conduziu ao distanciamento dessa disciplina das instituições museológicas. É a partir dos anos de 1980 que há uma reaproximação entre os museus e a Antropologia, numa perspectiva histórica e temporal. Os museus passaram a ser vistos como espaços de representação cultural e política, em um viés de classificação dos grupos (VASCONCELOS, 2012).

Vale ressaltar que, no final do século XIX, com a proclamação da República, o Brasil viveu um período de desenvolvimento econômico com o aumento da agro-exportação, industrialização e, conseqüentemente, a valorização do ensino científico no país, acompanhando as necessidades das elites brasileiras. As primeiras escolas e faculdades foram criadas a partir da iniciativa de profissionais liberais, jornalistas e políticos, acompanhando o viés da doutrina positivista instaurada. Com o fim da República Oligárquica, em 1930, foi criada em 1934 a Universidade de Porto Alegre (UPA) que, em 1947, passou a ser denominada Universidade do Rio Grande do Sul (URGS). Em 1950, foi federalizada e passou a ser administrada pela união (WESSERMAM, MANFROI, 2010).

Na primeira etapa do ensino da Antropologia na UFRGS, que se dá entre o final da década de 1940 até meados da década de 1960, começa o distanciamento da História Natural (Evolucionismo) e a incorporação dos conceitos da Escola de Viena, Histórico-cultural, na qual busca a análise do indivíduo no seu contexto cultural.

De acordo com informações obtidas por meio da literatura, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul as primeiras aulas de Antropologia foram ministradas pelo botânico Balduino Rambo, ainda no âmbito da cátedra de História, seguido por ser irmão Arthur Blásio Rambo, formado em História Natural. As publicações sobre a trajetória dessas disciplinas na Universidade em questão ainda são incipientes, valendo-se de algumas entrevistas e poucos artigos. Um capítulo de livro escrito por Sérgio Teixeira (2006), também professor universitário de Antropologia, traz um panorama dessas conformações e é utilizado para delinear parte da história aqui exposta.

Mas antes mesmo das pesquisas da área serem realizadas nos centros acadêmicos, os núcleos de pesquisa e institutos eram o local no qual os eruditos buscavam a bibliografia para referenciar suas pesquisas. Nesse sentido, é preciso destacar o papel desempenhado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), fundado em 1920, que reúne acervos bibliográfico e arquivístico, a partir dos quais foram realizados e publicados os primeiros estudos de Etnologia, do folclore e das línguas indígenas, o que concorreu para a estruturação das disciplinas dos cursos no Estado (TEIXEIRA, 2006).

As afluências com as áreas de pesquisa e de interesse no âmbito dos cursos também reforçam as aproximações, distanciamentos e deslocamentos no que tange às conformações dos cursos. A Faculdade de Educação, Ciências e Letras foi criada no ano de 1936, passando a chamar-se Faculdade de Filosofia em 1942, ainda no Campus Central. O processo de implementação da Faculdade de Filosofia pode ser compreendido em duas fases:

[...] a primeira, com o funcionamento dos seus primeiros cursos científicos: Física, História Natural, Matemática e Química. Na segunda etapa de sua implantação que se deu em 1943, com o funcionamento de seus primeiros cursos humanísticos: Filosofia, Geografia e História, Letras Anglo-Germânicas, Letras Clássicas, Letras Neolatinas e pedagogia. (TEIXEIRA, 2006, p.133).

Entre 1950 e 1960, após a Segunda Guerra Mundial, a expansão da economia mundial e a aceleração do desenvolvimento industrial no Brasil, obteve o incentivo para pesquisas voltadas ao desenvolvimento tecnológico e industrial. Um processo de massificação do ensino foi estabelecido, contribuindo para o fortalecimento dos campos de conhecimento, somado ao estímulo de influentes professores à época (WESSERMAM, MANFROI, 2010).

A partir da década de 1960, há o incentivo federal para a pesquisa, em especial para as pesquisas que tinham como objetivo “conhecer o Brasil” (inserindo estes estudos, principalmente, no campo da Arqueologia). Esse incentivo proposto pelo governo facilitou a vinda de pesquisadores estrangeiros para o país, que passaram a realizar cursos e formar novos pesquisadores brasileiros. A Antropologia, de modo geral, teve seu nascimento dentro dos museus, com os acervos que forneciam as bases para o modelo eurocêntrico do evolucionismo, por meio de objetos de diferentes culturas.

Na UFRGS, o Pe. Balduino Rambo inicialmente seguiu a Escola de Viena, na qual Pe. Wilhelm Schmidt, de ordem missioneira, foi o principal teórico. As investigações eram baseadas na perspectiva de reconstrução da história das populações e culturas, por meio da metodologia de observação e descrição das culturas ainda existentes (ou possíveis remanescentes). Schmitz, ao estudar na Áustria, verificou que essa corrente não era mais

utilizada e havia sido substituída pela Escola de História Americana, ancorada na perspectiva Histórica e Difusionista. Essa escola foi seguida na Universidade nos anos 1960 (TEIXEIRA; OLIVEN; MACIEL, *et al.* 2002).

Schmitz (2019) observa que os antropólogos americanos formavam-se em quatro campos: Antropologia Física, Culturas do Mundo, Linguística e Antropologia Geral, esta com os estudos de Arqueologia. Podemos observar que a Universidade acabou por estender até o início da década de 1960 o ensino da História Natural na perspectiva da Antropologia Física, ressaltando:

Linguística era outro campo da Antropologia, isso na UFRGS nunca foi desenvolvido [...] Antropologia Física, quando eu tive que lecionar a gente tinha que fazer algum exercício, então nós importamos aqueles medidores, compassos, aquelas coisas todas para medir crânios. Isso estava no acervo, são os compassos de aços, tínhamos que importar tudo, não havia nada por aqui. (SCHMITZ, 2019, informação verbal).

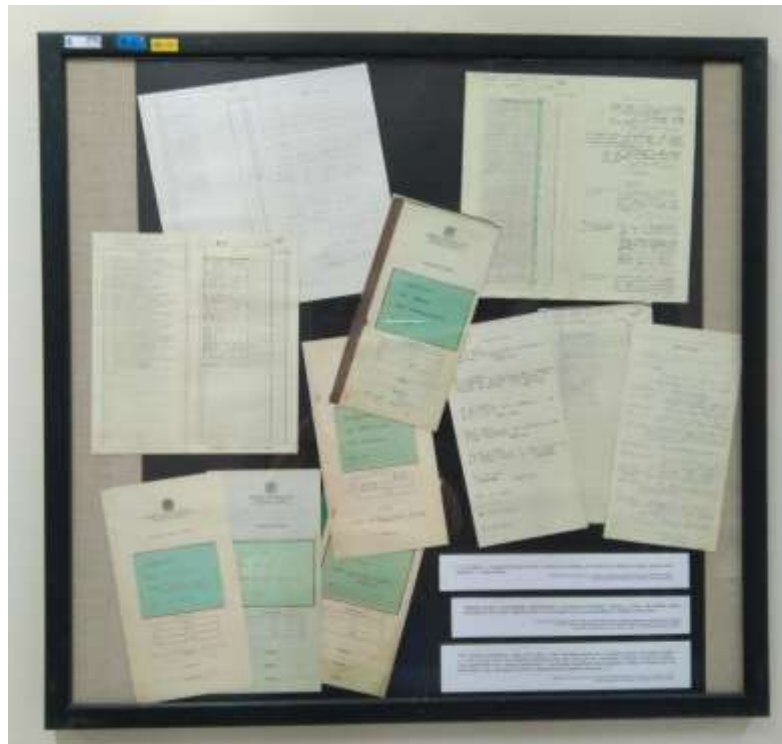
Para pensar a construção dessas disciplinas, os diários de classe são documentos norteadores, pois permitem compreender a abrangência dos temas ministrados nas aulas de Antropologia, entre os anos de 1962 e 1967<sup>18</sup>. As disciplinas oferecidas pelo curso de História e Geografia, voltadas à Antropologia eram: Etnologia Geral, Etnografia do Brasil e Antropologia Física/Biológica.

É possível observar que Arthur Blásio Rambo, formado em História Natural, irmão de Balduino Rambo, lecionou, na UFRGS, a disciplina de Antropologia, inicialmente com foco na Física e na Biologia. Pelos registros do diário de 1962, foram lecionados conteúdos como: o ciclo vital, mente fisiológica, nutrição introdução, vitaminas e sais minerais, sistemas de condução, sistema endócrino, sistema nervoso, cultura, conceito na antropologia genética humana, os fundamentos de genética geral, transmissão hereditária de características normais e patológicas no homem, exemplificações Lei de Mendel, herança ligada ao sexo, genética humana, grupos sanguíneos, evolucionismo (DIÁRIO DE CLASSE ANTROPOLOGIA, 1962 BRASIL; NPH). Etnologia Geral, Etnografia do Brasil eram ministradas por Balduino Rambo até o ano de 1961 (ano de seu falecimento), e Antropologia Física/Biológica pelo médico Salvador Petrucci (TEIXEIRA, 2006; SCHMITZ; 2019). Schmitz foi aluno de Rambo, que o orientou a pesquisar sobre Antropologia.

---

<sup>18</sup> Os diários dos professores e das disciplinas mencionadas com data posterior a 1967 não foram encontrados no NPH, provavelmente em função da mudança curricular e efetivação do curso de História ou devido ao uso de outra forma de registro desses conteúdos.

Imagem 1 - Páginas dos diários de classe da Cátedra de História expostos no corredor das salas dos gabinetes dos professores do curso de História e Antropologia



Fonte: Carina Kaiser, 07 de fev. de 2019.

Na UFRGS, a disciplina de Etnografia realizava uma síntese em relação ao método etnográfico, contemplada por duas cátedras, a Etnografia Geral e a Etnografia do Brasil, conforme reforça Schmitz em entrevista:

Em Etnografia do Brasil era a descrição das culturas indígenas brasileiras dentro dos modelos daquele tempo. Eu ensinei etnologia mundial, que naquele tempo estudava as culturas simples do mundo. Eu comprei uns volumes [...] a gente ensinava como viviam os nilóticos, os kimanos, os ayos, isso fazia parte da etnologia mundial [...]. (SCHMITZ, 2019, informação verbal).

A Etnologia, a Etnografia do Brasil e a Língua Tupi Guarani também foram disciplinas lecionadas na Universidade pelos catedráticos. Na disciplina Etnografia do Brasil, ministrada por Schmitz em 1962, observamos que os conteúdos lecionados traziam aspectos voltados à Antropologia Cultural, como: o conceito de Etnologia, a análise da cultura, os estudos arqueológicos em Antropologia, métodos etnográficos, estudos de comunidade, cultural material, organizações econômicas e políticas, entre outros (Diário de Classe Etnografia do Brasil, 1962, NPH).

Na disciplina de Ensino de Língua Tupi, ministrada pelo mesmo professor, em 1962, foram abordados temas como: a cultura sul-americana, origens e migrações, tupi-guarani,

métodos e técnicas em folclore, peculiaridades da gramática, etc. (Diário de Classe Ensino de Língua Tupi, NPH, 1962), como recorda Schmitz (2019):

[...] Eu organizei, copiei uma gramática onde tinha exercícios, leituras tradução de histórias e lendas conhecidas, como Chapeuzinho Vermelho, isso tudo tinha em Guarani. Eu tinha uma listagem grande, os nomes das frutas, das plantas, as aulas eram assim. As pessoas não aprendiam a falar Guarani, mas conhecíamos a gramática, fazíamos exercícios, a gramática era bastante complicada. (SCHMITZ, 2019, informação verbal).

As disciplinas eram moldadas através da bibliografia disponível, que era escolhida por meio dos catálogos<sup>19</sup> obtidos por estes professores. As correntes teóricas à época utilizadas norteavam o pensamento e o fortalecimento do campo. Em sala de aula, eram utilizadas as sebetas, pequenos cadernos com compilados dos conteúdos, que de tanto passar nas mãos dos professores ficavam em péssimo estado - o que é recordado pelo professor Schmitz, segundo ele, era “o que o aluno precisava saber”-, e obras de suas bibliotecas pessoais.

Os livros de Antropologia Cultural eram encomendados de livreiros de Nova York e de Munique, conforme Schmitz (2019), com os quais ele trocava correspondências, recebendo alguns catálogos para avaliar e selecionar o material a ser utilizado:

Eu tinha um livro em espanhol e tratava dessas aulas todas, era só um livro, não tinha nada na biblioteca, eu não podia contar para os alunos qual era [*risos*]. Eu nesse tempo comecei a importar livro, passava nas livrarias e começava a importar tudo, tinha várias em Porto Alegre, em alemão, italiano, qualquer língua [...]. Deve estar perdido em algum lugar, eu tenho uma gramática e um livro de exercícios. (SCHMITZ, 2019, informação verbal).

Observamos que a Antropologia é fortemente delimitada em dois momentos, tanto na UFRGS como em outras universidades, seguindo o modelo desenvolvimentista, econômico e industrial da época. Num primeiro período, é orientada pela perspectiva cientificista ligada, principalmente, à perspectiva da História Natural, fortalecida com os cursos de Biologia e Medicina entre os anos de 1940 e início de 1960, no período de atuação do professor botânico Balduíno Rambo e seu irmão, Arthur Blásio Rambo. E em um segundo momento, já entre meados de 1960 e final de 1970, tem um cunho humanístico, voltado para a Filosofia e Letras, já ensinadas por seus sucessores Pedro Ignacio Schmitz e Joaquim Proenza Brochado, com base nos estudos da Antropologia Cultural.

---

<sup>19</sup> Os catálogos também podem ser usados como importantes fontes para elucidar as obras que estavam sendo disponibilizadas para o ensino da Antropologia no mundo.



## 2.2 Os estudos de Arqueologia

A Arqueologia no Brasil tem suas vertentes nos movimentos da Antropologia e da História. A primeira ligada ao estudo das sociedades simples e a segunda sob a ótica de uma Arqueologia voltada ao estudo da materialidade das sociedades de forma cronológica. Caminhando junto à Antropologia, tem seus estudos ancorados inicialmente na História Natural dos viajantes e naturalistas europeus que, sobretudo, a partir da vinda da corte portuguesa para Brasil, buscou “estudar e conhecer” o país.

Conforme DeBlasis (2014), essa disciplina sempre foi vista como estritamente atrelada à compreensão dos estilos de vida e da evolução do gênero humano, direcionada a aspectos materiais para a demonstração das culturas. A prática de coletar vestígios é inserida a partir da perspectiva de analisar aspectos referentes à organização, adaptação, migrações e tecnologia, desenvolvidas pelas sociedades, utilizando-se de diversos métodos, em especial a escavação.

Segundo Barreto (2000), essas expedições que ocorreram na segunda metade do século XVIII e início do século XIX deram-se por vários motivos e interesses, dentre os quais a especulação científica iluminista referente a aspectos naturais, culturais e evidências arqueológicas para construir um pensamento eurocêntrico com a inferiorização cultural dos povos indígenas. Essa perspectiva buscava construir um discurso que justificasse a visão racista e de subordinação dos povos indígenas.

Essas expedições científicas para coleta de dados primários, ocorridas principalmente na Amazônia, estenderam-se até início do século XIX, quando também foram criados os primeiros museus brasileiros, que passaram a se dedicar a esse tipo de colecionamento. Tendo em vista que os centros de pesquisa universitários ainda não haviam sido desenvolvidos, tanto os museus brasileiros, com destaque para o Museu Nacional, quanto os europeus abrigavam gigantescas coleções coletadas por estes viajantes e naturalistas.

O fim da Era dos Museus Enciclopédicos ocorreu na década de 1920 (SCHWARCZ, 2005). Sendo promovidos por grandes projetos, acabaram por ser desmembrados em museus de Ciências Naturais. Isso acarretou na separação entre a Antropologia e a Arqueologia, que foi inserida nas universidades como um apêndice da História, por meio da Pré-História, porém ainda ligada ao cientificismo.

Nos anos 1930, começam as primeiras deliberações voltadas ao tema do patrimônio. Em 1934, o artigo nº148 aponta que a proteção legal e efetiva do patrimônio histórico e artístico do país cabe à União, aos municípios e ao estado. Já em 1937, há a criação do Setor

do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) com o decreto lei nº 25, de 30 de novembro (SALA, 1990). No ano de 1935, Luis Castro de Faria funda o Centro de Estudos Arqueológicos, de maneira a formalizar a pesquisa científica no país (BARRETO, 2000).

Na década de 1950, com a inserção de pesquisadores estrangeiros no Brasil, têm início os estudos da escola Histórico Cultural, corrente que se desenvolve fortemente no país. Já no decênio de 1960, os cursos de formação em Arqueologia ganham força, assim como a criação de laboratórios (ou centros de pesquisa) em todo o território brasileiro, com o objetivo de absorver a demanda científica e fortalecer o campo da Arqueologia. Vale ressaltar que o país atravessava o período do regime militar, e a universidade reportava-se aos interesses nacionalistas por meio da execução dos projetos desenvolvimentistas propostos.

As influências da Antropologia na Arqueologia eram eminentes. É o que se pode observar tanto na escola europeia quanto na americana. A Antropologia europeia se dividia em três campos: Antropologia Física, Etnografia e Arqueologia. Enquanto que a americana abrangia três campos ensinados de forma conjunta: Antropologia Física, Antropologia Cultural e Pré-História, sendo que a última contemplava os estudos de Arqueologia (SCHMITZ, 2019). No entanto, hoje, prevalece a Arqueologia Histórica, que tem influência europeia, na qual os estudos dos vestígios se dão junto às fontes escritas que são utilizadas para essa verificação. A Arqueologia histórica é uma ciência auxiliar do historiador e do cientista social, em especial utilizada pelos historiadores do campo da cultura material (PROUS, 1992).

Na UFRGS, o desenvolvimento da Arqueologia ocorreu por meio da Pré-História, acompanhando a Escola Americana. Schmitz e Brochado, embora tenham atuado como pesquisadores no campo da Arqueologia, não ministraram disciplinas dessa área, dedicando-se a lecionar teoria antropológica. Schmitz organizou diversos seminários de Arqueologia, o primeiro no ano de 1965, reunindo aproximadamente cinquenta interessados. Essas iniciativas foram dispersadas com a criação do programa de pós-graduação.

Um exame dos diários de classe, dos anos 1962, 1963, 1965, 1966 e 1967, referentes às disciplinas de Pré-História, Pré-história II e Arqueologia e Pré-história<sup>20</sup> mostram que essas são as únicas que tratam dos estudos do ensino da Arqueologia na Universidade e foram

---

<sup>20</sup> Diários de Classe disponíveis no Núcleo de pesquisa em História da UFRGS (NPH).

ministradas pelo historiador Earle Diniz Macarthy Moreira<sup>21</sup>. No diário de classe da disciplina de Arqueologia e Pré-História de 1962, os conteúdos versavam sobre: introdução aos estudos históricos, introdução à Arqueologia, as escavações arqueológicas, arqueologia de campo e gabinete, o período paleolítico, as pirâmides, principais templos, a escultura no Egito na Mesopotâmia, etc. No entanto, não foram mencionados usos de acervos nessas aulas nem a execução de possíveis práticas de campo atreladas a esta disciplina, tendo em vista, principalmente, a incipiência das escavações, que foram tomar fôlego somente a partir de 1965. Observa-se que constam na lista desse mesmo ano dois alunos que se tornaram professores na UFRGS: José Joaquim Brochado e Arno Alvarez Kern.

Em 1963, na disciplina de Pré-História, também lecionada pelo professor Macarthy Moreira, foram contemplados os seguintes conteúdos: antiquários; a prospecção arqueológica, como escavar; métodos de prospecção ativa; as escavações arqueológicas; os fundadores da pré-história. No ano de 1965, o diário de classe registra: o que é arqueologia, as culturas do ponto de vista arqueológico e problemas de datação. E em 1966, os períodos (terciário, quaternário) de gênese da pré-história, a origem da humanidade, entre outros. Na disciplina de Pré-História II, ministrada em 1967, constam como conteúdos: a teoria do universo, a formação da terra, a origem da vida, os períodos terciário e quaternário, antropomorfos, fósseis, primatas, arte na pré-história, vida humana na pré-história, etc.

É possível notar, por meio dos diários de classe, que não houve grandes mudanças no ensino da Arqueologia, diferentemente do processo de ruptura da Antropologia, que passa da perspectiva biológica para a histórico-cultural. Ainda assim, observa-se um afastamento da Arqueologia e da Pré-História e dos aspectos que versam o trabalho de campo arqueológico, de forma a tratar o campo com um viés mais historiográfico. A disciplina Arqueologia e Pré-História possui apenas um registro de diário de classe, impossibilitando um delinear dos conteúdos dela a partir desta fonte.

Em relação ao currículo do curso de História, uma primeira modificação ocorre em 1968, passando a organizar-se nas seguintes disciplinas: Introdução aos Estudos Históricos, Pré-História, História Antiga, Antropologia, História Medieval, História da América I e II, Etnografia, História Moderna, História do Brasil I e II, História Contemporânea e Filosofia da

---

<sup>21</sup> Graduado em História pela UFRGS em 1953, professor com título de Livre Docência entre os anos de 1956 e 1984 no Departamento de História, também foi Reitor da mesma universidade. Em 1998, passou a lecionar na PUCRS. Mais informações no site: <http://lattes.cnpq.br/9129268839520299>.

História (NPH/UFRGS, 1968). Nota-se que a disciplina de Arqueologia e Pré-História, antes inserida no curso de História, deixa de integrar o seu currículo.

### 2.3 Os professores catedráticos

Os docentes catedráticos eram autodidatas, que desenvolviam pesquisas nas áreas em que atuavam. Possuíam prestígio intelectual, sendo reconhecidos como pessoas eruditas, notáveis na cidade e de grande influência no campo científico. A distribuição das disciplinas dava-se de acordo com a área de interesse e com grau de conhecimento dos professores sobre determinado assunto

Na UFRGS, especificamente, a influência religiosa também se destacava na formação dos professores catedráticos. É importante pontuar que a educação no Brasil Colônia (1549 - 1759) teve forte aporte da Igreja Católica e do Estado Português nesse período. A Companhia de Jesus, fortalecida pelas políticas colonizadoras, contaram com os jesuítas para serem os primeiros professores na educação formal, catequizando índios e colonos. A premissa de ensino dava-se em torno da contrariedade ao protestantismo e à difusão da cultura cristã europeia. Para tanto, muitas missões, seminários e escolas foram construídas e formaram novos sacerdotes e a elite intelectual brasileira, controlando, assim, a fé, a moral e a unificação da língua portuguesa em todo o país (ROSÁRIO; MELO, 2015). Influência essa que, muitos séculos depois, ainda reverberou ao passo que dois dos professores catedráticos eram seminaristas: Rambo e Schmitz.

Os catedráticos tinham o poder de indicar seus assistentes, selecionando pessoas que lhes eram próximas, ou seja, parentes, amigos, secretários ou cidadãos de destaque na sociedade. Conforme Teixeira (2006):

Ainda assim, ou por isto mesmo e, compreensivelmente injunções de ordem política, filosófica e idiossincrática permearam em larga medida a indicação das pessoas para compor o corpo docente. Isso porque a formação deste quadro ocupava espaços privilegiados para afirmações/disputas individuais, de grupos e de correntes de pensamento. Também, compreensivelmente, em tal quadro os dados mobilizados para a formação do corpo docente para a área humanística comportavam com maior elasticidade e subjetividade do que se dava em relação à área científica. Nesta a formação acadêmica ainda tinha grande peso. (TEIXEIRA, 2006, p.133).

A compreensão do sistema de cátedras (ou cadeiras) surgiu na Idade Média, dentro das universidades, e era organizado em formato de corporação, composto por mestres e seus discípulos, que seguiam ensinamentos e treinavam a habilidade argumentativa. Os mestres escolhidos eram os mais aptos e com maior poder; seus assistentes e auxiliares de laboratório

eram por eles indicados e os sucediam na maioria das vezes. O título de catedrático conferia a vitaliciedade e reconhecimento ao portador deste título (FÁVERO, 2000).

O sistema de cátedras na Universidade Federal do Rio Grande do Sul vigorou desde a sua fundação até o final dos anos 1960, da mesma forma como nas outras universidades do país. Os chamados professores catedráticos possuíam um vasto conhecimento em diversas áreas acadêmicas, não estavam obrigados a manter exclusividade com a instituição onde ensinavam, e o magistério nem sempre constituía sua principal profissão ou atividade.

Os três catedráticos responsáveis pela formação dos acervos do MUAE são Balduino Rambo, Pedro Ignácio Schmitz e José Joaquim Proenza Brochado.

Rambo nasceu em 11 de agosto de 1905 em Tupandi, ainda distrito de Montenegro/RS, e começou seus estudos no seminário dos jesuítas na cidade de São Leopoldo/RS, em 1923. Entrou no noviciado da Companhia de Jesus, em Pareci Novo, e frequentou por dois anos as aulas de estudos clássicos e retórica, logo em seguida estudou Filosofia em Munique (Alemanha). Ao retornar para o Brasil, lecionou no Colégio Catarinense, em Florianópolis, e, posteriormente, no Colégio Anchieta (Porto Alegre). Também estudou Teologia em São Leopoldo (1934 - 1938), ordenando-se sacerdote em 1936. O seu tempo era dividido entre as pesquisas, a carreira docente e a ordem religiosa, sendo conhecido como um excelente pregador e poeta (SCHMITZ, 1997). No Colégio Anchieta, permaneceu por mais de vinte e dois anos. Em 1943, data de implantação do ensino de Antropologia, ingressou como catedrático na URGS; e também atuou na Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul. Durante sua carreira, Rambo realizava periodicamente pesquisas nas áreas de Botânica e Geografia, sendo o criador do Jardim Botânico de Porto Alegre, o fundador do Museu Riograndense de História Natural e o responsável pela transformação do Taimbezinho em Parque Nacional (WITT, 2016).

Ainda destacou-se como botânico e foi o pioneiro das pesquisas nesse campo no estado, prova disso é que sua publicação mais conhecida, *A Fisionomia do Rio Grande do Sul* (1942), utilizada até hoje como referência. Entre 1943 e 1958, atuou na cátedra Geografia e História, na disciplina de Antropologia e Etnografia, que pertencia ao curso de Geografia e História, sendo assim o primeiro professor e único catedrático efetivo da disciplina. Rambo lecionou juntamente com seus colaboradores, que ministravam a Antropologia Física, centrada na Antropometria e Medicina Legal, questões como processos evolutivos, apoiados na Paleontologia e na perspectiva biológica (TEIXEIRA, 2006).

Já Pedro Ignácio Schmitz nasceu em 30 de agosto de 1929, na cidade de Bom Princípio/RS. Frequentou a ordem Jesuítica entre 1942 e 1957, em Salvador do Sul, formou-se em Filosofia em 1955 e Teologia, na Unisinos, no ano de 1963. Especializou-se em Arqueologia e em 1955 começou a lecionar no Colégio Anchieta, onde teve contato com Balduino Rambo. Estudou *Guarani* com um professor da PUCRS e fez o seu estágio, em 1958, em uma Missão localizada no Paraguai, como formação complementar (SCHMITZ, 2019). Foi sucessor, na UFRGS, do professor Balduino Rambo, de quem herdou todas as disciplinas, após o seu falecimento precoce em 1961. De 1958 a 1985, foi docente também da Unisinos, na época Faculdade de Filosofia, sendo um dos fundadores do Instituto Anchietano de Pesquisas (IAP). Por influência de Rambo, iniciou na Arqueologia, área que, nos anos de 1960, não era efetivamente desenvolvida no estado (TEIXEIRA, 2002).

O último catedrático abordado nesta pesquisa chama-se José Joaquim Proença Brochado, natural de Rio Grande, nascido em 7 de março de 1936. Foi frequentador da Biblioteca Riograndense, localizada em sua cidade natal, onde encontra-se um grande número de periódicos sobre Arqueologia e Etnologia. Iniciou-se na Arqueologia em 1958 de forma amadora, ao integrar o Centro Excursionista Rondon, fundado em 1942. No ano de 1960, entrou no curso de História, na Faculdade Católica de Pelotas, e em 1962 ingressou na Universidade do Rio Grande do Sul (URGS), formando-se em 1963. Por indicação do professor Pedro Ignácio Schmitz, de quem fora aluno, foi contratado como auxiliar de ensino da cátedra de Etnologia, ministrando a disciplina de Etnologia Indígena e Antropologia Cultural, que tematizava assuntos ligados à Arqueologia (NOELI, 2008).

Enquanto dava aulas, também trabalhou no Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis (DNPV), entre 1966 e 1967, e desenvolveu pesquisas no Museu Estadual de Ciências Naturais do Rio Grande do Sul. De 1964 a 1968, foi professor no ensino secundário do Colégio Estadual Júlio de Castilhos, e, entre 1965 e 1971, em outras faculdades privadas. Em 1985, integrou o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS, em que permaneceu até se aposenta, em 1991, como professor adjunto. Ingressou posteriormente na PUCRS, em 1992, onde também atuou no Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (CEPA), hoje Laboratório de Pesquisa Arqueológica (LPA), encerrando sua carreira como docente em 1999 (NOELI, 2008).

Esses professores, antes da reforma universitária, lecionavam em diversas instituições e formavam uma grande rede de docentes e sucessores, fortalecendo-se em seus campos de

interesse, como já abordado anteriormente. A reforma universitária de 1968, que também criou condições para o ensino privado no país, visava à modernização e à expansão das universidades públicas, sendo que investiu em parte significativa dessas instituições e criou condições para que se desenvolvessem atividades de ensino e pesquisa. Acabou com o sistema de cátedras vitalícias, criou o regime departamental, a institucionalização e a progressão da carreira docente, além da política nacional de pós-graduação, por meio das agências de fomento do Governo Federal, e, principalmente, ampliou o sistema de vagas (MARTINS, 2009).

Para adquirir prática docente, Schmitz (2002) lembra que os professores participavam de estágio no magistério (em escolas) com duração de três a quatro anos. No seu caso, as aulas foram dadas para a turma da 5ª série do Colégio Anchieta, em Porto Alegre, no ano de 1955. A autonomia, os estágios, as diferentes leituras e o contato com as correntes teóricas internacionais são fatores que reverberam na formação dos catedráticos e, conseqüentemente, na reformulação dos currículos.

Schmitz circulou por diversas instituições museológicas e de pesquisa no país entre os anos de 1960 e 1970, chegando a realizar estágio no Museu Etnográfico da Áustria. Essa mobilidade o fez conhecer diversos autores, e estas bibliografias enriqueciam suas aulas expositivo-participativas. Ao assumir a cátedra de Antropologia fez importantes mudanças no currículo, como aponta Teixeira (2006):

[...] ele substituiu os círculos culturais da Escola de Viena pelo culturalismo/funcionalismo norte americano; os estudos monográficos de grupos primitivos ou de regiões culturais pelos grandes segmentos da vida sócio cultural: parentesco, economia, religião, arte, sistemas de classificação, num quadro duplamente comparativo; aulas magistrais, por aulas expositivo-participativas. (TEIXEIRA, 2006, p.142).

Nas aulas dos catedráticos, tanto na UFRGS quanto em países europeus, Schmitz (2019) ressalta que ocorria pouca ou quase nenhuma interação entre alunos e professor. O docente lia suas pesquisas para os alunos e dava continuidade a essa leitura nas aulas seguintes. Conforme ressalta Teixeira (2006):

As aulas de Rambo eram expositivas, de tipo magistral, em que ele fazia leitura de textos, entremeada por pequenas pausas, para possíveis manifestações dos alunos, comedidamente estimuladas por ele. As manifestações dos alunos eram raras e pontuais. A mostra de algum material etnográfico (em boa parte recolhido por ele), projeção eventual de diapositivos e relatos mais soltos de experiências pessoais atenuavam o feito burocrático de suas aulas. (TEIXEIRA, 2006, p. 138).

Outra constatação que pode ser feita, nesse caso, com a observação de trecho produzido por Balduino Rambo, no *“Relatório científico das viagens de estudos*

*etnográficos*”, é a sua escrita com viés etnográfico e também a sua concepção da humanização indígena:

Até aqui esta curta resenha, mais enumeração didática dos tipos fundamentais do que estudo científico, uma auréola de mistério cerca estes mudos testemunhos de habilidade manual, da inteligência, do espírito artístico dos nossos índios, primeiros e genuínos riograndenses, cuja terra ocupamos sem os interrogar se podíamos, devemos a eles ao mesmo preito e reverência, pois seu parco legado lítico, mais duradouro do que monumentos de bronze, não-os revela como seres humanos, profundamente iguais a nós próprios. (RAMBO, 1946, p. 44).

O texto acima faz o encerramento de uma viagem etnográfica, no qual buscou apresentar uma visão mais humanista (apesar de enquanto botânico estar inserido na perspectiva cientificista biológica) em relação aos grupos indígenas, sensibilizando, valorizando os artefatos encontrados, reforçando sua preservação, mas também os igualando como indivíduos em uma época de “valorização” da cultura. Segundo Grupioni (2008):

Revestiam-se, também, de um caráter humanista: era preciso preservar a cultura dos povos indígenas que fatalmente iriam se extinguir, daí a significação ganha, neste período, pelo recolhimento de artefatos por eles produzidos. As coleções etnográficas cumpriam, assim, um papel fundamental: como documentos materiais das mais diversas formas da atividade humana, elas se constituíam no registro palpável da diferença e, antes que essa desaparecesse, era fundamental aprisioná-la, para que ela fosse preservada, estudada e exibida. (GRUPIONI, 2008, p. 22).

Com a entrada de Schmitz na cátedra de Geografia e História e com as suas experiências fora do país, ele introduziu a perspectiva da Antropologia Social de Brochado. Seguindo seus passos, fez doutorado em Antropologia pela *University of Illinois* em 1981 e acabou por influenciar toda uma nova geração de professores, que posteriormente formaram núcleos de Antropologia e Arqueologia, questão essa que será abordada nos próximos capítulos desta pesquisa. Essas influências são refletidas na produção científica dos professores e seus orientandos. Com dez anos de formação e cinco de magistério superior, conforme a regra à época, em 1972 os professores Pedro Ignácio Schmitz e José Joaquim Proenza Brochado tornam-se livres docentes, titulação máxima da carreira universitária nesse período.

Em 1968, com a reforma universitária em o todo o país, foi criado o sistema de créditos, o vestibular classificatório, os cursos de curta duração, as chefias dos departamentos tornaram-se de caráter rotativo, foram estabelecidas diretrizes de ensino pesquisa e extensão, regime de tempo integral para professores, dedicação exclusiva, profissionalização dos docentes e condições para implementação de pós-graduação (TEIXEIRA; OLIVEN; MACIEL; *et al*, 2002).



A Faculdade de Filosofia foi substituída pelo IFCH, em que estavam integrados os departamentos de Ciências Sociais, Filosofia, História e Psicologia. A reforma do currículo do curso de História se deu no ano de 1970, sendo em 1971, o regime de horas trabalhadas desses professores também alterado, de doze para quarenta horas semanais, aumentando o tempo de trabalho e decretando dedicação exclusiva. Impedia-se, assim, que professores combinassem outras atividades à docência (TEIXEIRA, 2006).

No ano de 1973, quando o corpo docente encontrava-se mais especializado, após várias tentativas junto à Câmara de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade, foi aprovada a implementação do mestrado em Antropologia, Política e Sociologia, na modalidade *stricto sensu*, em substituição ao intitulado apenas como Política e Sociologia. A partir dessas modificações, a cultura da pesquisa institucionalizou-se nestes cursos, e, em 1977, o IFCH foi transferido para o Campus do Vale, ganhando mais espaço.

#### **2.4 A primeira fase de formação dos acervos do MUAE: o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) e o Laboratório de Arqueologia (LA) na UFRGS**

É a partir da prática acadêmica de pesquisa e de ensino e, principalmente, das demandas dos projetos desenvolvimentistas, como é o caso do PRONAPA, que os laboratórios começam a tomar forma na universidade. Os chamados gabinetes ou laboratórios de pesquisa abrigavam resultados dos estudos, formando coleções e acervos científicos.

Na maioria das vezes, essas coleções ainda não são reconhecidas como patrimônio no que se refere à memória institucional e acadêmico-científica das universidades. Esta condição não é restrita aos acervos das universidades, como reforça Marta Lourenço:

A esmagadora maioria das coleções, bibliotecas, arquivos e espaços edificados de relevância histórico-científica, encontra-se disperso por universidades, politécnicos, antigos liceus e escolas técnicas, institutos e laboratórios de investigação, hospitais, sociedades científicas. (LOURENÇO, 2009, p.47).

Os processos que envolvem a produção científica nos remetem a pensar em escolhas e arranjos feitos por institutos, departamentos e professores, de forma a traçar um panorama dos processos educacionais aplicados na universidade, nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Esses elementos que remetem a essas memórias podem estar registrados em atas de reuniões, programas de disciplinas, diários de classe, cadernos de campo, projetos executados ou também em depoimentos ou entrevistas realizados com os docentes.

Essas coleções, ao passo que encerrados os processos de pesquisa, tornaram-se vulneráveis e sujeitas a processos de perda e esquecimento. Pomian (1984) traz a perspectiva

de que o objeto de coleção é aquele que permite a intermediação entre o mundo visível e o invisível. O visível é aquele que está ao alcance do olhar e o invisível é o que se encontra distante no tempo e/ou espaço e é representado pelo objeto de coleção.

Latour (2004) concebe a coleção como uma forma de representação de mundo, pois reduz a realidade que se quer conhecer, permitindo ao sujeito compreendê-la por meio do olhar. Segundo o autor, a coleta de espécimes dos naturalistas, a representação por meio de desenhos, os herbários e os relatos são artifícios que tanto podem abreviar quanto aumentar a realidade do mundo, o que permite a geração do conhecimento.

Neste sentido, podemos compreender que há um movimento dialético do visível e invisível abordado por Pomian (1984) e de redução e ampliação contemplado por Latour (2004). A justificativa está no fato do objeto substituir o que está ausente, tornando-o visível em escala, fazendo a intermediação entre o visível, o invisível e entre aquele que conhece e o que se quer conhecer. Como intermediárias, as coleções do MUAE buscam contemplar conjuntos de amostras de estudos, de técnicas, de representatividade dos grupos indígenas, assim como legitimam as acadêmicas pesquisas realizadas. Essa presença dos objetos nas coleções, sejam elas etnográficas ou arqueológicas, é indissociável da concepção da relação do homem com o artefato:

Todas as esferas-biológica, psicológica e social estão constantemente permeadas pela massiva presença do objeto, comprovando que não há atividade humana que dispense o suporte material, a começar da sua condição básica: a do espírito existir e, sobretudo, manifestar-se. (DOHMANN, 2013, p. 3).

As técnicas desenvolvidas e aprimoradas, com o aporte da tecnologia, são conjuntos de meios instrumentais e sociais frutos da *performance* no ato de fazer e constituir-se enquanto ser. Imbricados nessas camadas acumuladas de temporalidade na trajetória, os objetos e os fragmentos ganharam marcas do tempo, forma e conteúdo, o que possibilita abrigá-los em um determinado espaço e aprimorá-los por meio do discurso (DOHMANN, 2013).

A criação dos laboratórios de pesquisa em Arqueologia é fruto de políticas preservacionistas, que ganharam força nos anos de 1950, reforçando o campo científico e ganhando espaço dentro das instituições de ensino. A partir disso, novos centros foram sendo criados, assim como os listados acima.

O Laboratório de Arqueologia (LA), criado em 1967 na UFRGS, abrigou as coleções do espaço utilizado pelo professor José Joaquim Proenza Brochado para a realização de suas pesquisas e para gabinete pessoal. A partir das entrevistas realizadas com os professores

Gislene Monticelli e Pedro Ignácio Schmitz, que acompanharam em momentos distintos as práticas nesse laboratório, constatou-se que o LA foi constituído ainda no Campus Centro e, apenas na década de 1970, com a criação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, (IFCH) passou a integrar o Campus do Vale. Os acervos do LA passaram por diversos percalços, correndo risco devido ao seu armazenamento incorreto, visto que foram alocados em galpões, em vãos de escadas e até em outras instituições, como podemos constatar na fala de Schmitz (2019):

Eu não lembro quando nos requisitaram a sala, o material foi parar debaixo da escada e no banheiro do prédio novo. Era todo o espaço que se tinha. Nos requisitaram todo aquele espaço, e aí transportamos o material para uns galpões que a engenharia tinha, galpões em madeira que eles usavam, atrás da antiga Faculdade de Engenharia. Então nós ocupamos um espaço ali, nos antigos galpões, para guardar o material de Arqueologia da UFRGS. Nos requisitaram os galpões e o material veio todo para o instituto aqui [refere-se ao Instituto da Unisinos] [...] nossa salinha era laboratório, era tudo. E depois disso quando se construiu a universidade [...] fomos a primeira turma só tinha aquele prédio. Ali nós tínhamos uma sala, só de Arqueologia. Era só eu, o Brochado e um bolsista. [...] O Brochado passava tempo integral e eu parcial, eu só dava as minhas aulas e ia embora. Sempre nessa migração, isso é o desgraçado. (SCHMITZ, 2019, informação verbal).

Imagem 2 - Galpões do Campus Centro, quarteirões 1 e 2, onde ficavam armazenados os acervos de Arqueologia da UFRGS antes da mudança para o Campus do Vale.



Fonte: Banco de Dados SPH

Antes de ir para o IFCH, o laboratório ocupava uma sala no prédio da Biologia no Campus Centro. Quando esse espaço foi solicitado, os acervos migraram para galpões próximos do prédio da Engenharia (Campus Centro). Importante destacar que o curso de Antropologia desenvolvia-se próximo à área das Ciências Biológicas, fator que pode ter sido determinante para a primeira localização do laboratório. Parte desse acervo seguiu para o Instituto Anchieta de Pesquisa na Unisinos, sob cuidado do professor Schmitz, e o restante para o Campus do Vale, depositado embaixo de escadarias próximas ao prédio da Faculdade de Letras. Este material estava acondicionado em caixas de sapato e numerado por sítios arqueológico.

Esse acervo arqueológico, coletado durante o PRONAPA, no qual Brochado participou como bolsista, gerou análises prévias e enquadramentos em fases arqueológicas. Após a pesquisa, os resultados foram publicados nos relatórios do programa, divididos por separatas referentes às diversas regiões do Brasil estudadas. De acordo com Jandira Neto (2014), o objetivo do PRONAPA era levantar a potencialidade de futuras abordagens em

áreas definidas entre bacias hidrográficas, coletando artefatos culturais das populações. Com a utilização da abordagem de prospecções de superfície e subsuperfície e técnicas interpretativas, as pesquisas identificaram tradições culturais. Para tanto, onze universidades e museus brasileiros estiveram envolvidos no processo. As primeiras movimentações, que posteriormente originaram o programa, iniciaram em 1954, durante o Congresso Internacional de Americanistas, quando diversos pesquisadores, do país e do estrangeiro discutiram a cientificidade da Arqueologia brasileira (NETO, 2014).

Porém, com a finalização da investigação e com as novas demandas do campo, essas coleções tornaram-se obsoletas. Não se tinha mais a necessidade de coletar amostras para o PRONAPA, as análises ganharam novos moldes baseados não mais na comprovação da existência de fases e culturas por meio de artefatos, mas sim voltadas para o maior aprofundamento nas culturas existentes com a influência da Antropologia Cultural. O movimento de coleta só retornou com força quando houve a necessidade da guarda de fragmentos em função da realização de grandes obras em rodovias nos anos 1980, através do licenciamento ambiental. O esquecimento das coleções em diversas universidades é algo ainda presente, como aponta Ferriot e Lourenço (2004):

Dans certaines universités, le personnel occupant des postes et des fonctions traditionnelles basées sur les collections – comme le professeur conservateur ou le professeur directeur, le taxidermiste, le naturaliste... – ont pris leur retraite et n'ont pas été remplacés, et, dans d'autres cas, il a été mis fin à ces carrières. Le besoin d'espace et la gestion générale des bâtiments ont également eu un sérieux impact sur les musées et collections, et les collections historiques moins utilisées ont été stockées dans des greniers ou des sous-sols, beaucoup sont négligées et certaines ont été perdues ou rayées des catalogues. (FERRIOT; LOURENÇO, 2004, p. 07).<sup>22</sup>

Conforme Letícia Julião e Verona Segantini (2017), a prática naturalizada, o não reconhecimento por parte dos próprios pesquisadores desses suportes da produção da ciência, o desuso dos objetos, que são substituídos por outros mais modernos, a falta de instrumentos de institucionalização, de estrutura dos laboratórios, de pessoal administrativo e técnico são alguns fatores que, somados aos deslocamentos e transferências dos prédios das unidades, acabam por promover perdas e dispersão dos acervos científicos.

Monticelli (2018) relata que na década de 1980, como bolsista do professor Brochado no LA, auxiliou, junto com os funcionários, no transporte do material para o atual laboratório,

---

<sup>22</sup> Em algumas universidades, funcionários ocupados e funções tradicionais baseadas em coleções - como o professor conservador ou o professor, o taxidermista, o naturalista ... - se aposentaram e não foram substituídos em outros casos, essas carreiras foram encerradas. A necessidade de espaço e a gestão geral dos edifícios também tiveram um impacto sério em museus e coleções, e as coleções históricas menos utilizadas foram armazenadas em sótãos ou porões, muitos são negligenciados e alguns foram perdidos ou tiveram seus catálogos danificados (FERRIOT; LOURENÇO, 2004, p. 07, tradução nossa).

prédio que passou a sediar as Ciências Sociais. Sobre a organização espacial deste laboratório, Gislene relembra:

[...] Eram umas duas ou três mesas [...] tinha janelas lá, mesas no centro e lado a lado. Algumas estantes com armários com livros, algumas abertas, com balcões mais antigos como mesa de apoio, e ali em cima de algumas prateleiras, tanto fechadas quanto abertas, que tinham algumas vasilhas [...] esses mesmos mapas. Eu não lembro de ter fotos desta época, aquelas caixas de sapato não ficavam ali, ali era o gabinete dos professores, então nessa oportunidade já era o gabinete do Brochado. Inclusive tinha uma mesa de desenho perto da janela. [...] Não tinha muito espaço, não era uma reserva técnica onde o material ficava de forma permanente, depois sim foi transferido para o outro espaço e se se juntou as duas coisas, uma ala que ficava o material arqueológico e as mesas onde a gente trabalhava. (MONTICELLI, 2018, informação verbal).

Outro aspecto interessante trazido pela professora Gislene, em entrevista, foi a ocorrência de uma grande exposição, da qual participou, intitulada *Cerâmica e Arqueologia*, que coordenada por Brochado ocorreu no Saguão da Reitoria,<sup>23</sup> de 1º a 26 de outubro de 1986. Por meio do projeto da exposição, foi possível visualizar uma série de dispositivos projetados, tais como: painéis luminosos, lupa de observação, gruta, mapas, ilustrações, entre outros. Já o acervo era composto por vasilhas cerâmicas e instrumentos indígenas, os monitores eram os próprios alunos dos cursos do IFCH e o evento teve um público de 1.857 visitantes, entre comunidade acadêmica, público escolar e geral. Com o objetivo de mostrar o estudo e a pesquisa da cerâmica no Rio Grande do Sul, a exposição teve o apoio do IFCH, do Departamento de Ciências Sociais e do LA<sup>24</sup>, como relembra a professora:

[...] nós organizamos a exposição em 1986, ela recrutou muita gente para ser monitor da exposição sobre cerâmica guarani. [...] tinham mapas que fizemos com luzes [...] era o suprasumo da tecnologia [risos][...]. Eu sei que a gente organizou [sic] muito a gente para essa exposição; colegas meus tanto da História quanto das Ciências Sociais foram ser monitores. Tinham milhos coloridos que conseguimos com os *mybiá*, mapas e vasilhas de cerâmica [...]. (MONTICELLI, 2018, informação verbal).

<sup>23</sup> O Museu da UFRGS foi criado em 1984, ligado a Pró-Reitoria de Extensão, até 2002 realizava suas exposições no Saguão da Reitoria, até que sua nova sede fosse aberta ao público. Mais informações em: <https://www.ufrgs.br/museu/museu/>.

<sup>24</sup> Estes dados foram retirados do Projeto da Exposição Cerâmica e Arqueologia, inicialmente nominado: Conheça o índio do Rio Grande do Sul. O acervo está registrado no Banco de Dados do Museu da UFRGS.

Imagem 3 - Cartaz da Exposição Cerâmica e Arqueologia, 1986



Fonte: Banco de Dados do Museu da UFRGS.

A Arqueologia estava inserida dentro da disciplina de Pré-História até o final dos anos 1980, e não se têm informações de relação com práticas de campo. Os laboratórios foram sendo criados na Universidade à medida que houve a necessidade da realização das pesquisas por demanda dos próprios pesquisadores junto a projetos externos da Universidade, criados com mais afinco na década de 1960 pelos pesquisadores, que começaram a se aperfeiçoar. Os laboratórios serviram de apoio na realização das pesquisas:

Na verdade são os mesmos laboratórios que já existiam, com aqueles arqueólogos, era o Eurico Muller já tinha o Marsul, era o Brochado já tinha UFRGS, o Schmitz já tinha o Anchietao. O que é mais recente é de Santa Maria que é um colega que fez mestrado comigo e foi fazer arqueologia lá e funda um laboratório, depois na Uni e Unipampa, [...] depois vai ter Santa Maria, Uruguaiana, Alegrete, depois a FURG, Pelotas, Santa Cruz [...] Eles iam para as atividades de campo e iam depositando os materiais em um lugar ou outro, mas nessa época especialmente fica o material lá na UFRGS, final dos anos 1960. Eu vejo aqui na PUC, que já tem pesquisas depois com o Guilherme Naue que o Schmitz e o Brochado participam também, em 1972, que tem o apoio do pastoreiro em Santa Vitória do Palmar [...] eles vão distribuindo um pouco em cada lugar. O Schmitz naquele ano estava na UFRGS só depois ele vai para a Unisinos e funda o IAP, [...] que reúne muitos acervos e faz as primeiras publicações. (MONTICELLI, 2018, informação verbal).

No estado do Rio Grande do Sul, o PRONAPA teve dois pesquisadores bolsistas: Brochado, que depositou os acervos no LA, e Eurico Müller, no Museu de Arqueologia do

Rio Grande do Sul (MARSUL), na cidade de Taquara. A informação de que essas coleções pertenciam às pesquisas do PRONAPA foi obtida através de entrevista realizada com a professora Gislene Monticelli da PUCRS, pois não há nenhuma especificação na listagem desenvolvida pelo MUAE que identifique que essas coleções provinham do programa. O catálogo do acervo apresenta os seguintes campos: número de catálogo, registro no IPHAN, município, tipo de prospecção, dimensões, tradição, fase, datação, instituição de guarda, pesquisador e ano.

A Arqueologia que, até então, era feita por amadores, começou a profissionalizar-se quando pesquisadores de renomadas instituições internacionais vieram ministrar cursos no Brasil com o aporte do Governo Federal. O primeiro arqueólogo convidado foi o americano Wesley Hurt, *Indiana University*, que veio em 1958, pelo Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (CEPA) do estado do Paraná, com premissas da metodologia Americana.

Em 1960, o casal Joseph e Annette Laming Emperaire, do Museu do Homem de Paris, chegou ao Brasil para apresentar a metodologia europeia, que consistia em tratar o estudo do sítio do particular para o geral. Participaram como alunos destes primeiros cursos e representantes do Rio Grande do Sul José Joaquim Proenza Brochado e Pedro Ignácio Schmitz, sendo este último posteriormente apenas colaborador do PRONAPA e não bolsista. Essas diretrizes metodológicas eram aplicadas em todo o país, pois eram instauradas pelo Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), hoje IPHAN. (JANDIRA, 2004; SCHMITZ, 2019, informação verbal).

Nas publicações do PRONAPA, escritas por Brochado, há agradecimentos feitos a Schmitz, pois o processo de análise do material teria acontecido no laboratório da disciplina de Antropologia, provavelmente junto com os alunos do curso de História. Essa informação consta em todos os relatórios do Programa.



Imagem 4 - Abertura com os participantes do curso, da direita para a esquerda: Schmitz, Maria Andréa Loyola, Marilete Costa, Brochado e demais participantes



Fonte: Acervo do CEPA UFPR, apud Igor Chmyz (2006).<sup>25</sup>

No ano de 1964, o casal Clifford Evans e Betty Meggers, arqueólogos da Fundação Smithsonian (Universidade de Washington - USA), realizaram um curso intitulado Seminário de Ensino em Jazidas Cerâmicas, utilizando o método Ford, no qual eram ampliadas as análises interpretativas, com base nas micro-diferenciações dos artefatos. Brochado foi aluno neste ano, já Schmitz não participou (JANDIRA, 2004).

Após esses primeiros anos formação em que o PRONAPA foi constituído, foram incorporados, como bolsistas, os pesquisadores presentes neste último curso. O programa perdurou por cinco anos, de 1965 a 1970, teve copatrocínio do Conselho Nacional e Pesquisa, do *Smithsonian Institution*, com autorização e colaboração do DPHAN, e como responsável pelas publicações produzidas pelos pesquisadores ainda contou com a parceria do Museu Paraense Emílio Goeldi. O objetivo do PRONAPA era a realização de um glossário de termos arqueológicos, conforme mostra o trecho retirado do relatório:

Durante os três primeiros anos do PRONAPA, foram pesquisadas 22 regiões em 9 estados, 8 dos quais pertencem a Faixa Costeira e um à Bacia Amazônica. Mais de 1000 sítios foram catalogados, cobrindo um período de tempo, pelo menos de 5310 (diferente e igual) 100 a.C. (SI-440) à época pós-europeia, representando diversos complexos pré-cerâmicos e 42 fases ceramistas. Somam-se também, 3 sambaquis ou concheiros, escavados intensivamente em Paranaguá, no litoral do Paraná. (PRONAPA, 1969, p. 6).

<sup>25</sup> Artigo disponível em: <https://journals.kvasirpublishing.com/arq/article/view/66/224>.

Imagem 5 - Mapa com as regiões e pesquisadores do PRONAPA



Fig. 1 — Limite entre a Bacia Amazônica e a Faixa Costeira em relação às regiões pesquisadas durante os 3 primeiros anos do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Os números identificam os seguintes pesquisadores: 1-2, José Proenza Brochado; 3-5, Eurico Th. Miller; 6-8, Walter F. Piazza; 9, José Wilson Rauth; 10-12, Igor Chmyz; 13, Fernando Altenfelder Silva; 14, Sílvia Maranca; 15-17, Ondemar Ferreira Dias Jr.; 18-21, Valentín Calderón; 22, Nássaro A. de Souza Nassar; 23, Mário F. Simões. Informação geográfica segundo ATLAS NACIONAL, IBGE: A, limite das regiões bioclimáticas de clima equatorial e clima tropical quente e sub-séco; B, limite da Floresta Amazônica; C, limite da Grande Região Norte; D, uso da terra.

Fonte: Relatório do PRONAPA, 1968, p. 5.

Gislene Monticelli (2018) ressalta que as equipes, com aproximadamente dois representantes de cada estado participante, receberam veículos, recursos, tempo e tarefas específicas para percorrer o interior de algumas regiões. Em relação à metodologia, ela aponta:

[...] foi uma primeira aproximação com a Arqueologia, eles estavam interessados e não sabiam como fazer, então foi uma forma que encontraram de garantir essa formação e treinamento, identificando sítios. E o PRONAPA apesar de ser muito criticado, foi importante, porque era um programa muito abrangente junto com as grandes bacias. Ele identificou muitos sítios e por isso mesmo que ele é criticado, em tudo que usaram para amostragem, pequenas prospecções. Assim se queremos comparar o método norte americano implantado aqui, o método Hiller, que veio da Inglaterra, ele dá conta de identificar muitos sítios sem identificar muito de cada sítio, enquanto que o método francês que vem pra cá também, mais ou menos no mesmo período, que já é trazido pela Anette Empire e pelo marido dela Joseph

Ferrier, detalha muito o mesmo sítio que também vai ser motivo de crítica [...]. (MONTICELLI, 2018, informação verbal).

Em relação à metodologia empregada pelo PRONAPA, essa ainda divide opiniões, mas há certa concordância quanto à importância na formação desses pesquisadores que naquela época ainda possuíam pouco conhecimento na área. O Programa garantiu a chegada de novos profissionais, formando uma primeira geração de arqueólogos, que receberam aperfeiçoamento para iniciar a atuação, fundando mais gabinetes de pesquisa:

Alguns já existiam, tanto que foi um gabinete de arqueologia que é o Centro de Estudos de Pesquisas Arqueológicas lá do Paraná, que com José Murilo Fernandes e outros que traz esses casais pra dar cursos aqui [...] interessados em descobrir quais eram as populações humanas [...] Então já tinham pessoas na direção desses cargos em alguns museus, do Museu Paranaense, por exemplo, depois tinha o Paulo Duarte em São Paulo que vai dar origem no hoje ao MAE, que retornam para suas cidades e pleiteiam para dar aulas sobre Arqueologia, sobre história, ocupação indígena, africana, negra, fez com que eles formassem entre os alunos dos cursos de História e Ciências Sociais especialmente mais pessoas que, interessadas em Arqueologia ou que nem conhecessem Arqueologia passaram a se interessar, pudessem ter campo de atuação, pudessem ter um professor para orientar, um gabinete onde pudessem fazer pesquisas e se formassem bolsistas feito eu [...] em seus estados pudessem fazer projetos, conseguir financiamento, puderam fazer seus mestrados e doutorados [...]. (MONTICELLI, 2018, informação verbal).

Schmitz realizou estágio com Anette Laming Emperaire, em 1964, junto com outros arqueólogos, entre eles o próprio Brochado. De acordo com o professor Schmitz (2019), o Programa seguia a linha francesa, de forma que o arqueólogo tinha o compromisso de finalizar o sítio para fazer um cadastro de sítios arqueológicos do Brasil, à época dirigido por Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Esse projeto do DPHAN destinou uma verba distribuída durante dez anos para pesquisadores em Arqueologia, e no ano de 1964, começou o levantamento arqueológico patrocinado pelo departamento, que na região Sul ocorreu na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Leopoldo e no IAP. O levantamento envolveu diversos pesquisadores, como: Schmitz, Brochado, Fernando La Sálvia, Guilherme Naue, Pedro Mentz Ribeiro, Ítala I. Basile Becker e João Alfredo Rohr. Esses percorreram regiões de Santa Vitória do Palmar, Bagé, Dom Pedrito, Rio Grande, Pelotas, Santana do Livramento, Quaraí e Rio Pardo (SCHMITZ; SALVIA; NAUE *et.al*, 1967). Observamos que existia uma colaboração entre esses pesquisadores, pois há publicações em conjunto realizadas no mesmo período do DPHAN e PRONAPA, possivelmente diferenciando-os em função ao financiamento de cada um.

A metodologia adotada era a mesma, um dos protocolos era de que os fragmentos de cerâmica deveriam ter no mínimo cem cacos e no máximo duzentos, para serem validados

estatisticamente, e que o manuseio fosse facilitado com uma quantidade que pudesse ser transportada, criando seriações e sequências (SCHMITZ, 2019, informação verbal). O PRONAP estendeu-se para o Programa de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica (PRONAPABA), cobrindo toda a Amazônia.

Os artefatos arqueológicos provenientes do PRONAPA foram os únicos documentos localizados e presentes na UFRGS sobre o período da pesquisa desses professores, dados e especificidades acerca do material proveniente do PRONAPA na Universidade, não foram localizados. Os cadernos de campo, as separatas, textos do professor à época, se encontram no LPA/PUC, especificamente no acervo pessoal do Brochado e os de Schmitz no IAP, junto ao pesquisador.

Imagem 6 - Diários de campo do período de pesquisa no PRONAPA, de autoria do professor José Joaquim Proenza Brochado



Fonte: Gislene Monticelli, em 19 de jul. 2019. Acervo pessoal do Prof. Dr. José Joaquim Proenza Brochado, depositado no LPA/MCT/PUCRS.

A metodologia do Programa, que dividiu os sítios em tradições, fases e subfases, foi muito criticada na literatura da Arqueologia Brasileira, pois há um grande volume de sítios localizados no país inteiro, porém com incipientes abordagens. Segundo Barreto (1999-2000), houve uma maior preocupação em categorizar peças líticas, levando em consideração os conhecimentos da corrente do paleolítico francês e nos argumentos trazidos por Betty Meggers sobre as teorias do determinismo tecno-ambiental, do que em conhecer as culturas

brasileiras. Essas correntes perderam força quando foram inseridas as variantes tempo/espço e culturais/étnicas presentes nesses artefatos.

Em uma aproximação com os relatórios, observamos que há em todos eles uma breve apresentação do Programa feita pelos professores estrangeiros responsáveis pelas pesquisas, avaliando os resultados obtidos. Nas separatas (nas quais são divididos os relatórios) escritas por cada pesquisador bolsista, há uma padronização dos campos no texto, iniciando o ambiente geográfico com descrições do relevo, vegetação, clima e fauna. Após essa análise geográfica e biológica, há um resumo no qual os pesquisadores enquadram as sequências arqueológicas em fases, apresentando cada uma delas e o tipo de material encontrado nos sítios. E por último, há as conclusões e resumos da pesquisa, referenciando outras já realizadas. Na bibliografia utilizada, tinham menções aos professores catedráticos Schmitz e Rambo e algumas imagens do ambiente geográfico e dos fragmentos encontrados.

Quadro 1 - Resumo dos relatórios do Prof. Brochado durante pesquisa para PRONAPA

| Data da pesquisa | Título da publicação  | Ambiente geográfico                           | Clima                             | Vegetação                                       | Fauna   | Sítios   | Fase   | Material  | Fragmentos  |
|------------------|---|---|-----------------------------------|---|---|--|--|---|---|
| 1966 - 1967      | Dados parciais sobre a arqueologia no Vale do Ijuí                                    | Bacia Fluvial do Rio Ijuí, área 5.500 km²     | subtropical mesotérmico, 18°      | latifoliada tropical, solo de rochas vulcânicas | mamíferos de pequeno e grande porte e aves            | 23 arqueológicos, 5 líticos, 28 cerâmicos  | Ijuí de Tradição Guarani e Missões de Tradição Guarani | lítico lascado, cerâmico  | polidor/moedor  |
| 1967 - 1968      | Pesquisas arqueológicas nos vales do Ijuí e Jacuí                                     | Entre os rios Ijuí, Jacuí e Uruguai           | subtropical úmido                 | Floresta latifoliada tropical                   | quadrúpedes de grande e pequeno porte, répteis e aves | 51 sítios arqueológicos; 3 líticos e 37 cerâmicos; 2 agrupamentos de aterros, um conjunto de túmulos de pedras, 2 alinhamentos de pedras, uma gruta com petróglifos e 5 sítios com concavidades polidas executadas sobre grandes blocos. | Jacuí, panambi, vacacaí, toropi, indaú, Ijuí, missões  | aterros, túmulos de pedras, alinhamento de pedras, abrigo com talhadores, petróglifos | instrumentos lascados, pontas de flexa, bolas de boleadeira, talhadores, raspadores   |
| 1968 - 1969      | Extensão das pesquisas arqueológicas nos vales do Jacuí e Ibiicuí-mirim               | Entre o Jacuí, Vacacaí, Mirim e Ibiicuí Mirim | subtropical úmido                 | Floresta latifoliada tropical                   | quadrúpedes de grande e pequeno porte, répteis e aves | 61 sítios arqueológicos  | Jacuí, Canhemborá, Tupiguarani, Vacacaí, Guaraká       | 7 líticos, 3 abrigos com circulares, bolas de boleadeira, petróglifos                 | quebra coquinhos, pontas de flexa, pedras circulares, bolas de boleadeira,            |
| 1969 - 1970      | Pesquisas arqueológicas no escudo cristalino do Rio Grande do Sul (serra do sudeste). | Escudo cristalino do sudeste do Estado        | subtropical temperado mesotérmico | Floresta latifoliada de lauráceas               | animais aquáticos, mamíferos e aves                   | 60 sítios arqueológicos, 15 são locais de aterros e 3 de dunas ocupadas, dos quais 5 com cerâmica superficialmente; 6 são sítios líticos, dos quais 4 com alguma cerâmica, e 36 são sítios cerâmicos.                                    | Tupiguarani e Faxinal                                  | urnas, aterros, dunas ocupadas  | pontas de flexa, quebra coquinhos, talhadores, bolas picoteadas, moedores, alisadores |

Fonte: Carina Kaiser, abril de 2019, com base nos relatórios do PRONAPA de 1965 a 1970.

Há também a listagem de sítios, anexa à vistoria realizada pelo IPHAN no LAE em 2017. Este processo foi realizado e intitulado como processo de curadoria, realizado pelo MUAE em 1998, na qual foi possível comparar a origem dos acervos com as publicações/relatórios do PRONAPA (encontrados na biblioteca da PUCRS). Nessa listagem podemos visualizar sítios que datam entre 1967 e 1973, de responsabilidade do pesquisador José Joaquim Proenza Brochado. As numerações seguem uma listagem de 100 ao 789, com algumas lacunas.

As coleções referentes ao PRONAPA, com prospecções realizadas entre 1966 e 1970, correspondem a diversas cidades do estado, entre elas: Santo Ângelo, Panambi, Faxinal do Soturno, São Pedro do Sul, Santa Maria, Nova Palma, Ijuí, São Lourenço do Sul, Restinga Seca, Dona Francisca, Cacequi, Canguçu, São Gabriel, Camaquã, Augusto Pestana, Sobradinho, Agudo, Cachoeira do Sul e Pejuçara. Já as pesquisas realizadas com registro em 1973 correspondem aos municípios de Cachoeira do Sul, Dona Francisca, Restinga Seca, Agudo, Nova Palma e Faxinal do Soturno. É possível notar que as cidades repetem-se, ou seja, provavelmente o professor retornou ao local para outra pesquisa não ligada ao PRONAPA<sup>26</sup>.

Imagem 7 - Caixa com material de pesquisas realizadas em 1973



Fonte: Carina Kaiser, 03 de maio de 2019.

<sup>26</sup> Essas informações podem ser encontradas na base de dados do IPHAN, como catálogo anexo ao acervo do LAE. Essa listagem foi organizada pela equipe do MUAE em 1998-1999, sendo a versão original entregue à professora em 2018, pelo professor Schmitz, junto com os acervos que estavam no IAP. Sendo assim, há muitos direcionamentos a serem feitos e, conseqüentemente, a compreensão de organizar coleções.

A partir dessa informação, o professor Schmitz foi contatado novamente por e-mail, após a entrevista que concedera como parte das investigações da dissertação, informando que as prospecções se deram no Vale do Jacuí (RS MJ 98), nas regiões de Cachoeira do Sul, Agudo e Restinga Seca. Projeto este que teve a participação de Ervino Barth, bolsista de iniciação científica do projeto, que faleceu em 1973. Os resultados desse trabalho foram divulgados, em 2000, na Revista Documentos, Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil pelo IAP (Unisinos de São Leopoldo, na publicação há informações pontuais sobre os sítios que complementam os dados do catálogo com o nome do proprietário da localidade, o nome dado ao sítio, o município, o tipo de sítio e onde estava localizado, normalmente informado entre quais bacias de rios, quantas coletas e o local específico em que foram realizadas). A quantidade de material encontrado também é dimensionada, muitos ou poucos fragmentos, se estavam próximos ou espalhados, o tamanho da área, o tipo de terreno e vegetação, a data em que foi iniciada a pesquisa, quem realizou a coleta, o reconhecimento do material, o local onde foi depositado e qual o número de inscrição no catálogo.

O acervo etnológico do LA não dispõe, hoje, de uma listagem que integre o Laboratório de Arqueologia e Etnologia (LAE), pois encontra-se, em sua maioria, disposto no Núcleo de Sociedades Indígenas e Tradicionais (NIT) e uma pequena parte no LAE. Esses acervos ocupam duas salas nos laboratórios de pesquisa desses núcleos, realocados com outros objetos, e não possuem informação de identificação. Há arcos, flechas, cestarias, vasilhames e urnas funerárias, que possivelmente foram coletados no período em que Balduino Rambo era catedrático na UFRGS, ou seja, a datação deste acervo etnológico possivelmente é de 1946 a 1961, período de atuação do professor.

Existem ainda alguns vasilhames, que segundo Gislene Moticelli, foram doados por moradores de localidades do interior do estado. Esses moradores encontravam os objetos e doavam para os padres da comunidade, que repassavam aos outros interessados em Arqueologia. Muitas desses artefatos eram achados durante a realização de atividades agrícolas, que por usar arado acabavam por fragmentar algumas peças:

Essas vasilhas que têm lá na UFRGS foram doadas e encontradas no final dos anos 50, 60, tem vasilha de todos os tamanhos, pequena média, grande, que inclusive temos parecidas aqui, com decoração mamilar, com contas de colar, um colar montado, com contas de vidro dentro, que já indica um contato. Um dos artigos que o Brochado escreve tem material das Missões, Serra do sudeste, região sul do estado, Jacuí, Ivoti, tem muita pesquisa que eles foram fazendo em diferentes regiões. (MONTICELLI, 2018, informação verbal).



Imagem 8 - Algumas urnas e vasilhames presentes no acervo do LAE



Fonte: Carina Kaiser, 03 de maio de 2019.

Além das vasilhas em cerâmicas, é possível verificar que há algumas cestarias provenientes das coletas realizadas por Rambo. A partir da entrevista com Schmitz (2019), foi possível constatar que houve também a utilização de instrumentos de medições de crânios, utilizados nas aulas de antropometria, no ensino da Antropologia Física/Biológica. Essa vertente foi ensinada aos alunos entre a década de 1950 e 1960, sendo substituída, posteriormente, pelo ensino da Antropologia Cultural.

Esses instrumentos foram encomendados e importados para as demonstrações práticas, antes conduzidas por médicos, e que depois passaram a ser ensinadas pelos catedráticos. Vale ressaltar que esses métodos ensejaram o racismo científico pelo mundo todo, juntamente com o aporte da Medicina.

Imagem 9 - Cestarias de procedência desconhecida, coletadas por Balduino Rambo. Sala do LAE (esquerda) e sala do MUAE (direita)



Fonte: Carina Kaiser, 03 de maio de 2019.

Uma pesquisa em registros do IPHAN permitiu correlacionar possíveis acervos da UFRGS, que não se encontram catalogados, a prováveis coletas realizadas por projetos de arqueologia, envolvendo professores catedráticos. Em nome de Pedro Ignácio Schmitz, existem cinco processos entre os anos de 1981 e 2004, todos vinculados à Unisinos pelo IAP; enquanto José Joaquim Proenza Brochado aparece como coordenador de sete projetos vinculados à PUCRS, universidade na qual o professor se vinculou após sua aposentadoria na UFRGS, e outros seis com coparticipação, cadastrados entre os anos de 1989 e 1991, todos vinculados à instituição particular de ensino.

Relevante pontuar que não há registros em nome do Professor Rambo, falecido em 1961, mesmo ano em que é promulgada a lei nº 3.924, que torna as jazidas e bens arqueológicos patrimônio da União e condiciona as escavações ao licenciamento do então DPHAN, hoje IPHAN. A tabela abaixo sintetiza dados de processos no IPHAN referentes aos projetos dos professores Schmitz e Brochado.

Quadro 2 - Projetos dos professores Brochado e Schmitz inscritos no IPHAN

| PESQUISADOR                   | PROJETO   | ANO  | INSTITUIÇÃO | PESQUISADOR           | PROJETO   | ANO  | INSTITUIÇÃO |
|-------------------------------|---|------|-------------|-----------------------|---|------|-------------|
| José Joaquim Proença Brochado | Caracterização e Evidenciação do Patrimônio Histórico Cultural: Área Garabi   | 1989 | PUC         | Pedro Ignácio Schmitz | Salvamento Arqueológico no Médio do Jacuí (Barragem de Dona Francisca)          | 1981 | Unicinos    |
|                               | Programa para o Salvamento do patrimônio histórico - cultural do Rio Uruguai: Área Machadoinho  | 1989 | PUC         |                       | Açampamento de Populações Pré-coloniais do Litoral Central do Rio Grande do Sul | 1995 | Unicinos    |
|                               | Programa para o Salvamento do Patrimônio Histórico-Cultural do Rio Uruguai: Área Machadoinho  | 1988 | PUC         |                       | Arqueologia do Planalto Meridional: Os campos de Vacaria                        | 1997 | Unicinos    |
|                               | Projeto Arqueológico Ivorá: Padrões de Assentamento e Adaptação Ecológica dos Grupos Pré-Históricos na Borda do Planalto Meridional/RS                    | 1991 | PUC         |                       | Ocupação Pré-colonial na Floresta de Restinga Projeto Quintão II                | 2000 | Unicinos    |
|                               | Os Construtores de Aterros na pré-história do Rio Grande do Sul: Uma revisão das evidências   | 1991 | PUC         |                       | Arqueologia do Planalto Meridional: Os Campos de Vacaria                        | 2004 | Unicinos    |
|                               | Cerâmica euro-indígena do Sítio RS-5 "Campos da Hidráulica" Rio Grande/RS   | 1996 | PUC         |                       |   |      |             |
|                               | Levantamento Arqueológico na Área da UME de Machadoinho-Eletozul (Centrais do Sul do Brasil S/A)  | 1996 | PUC         |                       |   |      |             |
|                               | Pesquisas Arqueológicas no Município de São Pedro do Sul  | 1996 | PUC         |                       |   |      |             |
|                               | Projeto de Levantamento e Salvamento Arqueológico no Município de Mariana Pimentel/RS   | 1997 | PUC         |                       |   |      |             |
|                               | Projeto de Levantamento Arqueológico nas Áreas de Implantação da Linha de Transmissão Garabi-Itá e respectivas sub-estações                               | 1998 | PUC         |                       |   |      |             |
|                               | Projeto de Levantamento e salvamento Arqueológico no Município de Cambaá do Sul   | 1997 | PUC         |                       |   |      |             |
|                               | Projeto de Salvamento dos Sítios Arqueológicos na área de Implantação do Gasoduto Brasil/Bolívia Trecho Sul: Estado do Rio Grande do Sul (Volumes I e II) | 1999 | PUC         |                       |   |      |             |

Fonte: Elaborada pela autora, em março de 2019, com base em dados do IPHAN.

Entende-se que a produção de conhecimento nas universidades gera prestígio, e com o saber consolida-se também o poder. A formação das coleções e as práticas de colecionamento são conduzidas por este duplo movimento (saber e poder), gerando testemunhos desses processos acadêmicos. Muitas coleções acabam perdendo seu prestígio, em razão de fatores de ordem científica, como mudanças de métodos e paradigmas. Nessa condição, mergulham

em uma espécie de hiato institucional, tornam-se invisíveis e vulneráveis em face de descontinuidade de sua gestão (JULIÃO, 2015).

Porém, diferentemente de outras categorias de objetos, os constituídos pela evolução dos conhecimentos históricos, científicos e com pressupostos ideológicos, são os que irão formar disciplinas, técnicas de investigação e desenvolver teorias para as pesquisas, nas quais estão inseridas a Arqueologia e a Etnografia/Etnologia. Esses objetos são intermediários entre os que os olham e o mundo que representam (POMIAN, 1984). Sendo assim, os objetos que envolvem os campos e a prática científica tangenciam a história do conhecimento e são indissociáveis de quem as desenvolveu.

A participação desses professores catedráticos foi fundamental para a configuração dos campos de Arqueologia e Antropologia na UFRGS, tendo em vista não apenas o processo de coleta e evidências materiais da prática de pesquisa, mas também o início da aproximação com o ensino, pois em alguns momentos os docentes envolviam os alunos nas análises laboratoriais de seus projetos. Alguns destes alunos, mais tarde, tornam-se professores na UFRGS, porém adentrando a Universidade com uma formação nestas áreas já mais consolidada e especializada, como veremos no próximo capítulo.

### 3 NOVA GERAÇÃO DE PESQUISADORES E NÚCLEOS DE PESQUISA DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA

Este capítulo traz um panorama da criação dos núcleos de pesquisa que integram o MUAE. Esses núcleos começam a ser criados para dar suporte às pesquisas na Universidade, no fim dos anos 1980. O primeiro deles, dentro do curso de História, é o Núcleo de Pesquisa Arqueológica (NuPArq), coordenado pela professora Silvia Moehlecke Copé; o segundo, no curso de Ciências Sociais, é o Laboratório de Arqueologia e Etnologia (LAE), herdeiro do LA e coordenado pelo professor José Otávio Catafesto; e o terceiro é o Núcleo de Sociedades Indígenas e Tradicionais (NIT), criado dentro do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, coordenado pelo professor Sérgio Batista da Silva, que realizou pesquisas em parceria com o LAE.

Esses novos núcleos, que institucionalizam e dão suporte às pesquisas, promoveram a atuação de uma nova geração de professores, ex-alunos dos catedráticos, que passaram a coordenar projetos de pesquisas e de gestão dos acervos coletados, por vezes dando continuidade a aspectos metodológicos utilizados pelos catedráticos. Posteriormente, esses núcleos unem-se na criação do MUAE, especificamente o LAE e o NupArq, como veremos no último capítulo.

Com a resolução de 001/1986, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), pesquisas arqueológicas passaram a ser exigidas antes da realização de grandes obras. Em 1986, foi criado o Sistema Nacional de Museus (SEM), que em 1990 dividiu os estados em regiões museológicas, para uma maior integração e proposição de diretrizes entre os museus<sup>27</sup>. Em 1989, a lei Federal 7.735 criou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), que fiscaliza o uso dos recursos naturais e as tratativas para o licenciamento ambiental.<sup>28</sup> Vemos, assim, uma série de normativas pensadas para atender as demandas que concernem ao patrimônio.

Conforme Saladino (2008), em 1997 houve a implantação do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico-SGPA, um banco de dados com campos que contempla o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos, Projetos de Pesquisa, Relatórios de

---

<sup>27</sup> Mais informações no site do SEMRS. Disponível em: <http://www.sistemademuseus.rs.gov.br/semrs/>.

<sup>28</sup> Mais informações no site. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/institucional/sobre-o-ibama>.

Pesquisa, Coleções Arqueológicas e Relatórios de Vistoria. Desde então, todos os núcleos e laboratórios de pesquisa passaram a alimentar esse sistema, inserindo os sítios pesquisados na Ficha de Registro de Sítios Arqueológicos para a inclusão no Banco de Portarias de Arqueologia, que dá suporte às atividades de licenciamento.

A documentação dos acervos proporciona a sistematização dessas informações. Os relatórios de atividades apresentados para o IPHAN pelos núcleos locais de endosso institucional são em sua maioria bimestrais e apresentam as atividades arqueológicas desenvolvidas nesses períodos. Por meio desses projetos inscritos no IPHAN, podemos observar que a bibliografia utilizada traz publicações dos catedráticos, de forma a reforçar a importância e influência deles e das suas correntes teóricas na Arqueologia e na Etnologia.

Dito isso, este terceiro capítulo foi dividido em três subcapítulos: *O Núcleo de Pesquisa Arqueológica da UFRGS (NuPARq)*; *O Laboratório de Arqueologia e Etnologia da UFRGS (LAE)*, buscando identificar seus objetivos, projetos de pesquisa e os acervos constituídos ao longo de suas respectivas atuações; e o terceiro *Conexões Acadêmicas: campos de conhecimento, núcleos de pesquisas e professores*, em que são abordados os aspectos relacionados ao delineamento da Arqueologia e Antropologia, tanto no período dos catedráticos, quanto a partir dos anos de 1990, a fim de compreender as convergências acadêmico-institucionais que ensejaram a criação do MUAE.

### 3.1 O Núcleo de Pesquisa Arqueológica da UFRGS (NuPARq)

O Núcleo de Pesquisa Arqueológica (NuPARq), criado em 1989 pelos professores e arqueólogos Silvia Moehlecke Copé<sup>29</sup> e Arno Alvarez Kern<sup>30</sup>, é vinculado ao Departamento

---

<sup>29</sup> Possui graduação em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1975), mestrado em Antropologia Social - área de Concentração Arqueologia - pela Universidade de São Paulo (1984) e doutorado em Prehistoire, Ethnologie, Anthropologie pela Universidade de Paris I Panthéon-Sorbonne (2006). Atualmente é professora titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tem experiência na área de Arqueologia, com ênfase em Arqueologia pré-histórica, atuando principalmente nos seguintes temas: teoria arqueológica, prática da arqueologia de campo e de laboratório, formação de recursos humanos para a arqueologia, licenciamento ambiental e preservação do patrimônio arqueológico. Na última década, a área geográfica de atuação é o planalto sul brasileiro, Rio Grande do Sul. Foi vice-presidente da Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB, biênio 2009-2011. Texto informado pela autora, disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4783963Z2>

<sup>30</sup> Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1965), Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1979), Doutor em Arqueologia pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (1981, Paris, França, orientador: Paul Courbin). Na Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, realizou dois pós-doutorados sob a orientação de Paul Courbin e de Jean-Marie Pesez. Atualmente é Pesquisador Sênior do CNPq, relacionado ao Laboratório de Arqueologia (CEPA) da PUCRS e ao Grupo de Pesquisas &quot; Arqueologia das sociedades Indígenas da Região Platina&quot; (CNPq) É Professor

de História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS. Sua criação teve por objetivo reunir as pesquisas arqueológicas realizadas pelo Departamento de História, aperfeiçoar o corpo discente e divulgar os resultados das pesquisas por meio do desenvolvimento de atividades de extensão. Com a saída de Arno Alvarez Kern em 1995, o Núcleo passou a ser coordenado apenas pela professora Silvia Moehlecke Copé.

Atualmente, o NuPARq possui linhas de pesquisa em Arqueologia Pré-Histórica Brasileira, Arqueologia Pré-Histórica Sul-Riograndense, Arqueologia Histórica e Teoria e Metodologia Arqueológica. A professora Silvia Copé (2019) destaca que o objetivo do Núcleo é treinar estudantes, tanto para a prática acadêmica como para a profissional, na qual o estudante possa vivenciar as demandas de um arqueólogo. O NupArq realizou cursos de extensão e profissionalização, trazendo especialistas para a Universidade, capacitando alunos, arqueólogos e demais pesquisadores interessados.

---

Titular aposentado do Programa de Pós-Graduação em História (Doutorado e Mestrado) e do Curso de Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul- PUCRS. É professor titular aposentado do Programa de Pós-Graduação em História (Doutorado e Mestrado) e do Curso de Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tem experiência nas áreas de Arqueologia e História, com ênfase em Arqueologia Histórica, em História e Arqueologia das Missões Jesuítico-guaranis, Teorias da História e Teorias da Arqueologia. Atua principalmente nos seguintes temas: arqueologia, arqueologia dos sítios históricos, missões ibéricas platinas coloniais, relações interdisciplinares entre a história e arqueologia, povoamento pré-histórico e colonial do Rio da Prata, teorias históricas e arqueológicas. Foi presidente da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH) e presidente da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB): de 1994 a 1995. É sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS). Coordena o Grupo de Pesquisas PRO-PRATA. Texto informado pelo autor, disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4783144Z9>.

Imagem 10 - Laboratório de pesquisa e reserva técnica do NuPARq



Fonte: Carina Kaiser, 14 de nov. 2017.

A manutenção do núcleo acontece a partir de cotas repassadas pelo IFCH/UFRGS e, principalmente, da prestação de consultorias, assessorias, perícias e laudos arqueológicos para empresas. Os pesquisadores e estudantes do NuPARq integram um grupo de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e desde 1997 possuem apoio de bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), CNPq, Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS)<sup>31</sup>.

Outro aspecto também determinante para a criação de disciplinas e seus laboratórios refere-se ao fato de os professores passarem a ter dedicação exclusiva (DE) nas universidades, passando a realizar mais incisivamente as pesquisas. Em entrevista, a professora Sílvia Copé ressalta que, por volta de 1988, começou-se a oferecer, nas universidades brasileiras, a dedicação exclusiva aos professores, aumentando-se os salários, o que possibilitou que eles deixassem de dar aulas em outras faculdades/universidades, sendo mais rentável, seguro e produtivo lecionar em apenas uma instituição. Outro ponto é que o professor passou a ter poder de escolha em relação às disciplinas que iria lecionar, convergindo com suas linhas de pesquisa.

---

<sup>31</sup> Informações obtidas no site: <http://www.ufrgs.br/nuparq/historico>.



Além das pesquisas acadêmicas em Arqueologia, os núcleos prestam, com frequência, consultoria externa, a chamada arqueologia contratual, na qual a Universidade insere-se como local de endosso institucional, disponibilizando o laboratório, a guarda dos acervos e a equipe especializada. Os serviços são contratados pelas empresas que buscam, na maioria das vezes, o licenciamento ambiental para a realização de obras. São demandados dos núcleos: relatórios de vistoria arqueológica, relatórios de levantamento arqueológico, projetos de monitoramento e salvamento arqueológico, propostas de medidas compensatórias ao impacto arqueológico, relatório técnico- científico, diagnósticos, resgates arqueológicos, entre outros.

Com a reforma do currículo da História, a necessidade do endosso institucional, da educação patrimonial e o aumento das pesquisas para licenciamento ambiental, a Arqueologia foi valorizada, alcançando mais autonomia e visibilidade no campo científico. É possível destacar a autorização de salas para a execução das pesquisas, a implementação de novas disciplinas, como a de Pré-História Brasileira, criada pelo professor Álvaro Kern, e América Colombiana, pela professora Sílvia Copé.

Em 2009, foi criada a disciplina de Cultura Material, atendendo à necessidade de introduzir a discussão a respeito desse campo de estudos em um cenário, segundo a professora Silvia Copé (2019), de intensificação de debates acerca do patrimônio material, tanto no âmbito das políticas culturais quanto no âmbito acadêmico. Outro aspecto que corroborou para a criação da disciplina, como informou Copé, foi o crescimento do acervo do Núcleo, com a realização de novos projetos de licenciamento e salvamento ambiental, tornando necessário que se tivessem espaços maiores e mais adequados para a guarda das coleções. Pode-se deduzir, a partir da fala da docente, que, além do problema de espaço físico, tratava-se também da implementação das diretrizes que promovessem debates sobre políticas voltadas a conceituar a cultura material.

O NuPArq, em seus trinta anos de atividades, acumula um acervo de grandes dimensões, comportando material arquivístico, bibliográfico e tridimensional. Os laboratórios localizam-se no IFCH, Campus do Vale, funcionando em duas salas, 210 e 213, no prédio D2. Uma delas é identificada como laboratório, onde fica todo o acervo tridimensional arqueológico. A outra funciona como um gabinete ocupado por três professores arqueólogos, onde estão acondicionados livros, monografias, dissertações, teses, revistas especializadas em Arqueologia, material referente aos projetos de pesquisa realizados pelo núcleo e sobre a gestão do MUAE.

O Núcleo também possui uma listagem do seu acervo bibliográfico em *Word* e do tridimensional no programa *Excel*, no formato de arrolamento. Os campos referentes ao acervo arqueológico tridimensional (artefatos) compreendem número de catálogo - que vai do 01 ao 2449 -, porém com muitos espaçamentos entre estes números, dificultando uma exata contagem. As categorias que constam neste catálogo abrangem a temporalidade e a espacialidade da escavação, tais como: nome do projeto, estrutura, quadrícula, camada, nível, torre e plotagem.

A partir desse arrolamento, produziu-se um quadro que sintetiza os sítios onde o NuPArq atuou e demonstra a dimensão quantitativa das pesquisas. Também é possível visualizar a nomenclatura usada para a localização dos sítios, a exemplo de: RS AN 3 e RS VZ 01, que remete a estado, localidade e sítio, respectivamente.

Quadro 3 - Resumo dos sítios que constam no arrolamento do Núcleo

| <b>NuPArq</b>          |   |                |  |                |
|------------------------|---|----------------|--|----------------|
| <b>SÍTIO</b>           | <b>AN</b>   | <b>RS VZ</b>   | <b>RS IJ</b>                                     | <b>RS PE</b>   |
| <b>Nº DO SÍTIO</b>     | 3   | 01, 02, 03, 04 | 01, 02, 03, 06, 07,<br>08, 13, 14, 15, 17,<br>22 | 22, 29, 31, 41 |
| <b>NOMES DO SÍTIOS</b> | Ari Duarte 3, Pedreira, Leopoldo 5, 6, 7, 8, Sítio 6, Pedreira, Cerro Alegre, Cerro Alegre 2, 3, Aduelas, Gramado 1, 3, Entre Gramados, Lourenços, Peça isolada, Rincão Lourenço, Estrada, Natalino, Seu Nenê, Sta Terezinha, LT Venâncio- Santa, Patrocínio Vieira, Rincão dos Weiss, Agência 1, Posto Fiscal, Área 02, 03, 49, 50, 55, 57/1, 57/2, 58, 68, L 69, L 70, 71, 75, 76/2, L 77, 78, L 76, 76/1, L 69/2, 92/1, 92/2, 93/1, 93/2 |                |  |                |

Fonte: Elaborada pela autora em jan. de 2019, com base no arrolamento disponibilizado pela coordenadora do NuPArq, em agosto de 2018.

Na consulta feita no IPHAN<sup>32</sup>, apurou-se o total de trinta e nove projetos desenvolvidos pelo Núcleo, entre os anos de 1998 e 2012, contemplando vistorias, relatórios, monitoramentos, escavações e propostas de medidas compensatórias para diversas partes do estado do Rio Grande do Sul, de acordo com quadro abaixo.

<sup>32</sup> Por meio de consulta via e-mail, o IPHAN disponibiliza uma listagem dos processos/projetos cadastrados no órgão, podendo ser feita a busca por pesquisador, núcleo de pesquisa, instituição, entre outros.

Quadro 4 - Lista de projetos que constam no IPHAN

| Ano  | Processo             | Projeto  | Coordenador                | Outorga    |
|------|----------------------|--|----------------------------|------------|
| 1998 | 01512.000146/98-16   | Povoamento dos Campos de Cima da Serra: Bom Jesus e São José dos Ausentes  | Lizete Dias de Oliveira    | 07/12/1998 |
| 1999 | 01512.000090/99-44   | Levantamento e Salvamento Arqueológico nas áreas de implantação da Linha de Transmissão - LT 230, Santo Angelo - São Boda 2  | Silvia Moehlecke Copé      | 10/09/1999 |
| 1999 | 01512.000095/99-68   | Pesquisa e Resgate arqueológicos na área correspondente à faixa de domínio e de influência direta da rodovia RST-741, trecho Encruzilhada do Sul - BR-392 (Canguçu), com extensão de 89.416,97m <sup>4</sup> localizada na região da Serra do Sudeste, no Estado do Rio Grande do Sul. | Vera Lúcia Thommer Thaddeu | 16/09/1999 |
| 1999 | 01512.000134/99-18   | Projeto Prospectivo e de Resgate Arqueológico - Rodovia RS 332, trecho Contorno de Soledade  | Vera Lúcia Thommer Thaddeu | 24/12/1999 |
| 2001 | 01512.000169/00-61   | Projeto de Levantamento e Salvamento Arqueológico na área de influência da Linha de Transmissão LT 69 kV entre Santa Rosa e Santo Cristo   | Silvia Moehlecke Copé      | 04/01/2001 |
| 2001 | 01512.000170/00-95   | Projeto de Levantamento e Salvamento Arqueológico nas áreas de implantação da Linha de Transmissão Estância Velha - Dois Irmãos/RS   | Silvia Moehlecke Copé      | 04/01/2001 |
| 2001 | 01512.000008/01-58   | Prospecção e Salvamento Arqueológico na área da Usina Termelétrica de Jacuí, no Município de Charqueadas/RS  | Silvia Moehlecke Copé      | 12/03/2001 |
| 2001 | 01510.000142/01-79   | Levantamento Arqueológico na Área de Inundação e Salvamento Arqueológico no Canteiro de Obras da UHE Barra Grande.   | Oswaldo Paulino da Silva   | 21/09/2001 |
| 2002 | 01512.000008/2001-58 | Prospecção e Salvamento Arqueológico na Área da Usina Termelétrica de Jacuí  | Silvia Moehlecke Copé      | 31/01/2002 |
| 2002 | 01512.000207/2001-66 | Monitoramento e Resgate Arqueológico nas Áreas de Implantação das LTs 230 kV Caxias - Taquara - Osório   | Silvia Moehlecke Copé      | 05/08/2002 |
| 2002 | 01512.000089/2002-77 | Levantamento e Salvamento Arqueológico da Área a Ser Diretamente Afetada pela Instalação de Três AHEs - Caçador, Linha Emília e Cotiporã   | Beatriz Valladão Thiesen   | 21/10/2002 |
| 2003 | 01512.000076/2003-89 | Espaço, Sociedade e Cotidiano: Uma Aproximação ao Tropeirismo Através da Arqueologia   | Adriana Fraga da Silva     | 30/06/2003 |
| 2003 | 01510.000042/2003-12 | Salvamento dos Sítios Arqueológicos Identificados na Área de Inundação da UHE Barra Grande   | Solange Bezerra Caldarelli | 23/07/2003 |

## Continuação do quadro 4 - Lista de projetos que constam no IPHAN

|      |                      |  |                            |            |
|------|----------------------|--|----------------------------|------------|
| 2003 | 01512.000089/2002-77 | Levantamento e Salvamento Arqueológico da Área a Ser Diretamente Afetada pela Instalação de Três AHEs - Caçador, Linha Emilia e Cotiporã                       | Beatriz Valladão Thiesen   | 19/08/2003 |
| 2003 | 01510.000151/2003-21 | Levantamento Arqueológico na ADA da UHE Pai Querê  | Solange Bezerra Caldarelli | 23/12/2003 |
| 2003 | 01512.000263/2003-62 | Variabilidade, Mobilidade e Paisagem: Uma Proposta Interpretativa Para os Vestígios dos Assentamentos Pré-coloniais no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul | Rodrigo Costa Angrizani    | 23/12/2003 |
| 2004 | 01512.000232/2004-92 | Projeto Arqueológico Vale do Rio Cai   | Adriana Schmidt Dias       | 20/09/2004 |
| 2005 | 01512.000076/2003-89 | Espaço, Sociedade e Cotidiano: Uma Aproximação ao Tropeirismo Através da Arqueologia   | Adriana Fraga da Silva     | 04/08/2005 |
| 2006 | 01512.000263/2003-62 | Variabilidade, Mobilidade e Paisagem: Uma Proposta Interpretativa Para os Vestígios dos Assentamentos Pré-coloniais no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul | Rodrigo Costa Angrizani    | 18/01/2006 |
| 2006 | 01510.000188/2005-11 | Projeto de Arqueologia Compensatória - UHE Barra Grande  | Solange Bezerra Caldarelli | 18/01/2006 |
| 2006 | 01512.000007/2006-18 | Escavações em Sítios Arqueológicos no Entorno da UHE Barra Grande  | Silvia Moehlecke Copé      | 02/02/2006 |
| 2007 | 01512.000232/2004-92 | Projeto Arqueológico Vale do Rio Cai   | Adriana Schmidt Dias       | 01/08/2007 |
| 2012 | 01450.011726/2012-84 | <a href="#">Medidas Preventivas: Programa de Prospecção Interventiva e Programa de Monitoramento para LT 525kV Salto Santiago – Itá – Nova Santa Rita</a>      | Silvia Moehlecke Copé      | 29/11/2012 |
| 2013 | 01512.002175/2012-96 | Prospecção Interventiva e Programa de Monitoramento para a LT 230 kv Nova Santa Rita-Camaquã-Quinta  | Silvia Moehlecke Copé      | 10/01/2013 |
| 2013 | 01512.001578/2012-18 | Programa de Prospecção Arqueológica Interventiva e Educação Patrimonial LT 230 KV Ramal Candelária 2, CEEE   | Silvia Moehlecke Copé      | 25/06/2013 |
| 2013 | 01512.000529/2012-68 | Prospecção Arqueológica Interventiva e Educação Patrimonial da Linha de Transmissão 230 KV Campo Bom – Taquara   | Silvia Moehlecke Copé      | 04/11/2013 |

Fonte: Banco de dados do IPHAN, parecer nº 11/2018/ACON/CNA/DEPAM

## Continuação do quadro 4 - Lista de projetos que constam no IPHAN

|      |                      |  |                       |            |
|------|----------------------|--|-----------------------|------------|
| 2013 | 01512.001557/2012-01 | Prospecção Arqueológica Interventiva na Área de Implantação da LT 230kV SE Viamão 3 – SE Restinga, SE Restinga – PAL 13                  | Silvia Moehlecke Copé | 05/12/2013 |
| 2014 | 01450.011726/2012-84 | Resgate do Sítio Arqueológico localizado no local da Torre 003-1 - LT 525 Salto Santiago - Itá - Nova Santa Rita (C2)                    | Silvia Moehlecke Copé | 24/04/2014 |
| 2014 | 01450.011726/2012-84 | Medidas Preventivas: Programa de Prospecção Interventiva e Programa de Monitoramento para LT 525kV Salto Santiago – Itá –Nova Santa Rita | Silvia Moehlecke Copé | 24/04/2014 |
| 2015 | 01512.002591/2014-56 | Prospecção Interventiva no Parque Eólico Capão Alto  | Silvia Moehlecke Copé | 16/03/2015 |

Fonte: Banco de dados do IPHAN, parecer nº 11/2018/ACON/CNA/DEPAM.

A partir das informações do quadro, é possível notar que há uma maior presença de pesquisadores externos ao núcleo nos anos iniciais da pesquisa, ao passo que a partir de 2001 vemos a pesquisa mais concentrada na coordenação. Os projetos se deram em várias regiões do Estado, com o envolvimento de estudantes bolsistas na prática de campo em levantamentos e salvamentos de material arqueológico.

### 3.2 O Laboratório de Arqueologia e Etnologia da UFRGS (LAE)

Como já mencionado anteriormente, o Laboratório de Arqueologia e Etnologia (LAE) é herdeiro do antigo Gabinete de Arqueologia (LA), criado em 1967, na época sob a responsabilidade do professor José Proenza Brochado. Também atuou neste primeiro laboratório o professor Pedro Ignácio Schmitz, embora sua participação mais efetiva na coleta de acervos tenha ocorrido no âmbito do Instituto Anchietano de Pesquisas (IAP), da Unisinos. As informações sobre as atividades do professor Brochado no LA ainda são incipientes e foram baseadas no depoimento da professora Gislene Monticelli<sup>33</sup>, pois o docente está afastado

<sup>33</sup> Graduada (Lic e Bel) em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 1988), Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS, 1995) e Doutorado Internacional em Arqueologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS, 2005). Professora adjunta no Curso de História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS, desde 2008), arqueóloga consultora associada no Museu de Ciências e Tecnologia (MCT) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS, 1988). Pesquisadora nos acervos do Curso de História no Instituto Delfos da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS, 2012).

do meio acadêmico e não retornou a contato feito por e-mail, intermediado pela professora, para que desse seu depoimento para este estudo.

Além de ser responsável pelo acervo deixado pelos professores, o Núcleo tem como objetivo dar suporte ao desenvolvimento dos projetos de investigação histórica e arqueológica sobre populações autóctones pré-colombianas e grupos remanescentes de quilombos. Presta serviços técnicos, como capacitação de agentes públicos que atuam com coletivos tradicionais nas áreas de sustentabilidade, saúde e educação, e ainda realiza perícias e laudos antropológicos em processos judiciais de regularização fundiária e de licenciamento ambiental. No âmbito do ensino, é um espaço interdisciplinar de formação para estudantes de graduação e pós-graduação do IFCH/UFRGS, com ênfase no trabalho de investigação de campo<sup>34</sup>.

Quanto às questões sobre coleções etnográficas, e, conseqüentemente, espaços e núcleos de pesquisas que os abrigam, Abreu (2007) traz a perspectiva de três aspectos distintos na intencionalidade de criação destes espaços museológicos (ou com viés de guarda de coleções):

[...] em primeiro lugar, os museus etnográficos enquanto lugares essencialmente de produção e difusão de conhecimento científico; em segundo lugar, os museus etnográficos que foram criados com o intuito de subsidiar e instrumentalizar políticas públicas no âmbito estatal; em terceiro lugar, os museus etnográficos que partem de iniciativas dos movimentos sociais ou da articulação entre aqueles a quem chamamos de “nativos” e os antropólogos [...]. (ABREU, 2007, p. 122).

Sérgio Batista da Silva, antropólogo,<sup>35</sup> foi o primeiro coordenador do núcleo, criado em 1994. Sua entrada no corpo docente da Universidade ocorreu, principalmente, pela sua

De março de 2005 a janeiro de 2019, foi professora no Curso de História da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA, Campus Canoas). Tem experiência na área de Arqueologia, com ênfase em Arqueologia em obras de engenharia, atuando principalmente nos seguintes temas: Arqueologia, Pesquisa, Patrimônio Cultural, Cultura Material, Acervos. Texto informado pela autora, disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4782759Z3>

<sup>34</sup> Estas informações encontram-se na página do núcleo: <http://www.ufrgs.br/deptoantropologia/index.php?d=1&p=133>.

<sup>35</sup> Doutor em Antropologia pela Universidade de São Paulo, Brasil, em 2001. Possui graduação em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1980), especialização em História (1982) e mestrado em Antropologia Social pela mesma Universidade (1989). É Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, lotado no Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Atua como professor do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFRGS, onde orienta no mestrado e doutorado. Integrou sua comissão coordenadora, como coordenador substituto e como coordenador de sua Comissão de Ações Afirmativas (2016-2018). Foi professor e orientador no mestrado e doutorado em Ciências Sociais da Universidade de Cabo Verde. Tem atuado como professor, orientador e pesquisador em projetos, cursos de extensão, cursos de pós-graduação lato sensu, e em cursos de formação continuada de professores indígenas, junto à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tendo participado da primeira e da segunda edições (2015 e 2016) da Ação Saberes Indígenas na Escola, Núcleo UFRGS (SECADI - Ministério da Educação). Participa de Grupo Técnico da Fundação Nacional do Índio, como coordenador,

atuação e experiência na pesquisa indígena e pela necessidade da incorporação da temática indígena e afro-brasileira nos currículos e projetos da instituição. O antropólogo e o etnoarqueólogo José Otávio Catafesto de Souza<sup>36</sup> passaram a integrar o grupo de professores na década de 1990, respectivamente, os núcleos LAE e NIT. Nos anos seguintes, há uma troca: o professor Sérgio Baptista da Silva passa a coordenar o NIT, ligado à pós-graduação, e o professor José Otávio Catafesto de Souza, o LAE, junto das Ciências Sociais (SILVA, 2019; SOUZA, 2019 informação verbal). Conforme o professor aponta:

[...] Naquela época a gente atuava meio em conjunto, mas eu comecei como professor lotado lá no PPGAS e não chegava aqui porque era o espaço na época do Sérgio. Depois ele quis ficar mais perto das salas de aula de pesquisa de pós-graduação. Pode dizer que é meio que conjunto, a gente só não sintetizou NIT e LAE numa única entidade por esse receio, se é um único espaço para que vocês querem duas salas? Institucionalmente a gente teve que manter, mas o trabalho feito lá e aqui é praticamente o mesmo, assim que eu vejo. (SOUZA, 2019, informação verbal).

---

instituído para identificar e delimitar três terras indígenas guarani no Rio Grande do Sul. Integra e colabora com os seguintes grupos de pesquisa: Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais (NIT/PPGAS/UFRGS), Arqueologia Guarani: territorialidade e cultura material; Laboratório de Arqueologia e Etnologia (LAE); Linguagens, cultura e educação (LinCE); Povos Originários e Diaspóricos: Epistemologias e Territorialidades (ILEA-UFRGS). Nos anos de 2014, 2015 e 2016, participou da Rede Interdisciplinar e Multidisciplinar de Pesquisa junto ao Instituto Latino-americano de Estudos Avançados (ILEA-UFRGS) denominada Abya Yala: epistemologias ameríndias em rede, sendo seu coordenador no ano de 2015. Coordena o projeto conjunto de pesquisas e de intercâmbio entre o PPGAS/UFRGS e o Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (CIESAS/México), denominado: Diálogos interculturais: patrimônios epistemológicos ameríndios e afrodescendentes. É editor da revista Espaço Ameríndio - [www.espacoamerindio.ufrgs.br](http://www.espacoamerindio.ufrgs.br) -, desde sua criação em 2007. Tem atuado como professor e pesquisador, e orientado e publicado nas seguintes áreas: etnologia indígena e arte; populações afrodescendentes; cosmo-ontologias e territorialidades ameríndias; inter-epistemologia e educação escolar indígena; sistemas de objetos; etno-arqueologia.

<sup>36</sup> Etnoarqueólogo, pesquisador e professor motivado pelo desvelamento das alteridades originárias e pela produção de diálogos laterais com agentes e coletividades ameríndias e quilombolas rurais na amplitude do Mercosul. Segue o lema formulado por Airton Krenak; Fazer local, pensar global; Crítico contumaz do produtivismo acadêmico e da dominação do utilitarismo nas Ciências Sociais. Possui formação acadêmica na UFRGS: licenciatura em história(1982), mestrado (1987) e doutorado (1999) em antropologia social. Atua como professor adjunto na mesma universidade, onde coordena o LAE - Laboratório de Arqueologia e Etnologia que desenvolve projetos de pesquisa sobre Territorialidade Mbyá-Guarani, Etnoarqueologia Ameríndia e Quilombola e Avaliação dos Impactos de Projetos de Desenvolvimento sobre coletivos rurais. Prioriza atividades de ensino e de extensão subvalorizados pelos critérios neoliberais vigentes no meio científico brasileiro, trabalhando com disciplinas como Antropologia Fundamentos, Desafios Contemporâneos, Leituras Etnográficas, Métodos Qualitativos, Cultura e Sociedade no Brasil, Arqueologia, Etnoarqueologia. Realiza também projetos de extensão dirigidos ao atendimento de demandas administrativas e judiciais para coletivos ameríndios e quilombolas em processos de regularização fundiária e de adequação das políticas de saúde, sustentabilidade, educação, patrimônio cultural e de aplicação de medidas compensatórias por impactos de projetos de desenvolvimento. Texto informado pelo autor, disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4780288D1>.

Imagem 11 - Roda de conversa entre estudantes e indígenas sob coordenação do professor José Otávio Catafesto de Souza, LAE, 2015<sup>37</sup>



Fonte: Bruno Guilhermano Fernandes, colaborador do LAE, 2015.

Antes de ingressar na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, José Otávio Catafesto de Souza lecionou na PUCRS entre 1984 e 1991, período em que chegou a atuar conjuntamente com o professor Brochado em trabalhos de campo nas regiões do Alto do Rio Uruguai e Rio Pelotas, pelo Museu de Ciências da PUCRS, à época CEPA, hoje LPA, onde os dois lecionavam. Catafesto só tomou conhecimento da existência do LAE posteriormente, como professor contratado na UFRGS.

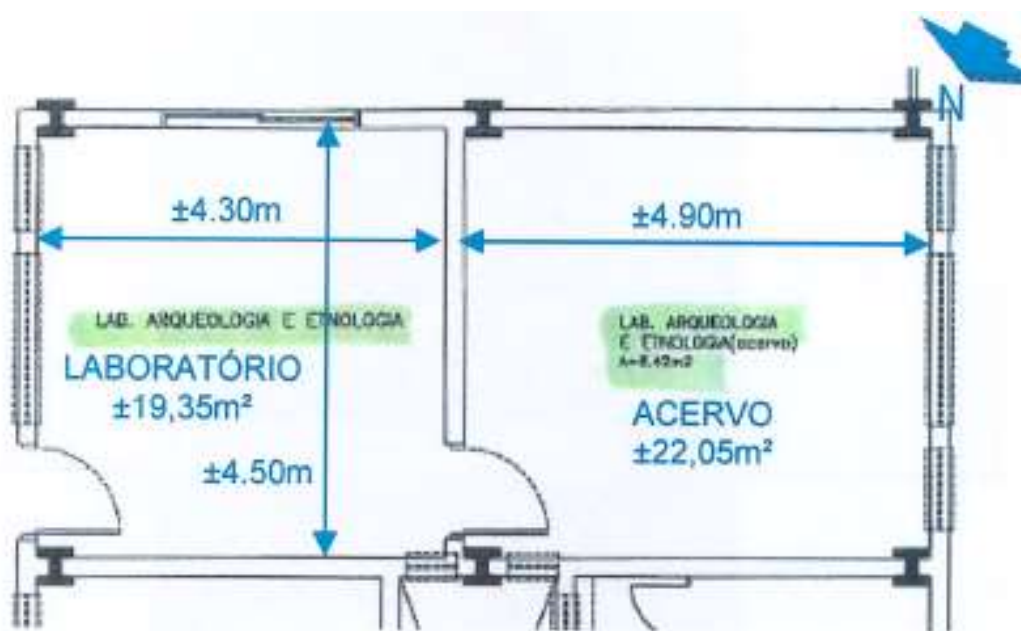
O LAE e o gabinete do professor Catafesto encontram-se espacialmente junto ao prédio da Genética no Campus do Vale, em uma mesma sala com divisória para a reserva técnica. A primeira sala é destinada para reuniões e para o armazenamento de algumas peças etnográficas, que acredita-se terem sido recolhidas no período de atuação do professor Balduíno Rambo. Na segunda sala, encontra-se o acervo arqueológico, acondicionado em caixas identificadas de acordo com o projeto.

---

<sup>37</sup> Aldeia Nhu Porã/ Reserva Indígena de Campo Bonito, Torres/RS. 13 dezembro de 2015. Artigo disponível em: [www.ufrgs.br/revistatodavia/S.%202%20Ed.%201%20-%20Artigo%203.pdf](http://www.ufrgs.br/revistatodavia/S.%202%20Ed.%201%20-%20Artigo%203.pdf). Acesso em: mai. 2019.



Imagem 12 - Layout da sala do LAE



Planta Baixa | s/ esc | LAE  
 Dep. de Antropologia Social. IFCH. Campus do Vale. UFRGS.

Fonte: Relatório de vistoria técnica do IPHAN, 30 de jun. de 2017. Base de dados do IPHAN.

O LAE, enquanto herdeiro das coleções do LA, conta com as coleções já mencionadas: PRONAPA 1965-1970; Coleção do Sítio, na cidade de Cachoeira, 1973; peças etnográficas coletadas por Balduino Rambo de 1940-1960; e uma coleção posterior do Programa de Pesquisas Arqueológicas na Região de Itapuã/Viamão, investigação realizada pelo professor Sérgio Baptista da Silva no ano de 1990, na época, arqueólogo contratado pelo Museu Antropológico do Rio Grande do Sul (MARS).

Além dessas coleções, também existem algumas peças de grandes dimensões, como uma urna funerária com ossos, originária de um salvamento, realizado pelo professor Catafesto, na cidade de Águas Claras. O encontro desse material foi registrado em um boletim de ocorrência, assim como foi solicitado ao Museu da UFRGS a indicação de um arqueólogo para reconhecer e recolher a peça de cunho arqueológico indígena, que foi depositada na Universidade.

Imagem 13 - Reserva técnica do LAE



Fonte: Carina Kaiser, 03 de maio de 2019.

Quanto aos projetos do Núcleo realizados com endosso institucional, verificou-se a ocorrência de cinco processos no IPHAN, nos quais não constam informações a respeito de acervo coletado e depositado no laboratório. Há projetos dos pesquisadores Vera Lúcia Trommer Thaddeu (2006 e 2007) e José Otávio Catafesto de Souza (2010), conforme segue planilha abaixo:

Quadro 5 - Projetos de pesquisa do LAE com endosso institucional

| Ano  | Processo             | Projeto   |
|------|----------------------|---|
| 2017 | 01512.003208/2016-49 | Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Loteamento Cocão   |
| 2017 | 01512.004173/2015-84 | Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Loteamento Novo Guaíba   |
| 2006 | 01512.000115/2006-91 | Salvamento Arqueológico na Rodovia RS-486 - Trecho Contorno de Terra de Areia   |
| 2007 | 01512.000045/2007-51 | Prospecção Arqueológica na Área do Parque da Fonte, Redução de São Miguel Arca  |
| 2007 | 01512.000160/2007-26 | Prospecção e Preservação Arqueológica Rodovia BR-285 - Sub-trecho Bom Jesus - Divisa  |
| 2007 | 01512.000045/2007-51 | Prospecção Arqueológica na Área do Parque da Fonte, Redução de São Miguel Arca  |
| 2010 | 01512.000898/2010-99 | Pesquisa e Monitoramento Arqueológico das Obras de Pavimentação da Rodovia RST 163 entre o entrocamento com a RSC 4                         |
| 2010 | 01512.001074/2010-36 | Pesquisa e Monitoramento Arqueológico das obras de Pavimentação da Rodovia RS 330 entre a Cidade de Derrubadas e a Localidade de Derrubadas |

**Tabela 01: Processo IPHAN (Endosso Institucional: Laboratório de Arqueologia e Etnologia (LAE) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS).**

Fonte: Base de dados do IPHAN, PARECER TÉCNICO nº 10/2018/ACON/CNA/DEPAM

Já o Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais (NIT) foi criado em 1993 e, apesar de não integrar o MUAE, está aqui situado em função dos professores atuarem em parceria na realização de pesquisas e, conseqüentemente, na guarda das coleções. O Núcleo é um órgão de pesquisa e prestação de serviços ligado ao Departamento de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAS/UFRGS), com foco em consolidar uma tradição de estudos antropológicos dentro da Universidade sobre coletividades autóctones (índios e camponeses), de forma a divulgar seus resultados e atender as demandas relacionadas a essas populações. Tem como objetivo articular projetos, antes isolados, para criar e proporcionar um espaço institucional de reflexão coletiva sobre grupos indígenas, além das condições físicas e de infraestrutura para elaboração e execução de projetos antropológicos.

As pesquisas sobre esses grupos iniciaram-se na UFRGS a partir da década de 1950, com a atuação dos catedráticos em trabalhos de campo. Ao longo da década de 1980, as pesquisas etnográficas tiveram seguimento especializado devido às dissertações de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e às teses de doutoramento no exterior. O NIT atende pesquisadores do PPGAS/UFRGS, alunos de graduação e pesquisadores de outras instituições interessados em sua temática, possibilitando o desenvolvimento de palestras, grupos de estudo, cursos de extensão e participação em congressos<sup>38</sup>.

Quanto aos projetos inscritos pelo Núcleo no IPHAN, constam apenas dois, no ano de 2007, desenvolvidos em parceria com o LAE. São eles: Projeto de Prospecção Arqueológica na Rodovia BR 285, trecho Bom Jesus, divisa entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina; e o Projeto de Preservação do Parque Fonte Missioneira em São Miguel das Missões. Ambos são de autoria da arqueóloga Vera Lúcia Trommer e listados pelos LAE, reforçando essa atuação conjunta.

Os acervos audiovisuais do NIT e do LAE estão sob a guarda do primeiro e são compostos por registros etnográficos: depoimentos; fotografias, em suporte de papel e digital; vídeos nos formatos Mini DV, VHS, 8 mm; mapas; croquis; documentos textuais em formato impresso e digital, como artigos, capítulos de livros, livros, dissertações, teses, relatórios de

---

<sup>38</sup> Informações obtidas na página do Núcleo: <https://www.ufrgs.br/ppgas/nucleos/nit/>.

pesquisas, especialmente as desenvolvidas em aldeias *Guarani*, *Kaingang* e *Charrua*, documentação e pareceres de territorialização.<sup>39</sup>

Na perspectiva da pesquisa antropológica, os recursos audiovisuais permitem registrar manifestações culturais. Especificamente no caso do NIT, de grupos indígenas, tanto em sua dimensão material, quanto imaterial, o que vem colocando em segundo plano a coleta e acumulação de vestígios materiais. Esses documentos são produzidos pelo coordenador do Núcleo e demais pesquisadores associados, como alunos de graduação, pós-graduação e bolsistas.

Imagem 14 - Atual sala do NIT com os acervos tridimensionais e bibliográficos



Fonte: Carina Kaiser, 08 de maio de 2019.

Sediado na sala 212 do prédio 43311 A do IFCH, o NIT foi criado e coordenado por Sérgio Baptista da Silva até o fim do ano de 2018, quando este se aposentou. A nova coordenação está a cargo do antropólogo Pablo Quintero, colaborador do programa de pós-graduação. O Núcleo mantém-se ativo e com significativa produção acadêmica, como é

---

<sup>39</sup> Informações retiradas do projeto Memórias em rede: coletivos *guarani*, *kaingang* e *charrua* no Brasil meridional, para concorrer ao edital Minc/UFPE 2015: Memória dos Povos originários do Brasil, disponibilizado pelo professor Sérgio Baptista da Silva.

possível verificar pelas publicações da revista virtual Espaço Ameríndio<sup>40</sup>, coordenada, até então, pelo professor Sérgio Baptista da Silva.

### 3.3 Conexões Acadêmicas: campos de conhecimento, núcleos de pesquisa e professores

Embora estes núcleos estejam ligados às graduações em Ciências Sociais e em História, LAE e NupArq, respectivamente, tendo sido responsáveis pelo desenvolvimento de diversas linhas de pesquisa e formação de muitos estudantes, tanto em sala de aula, quanto em campo, ainda contam com pouco prestígio e reconhecimento da Universidade em relação aos seus acervos.

A professora Sílvia Copé (2019) relata que durante muitos anos na UFRGS, o IFCH tentou desmembrar o curso de Ciências Sociais em outros três, Ciência Política, Sociologia e Antropologia, mas enfrentou a oposição da Sociologia, que já estava consolidada e abrangia disciplinas como Moral e Cívica, Realidade Brasileira e Organização Sócio-Política Brasileira. A exemplo desse fato relatado por Copé, é provável que a Antropologia e a Arqueologia tenham enfrentado oposições no campo de forças da academia. Atualmente, os estudos de Arqueologia estão contemplados no curso de História e a Antropologia /Etnologia, no âmbito das Ciências Sociais, segundo afirma Barreto (1999):

[...] pode-se dizer que a Arqueologia foi até mesmo um pouco rejeitada pelas Ciências Sociais, justamente por não contar com um quadro teórico compatível com as teorias e ideologias da esquerda da época e por não participar do engajamento político dos intelectuais brasileiros de então (BARRETO, 1997 apud BARRETO, 1999).

Mesmo as tratativas de professores dos núcleos de pesquisa assegurando, com a oferta de disciplinas específicas, estágios, saídas de campo e cursos de formação, ou seja, todo o suporte aos interessados para que se tornem arqueólogos (profissão reconhecida após seis anos de atuação na área), nota-se a vulnerabilidade desse campo na UFRGS. Além de não ser delineado como um curso autônomo, a Arqueologia enfrenta riscos de perda de seus laboratórios, o que causa ameaça à salvaguarda dos acervos. A esse quadro, soma-se a falta de diretrizes para auxiliar na gestão do patrimônio arqueológico e o pouco investimento na área. Conforme discorre Merriman (2004), a falta de interlocução com a sociedade também concorre para o prestígio incerto da disciplina:

Ao longo da institucionalização desta disciplina, não foi desenvolvida uma discussão substancial sobre as intenções e implicações da prática arqueológica,

---

<sup>40</sup> Os artigos da revista podem ser consultados no site: <https://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/about/editorialTeam>.

estando voltada, sobretudo, para questões técnicas de coleta, registro e análise. O fazer arqueológico distante e despreocupado com os interesses da sociedade e as consequências na realidade social implica na indiferença do público que não se percebe neste processo científico. (MERRIMAN, 2004 apud GODOY; SANTOS, 2017)<sup>41</sup>.

Cabe ressaltar aqui que grande parte da história da arqueologia é voltada para a pesquisa, em especial para os grandes projetos científicistas até os anos 1970, e, posteriormente, com a necessidade do licenciamento ambiental, essa demanda foi potencializada. A reparação das comunidades, pela educação patrimonial, é premissa indispensável.

Pela perspectiva bourdiana, é importante visualizar este sistema estrutural de intencionalidade em que converge não só os campos, mas também o sistema de ensino como um todo, atendendo às demais estruturas da sociedade. O campo científico delimita os discursos exaltados, as matérias lecionadas, as atividades propostas e a bibliografia selecionada. Pois há “redes de relações de oposição” e de concorrência que se ligam ao conjunto das instituições de ensino superior, estas ligadas ao conjunto das posições no campo do poder, que dão acesso à passagem pelas escolas superiores (BOURDIEU, 2012). Sendo assim, o ensino de Arqueologia e Antropologia na UFRGS ensejou a criação de linhas e núcleos de pesquisa com reverberações teórico-metodológicas tanto na docência, quanto nas investigações das duas disciplinas.

Os museus também corroboraram nos processos teórico-metodológicos, dando suporte às pesquisas, tais como o Museu Nacional, na cidade do Rio de Janeiro e o Museu Paraense Emílio Goeldi, na cidade de Belém no estado do Pará), composto por diversas coleções, abrigando as primeiras grandes pesquisas e uma Antropologia associada à produção de modelos teóricos de ilustração em seus primórdios, de modo que as publicações do PRONAPA foram de responsabilidade do Museu Emílio Goeldi. Com a virada dos anos 1960, tanto na Arqueologia quanto na Antropologia, a pesquisa ganhou novas formas e foi inserida nas universidades, onde novos temas começaram a ser debatidos.

Grandes programas desenvolvimentistas centrados na prática de coletas da cultura material para compreensão desses grupos também denotaram poder, porém a prática foi perdendo destaque com a influência do estruturalismo e a criação de programas de pós-graduação no país. No final dos anos 1980 e início dos anos 1990, já com especialistas em

---

<sup>41</sup> MERRIMAN, N. Introduction: diversity and dissonance in public archaeology. In: N. Merriman (Ed.). *Public Archaeology*. London: Routledge, p. 1- 17, 2004.

diferentes grupos sociais, houve uma retomada nos estudos de cultura material, por meio dos temas que versam sobre a compreensão das sociedades que os produziram. Ainda ganham fôlego os estudos da cultura material partindo das coleções existentes nos museus (GRUPIONI, 2008).

Na UFRGS, vemos que essa trama entrelaça diversas gerações de professores envolvidos em correntes teóricas, que passam a demonstrar essas influências nas suas dissertações e teses, bem como nos projetos de pesquisa e prospecções arqueológicas. Pedro Ignácio Schmitz teve importante participação na formação de muitos arqueólogos, a exemplo de Sílvia Copé, que realizou seu trabalho de conclusão de curso de História e especialização na Unisinos sob orientação de Schmitz. A sua inserção na pesquisa de campo também teve participação do catedrático<sup>42</sup>.

Os estudos de José Joaquim Proenza Brochado foram fundamentais para uma nova perspectiva em integrar os estudos antropológicos aos arqueológicos no Rio Grande do Sul. Porém, com a conclusão de sua especialização, realizada em 1973, acabou distanciando-se da prática do trabalho de campo e passou a analisar e interpretar as culturas. Nos anos seguintes, investigou a adaptação ecológica dos *Guaranis*, dos ceramistas a leste da América do sul, principalmente os grupos *Tupi* e, entre 1985 e 1989, na PUCRS, realizou pesquisas sobre a cerâmica Guarani, trazendo novos métodos de análise (NOELI, 2008). Além dessas contribuições, sua tese tem destaque no campo etnoarqueológico, sendo referenciada até hoje<sup>43</sup>.

No mestrado, a atuação de Brochado no programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS (1985) e posteriormente no doutorado em História da PUCRS (1992), proporcionou a formação de novos arqueólogos e professores, o que orientou esses alunos, não apenas em campo, mas nas suas produções científicas, reforçando o campo da Arqueologia e da Antropologia, tanto na UFRGS quanto em outras universidades.

---

<sup>42</sup> Em Paris, a professora fez especialização, com a pesquisa intitulada *Les Peintures Rupestres du Haut Fleuve Taquari, Mato Grosso do Sul, Brésil*, (1991), sob orientação de Niede Guidon. No mestrado, desenvolveu a pesquisa: *Aspectos da Ocupação pré-Colonial no Vale do Rio Jaguarão- RS*, (1979), sob orientação de Ulpiano Bezerra de Menezes na USP. Finaliza seu doutorado em 1994, em Sourbone, com a pesquisa *Les Grands Constructeurs Précoloniaux du Plateau du Sud Brésil: étude de paysages archéologiques à Bom Jesus, Rio Grande do Sul, Brésil*.

<sup>43</sup> Em seu doutoramento, realizado na University of Illinois, U.I., Estados Unidos, com o título: *An Ecological Model of the Spread of Pottery and Agriculture into Eastern South*, em 1984, orientado por Donald W Lathrap, Brochado voltou-se para a Antropologia.



Um desses exemplos, é Gislene Monticelli (1995), que realizou a sua dissertação de mestrado sob orientação de Brochado na PUCRS, na qual analisou a cerâmica *Guarani*<sup>44</sup>, assunto também investigado pelo professor. Assim como o tema da sua tese, que discutiu o papel do arqueólogo no contexto da arqueologia por contrato<sup>45</sup>.

Já a tese de José Otávio Catafesto de Souza, pela UFRGS, intitulada “Aos fantasmas das brenhas: etnografia, invisibilidade e etnicidade de alteridades originárias do sul do Brasil (RS),” SOUZA (1998), utilizou o método etnográfico<sup>46</sup>. Na dissertação, ele trabalhou com a perspectiva de uma Arqueologia atrelada à Etnologia, utilizando informações arqueológicas e etno-históricas, obtidas por meio da Etnografia e Etnologia, abordando as relações familiares e a produção, circulação e consumo dos grupos *Guaranis*<sup>47</sup>.

Sérgio Baptista da Silva, graduado em Letras Português/Francês, em 1980, realizou especialização em História, orientado pela historiadora Sandra Pesavento (aluna também dos catedráticos em 1982), e mestrado com orientação de Pedro Ignácio Schmitz<sup>48</sup>, tendo como objeto de estudo a cultura indígena em uma perspectiva etnoarqueológica. No doutorado, realizado na USP, sob orientação de Lux Boelitz Vida, sua tese, Etnoarqueologia dos grafismos *Kaingang*: um modelo para a compreensão das sociedades *Proto-Jê* meridionais, (2001), analisou os registros arqueológicos e peças etnográficas, utilizando-se das coleções do LAE já integradas, na época, ao MUAE<sup>49</sup>. Por meio de uma análise das tradições ceramistas planálticas do Sul (Taquara, Itacaré, Casa de Pedra), as quais denominou Proto-Jê meridionais (ou pré-coloniais), comparou-as com os registros etnográficos, etnohistóricos e linguísticos das sociedades meridionais *Kaingang e Xokleng*.

---

<sup>44</sup> Dissertação: MONTICELLI, Gislene. **Vasilhas de cerâmica Guarani**: resgate da memória entre os Mbyá. Dissertação (Mestrado), PUCRS, Porto Alegre, 1995.

<sup>45</sup> Tese: MONTICELLI, Gislene. **Arqueologia em Obras de Engenharia no Brasil**: uma crítica aos contextos. Tese (Doutorado), PUCRS, Porto Alegre, 2005. Na época já orientada por Klaus Peter Hilbert, coordenador do CEPA.

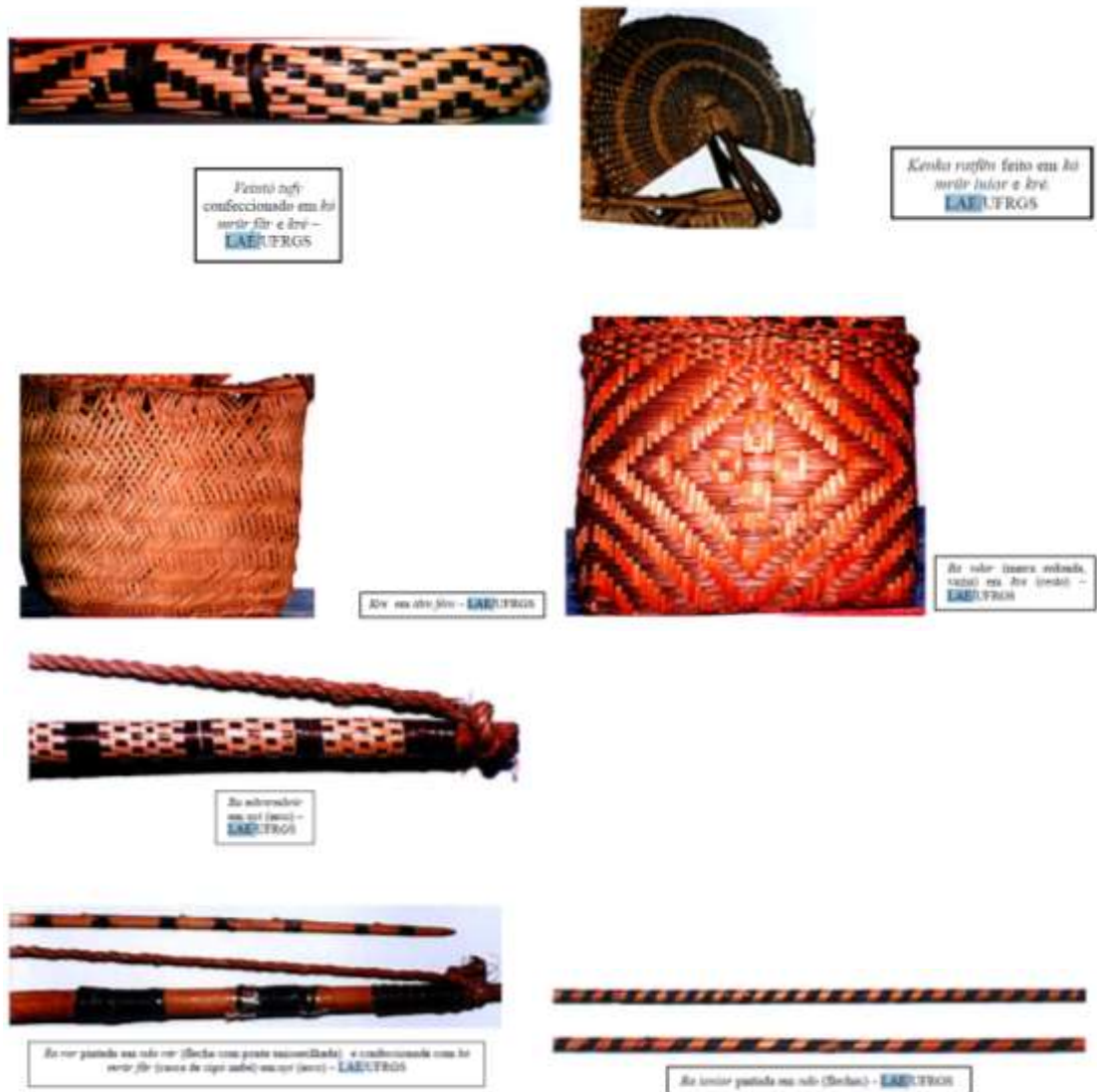
<sup>46</sup> Tese: SOUZA, J. O. C. de. **Aos “fantasmas nas brenhas”**: etnografia, invisibilidade e etnicidades das alteridades originárias no sul do Brasil (Rio Grande do Sul). 1998. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

<sup>47</sup> Dissertação: SOUZA, J. O. C. de. **Uma introdução ao sistema técnico-econômico guarani**. (Mestrado) PPGAS/UFRGS, Porto Alegre, 1987.

<sup>48</sup> A especialização: SILVA, Sérgio Batista da. **O índio do Rio Grande do Sul e as frentes de expansão**, UFRGS. Porto Alegre, 1982 e a dissertação: SILVA, Sérgio Batista da. **O Sítio Arqueológico da Praia da Taperá**: Um Assentamento Xarare e Tupiguarani. Dissertação (Mestrado) UFRGS. Porto Alegre, 1989.

<sup>49</sup> Além das coleções do LAE, também foram analisadas as do Museu Júlio de Castilhos, Museu Antropológico do Rio Grande do Sul (MARS) e Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP).

Imagem 15: Peças etnológicas do LAE



Fonte: imagens retiradas da tese: Etnoarqueologia dos grafismos Kaingang: um modelo para a compreensão das sociedades Proto-Jê meridionais, SILVA, p. 176-200, 2001.

Portanto, o MUAE foi criado nesse cenário de parcerias entre os núcleos de pesquisa, reforçando os laços entre a Arqueologia e a Etnologia. A convergência de professores e seus campos de pesquisas, conteúdos produzidos e afinidades com determinadas vertentes teóricas também foram norteadores desse contexto. Essas parcerias incidiram diretamente na gestão do Museu, atrelada aos processos educativos, à narrativa curatorial das exposições, entre outros.

#### 4 A CRIAÇÃO DO MUAE E OS IMPASSES DA MUSEALIZAÇÃO

A partir do panorama apresentado nos capítulos anteriores, nos quais temos um delineamento das disciplinas e conteúdos lecionados, correntes teóricas, metodologia de aula e de campo dos catedráticos, bem como a convergência dos núcleos na criação do MUAE, é possível traçar algumas aproximações e distanciamentos que permearam o processo de criação do MUAE.

Este último capítulo busca, assim, com base em dados levantados e leituras que se apoiam na Museologia, Arqueologia e Antropologia, identificar as ações que entrelaçam o passado e o presente do Museu, tendo em vista a sua especificidade universitária e a convergência de duas áreas do conhecimento.

Por mais que a extensão tenha como principais funções diminuir a compartimentação entre a sociedade e a universidade, problematizar a realidade, proporcionar mudanças de atitude, compreender o contexto social junto à comunidade e promover a práxis do conhecimento acadêmico (SUGAHARA, 2012), dentro do tripé universitário esta acaba por ser a parte mais vulnerável do campo acadêmico, sendo sua potencialidade de interlocução pouco valorizada e financiada dentro do campo científico.

Especificamente no MUAE, temos dois campos de conhecimento: a Arqueologia (Pré-Histórica e Arqueologia Histórica), que estuda por linhas gerais a história do planeta, impactos ambientais, tecnologia, adaptação e técnica, também através de seus vestígios (DEBLASIS, 2014); e a Etnologia como metodologia, que se baseia no estudo dos documentos gerados durante a prática da etnografia, que observa e descreve os fatos de forma analítica e comparativa de diferentes grupos (MAUSS, 1972).

Em relação à coleção etnográfica, está formada de maneira assistemática, ocorrendo ocasionalmente sem especificamente ter um projeto inscrito pela Universidade, que oriente essa formação. Porém, na coleção arqueológica, conseguimos ver conexões com políticas e programas arqueológicos brasileiros e internacionais, a princípio com o PRONAPA, que teve parceria do *Smithsonian Institution* e, mais tarde, a partir do final da década de 1980, com as normativas da arqueologia contratual.

Partindo disso, este capítulo se propõe a discutir como esses aspectos relacionados ao acervo estão imbricados nas questões referenciadas nos capítulos anteriores e reverberam no Museu ainda hoje. Para tanto, foi dividido em quatro subcapítulos. O primeiro, A

*institucionalização do MUAE*, aborda o processo de criação do Museu, envolvendo as tratativas entre os núcleos de pesquisa e o Conselho Consultivo do IFCH. O segundo, *A exposição como fato fundador do MUAE*, analisa a exposição inaugural, relacionando a expografia, a curadoria e a demais ações ligadas à musealização. O terceiro subcapítulo, *Pulverizações de acervos*, trata dos deslocamentos e dispersões das coleções junto com os pesquisadores e suas pesquisas. No quarto e último, *Fragilidades, potencialidades e novas perspectivas*, busca-se analisar questões que têm colocado em risco a existência do MUAE, assim como a dos núcleos em face à realidade universitária.

#### **4.1 A institucionalização do MUAE**

A institucionalização sinaliza a proposição de legitimar algo perante ao *status* de reconhecimento da sociedade, numa perspectiva organizacional e hierárquica com atribuição de poder, seja uma empresa, um território, um grupo, um núcleo, um museu ou uma associação. Segundo Russo (1981, p. 125), “o que caracteriza um museu é a intenção com que ele foi criado e o reconhecimento público (o mais amplo possível) de que é efetivamente um museu, isto é, uma autêntica instituição”.

O MUAE está inserido na perspectiva do campo científico, subordinado aos núcleos e, enquanto um projeto de extensão está inserido na Universidade abaixo dos departamentos e do IFCH. Além de sua inserção administrativa, o MUAE serve como espaço de endosso para sediar acervos arqueológicos, submete-se à fiscalização do IPHAN e do Instituto do Patrimônio Histórico Estadual (IPHAE), devendo atender às deliberações e diretrizes propostas por ambos os institutos de preservação do patrimônio.

Aqui, é relevante demarcar que se entende por patrimônio universitário o estabelecido pelo ICOM:

O ‘patrimônio universitário’ engloba todos os bens tangíveis e intangíveis relacionados com as instituições de ensino superior e o seu corpo institucional, bem como com a comunidade acadêmica composta por professores/pesquisadores e estudantes, e todo o meio ambiente social e cultural que dá forma a este patrimônio. [...] é composto por todos os traços, tangíveis e intangíveis, da atividade humana relacionada ao ensino superior. [...] É uma grande fonte de riqueza acumulada, que nos remete diretamente à comunidade acadêmica de professores/pesquisadores e estudantes, seus modos de vida, valores, conquistas e sua função social, assim como

os modos de transmissão do conhecimento e capacidade para a inovação. (UNIÃO EUROPÉIA, 2005 apud RIBEIRO, 2013 p. 90)<sup>50</sup>.

Pode-se dizer, então, que o embrião do Museu foi a exposição *Arqueologia: O que é? Como se faz?* realizada pelo NupArq, no I Salão de Iniciação Científica do IFCH da UFRGS, no ano de 1995. De acordo com a professora Silvia Copé (2019), idealizadora da exposição, o intuito era comunicar e legitimar as pesquisas do núcleo, dando visibilidade à Arqueologia e sua práxis, bem como informar a sociedade, tanto é que, após o evento, a mostra viajou por municípios do interior do estado do Rio Grande do Sul.

A experiência mostrou o quanto iniciativas dessa natureza podiam concorrer para legitimar, diante da comunidade acadêmica, núcleos de pesquisa e seus respectivos acervos. O registro feito em ata do Conselho da Unidade (CONSUNI), número 253, das reuniões do IFCH, mostra a repercussão da exposição na Universidade:

[...] A profa. Tania Maria Galli Fonseca fez um relato do Salão de Iniciação Científica, salientando que os trabalhos foram de alta qualidade, atribuindo um voto de louvor à coordenação e à comissão Coordenadora. O Salão atingiu alta excelência de produção na Graduação. Elogiou a mostra muito bonita do Departamento de História, área de Arqueologia, organizada pela Profa. Silvia Copé, dizendo que a equipe já tem prática em mostras e cumprimentou a comissão [...]. (Ata nº 253 do CONSUNI, em 21 de agosto de 1995).

Segundo Silvia Copé (2019), o rico acervo de base documental exposto apresentou ao público a potencialidade das coleções, assim como a possibilidade de tornar a iniciativa permanente, estendendo suas ações para além do evento. A professora reforça que sempre teve interesse em compartilhar o conhecimento produzido, pois a prática arqueológica está imbuída da ideia de construção de um patrimônio e da herança social: “[...] uma questão que sempre se impôs a mim é para que e para quem se produz o conhecimento, se não é para a comunidade envolvida e a sociedade como um todo? E qual a maneira mais adequada para fazer a extroversão do conhecimento?” (COPE, 2017, p.71, Memorial). Maria Cristina Bruno (2008) endossa questões sobre a valorização de artefatos e coleções, que irão culminar na criação de museus:

De uma certa forma, a preocupação em valorizar, decodificar e preservar os artefatos e as coleções e a partir deles dar a conhecer as formas de humanidade, pode ser considerada como a razão especial para que ainda hoje novas instituições sejam criadas em função dos mais diferenciados enfoques temáticos e argumentos culturais”. (BRUNO, 2008, p. 18).

---

<sup>50</sup> UNIÃO EUROPÉIA. *Recommendation of the committee of ministers to member states on the governance and management of university heritage*. 2005. Disponível em: [http://publicus.culture.hu-berlin.de/umac/pdf/Rec\\_2005\\_13E.pdf](http://publicus.culture.hu-berlin.de/umac/pdf/Rec_2005_13E.pdf). Acesso em jul. 2018.

De acordo com a ata de nº255, de outubro de 1995, é levado ao conhecimento do Conselho o projeto de criação do Museu, no qual são definidos o seu espaço, público-alvo e assinalada a integração das áreas da Arqueologia e Etnologia, envolvendo os departamentos de História e Antropologia. Assim como é reforçada a contribuição dos projetos de extensão, apresentando-os como um sistema integrador, de comunicação do conhecimento, unindo pesquisadores, áreas de conhecimento e acervos:

[...] A seguir a Profa. Maria Assunta fez a leitura do projeto de criação do Museu de Arqueologia e Etnologia do IFCH. A Profa. Tânia informou que a ideia, para sediar o Museu, é destinar-lhe o parlatório, sala 216 do prédio 43322, para inicial instalação do mesmo. A profa. Dayse sugere que o museu seja vinculado aos Departamentos de Antropologia e História. A profa. Dayse salientou que o Museu terá grande movimentação, pois poderá ser visitado por alunos das Escolas de 1º e 2º Graus, contribuindo para um programa de extensão permanente. (Ata 255 do CONSUNI, em 31 de out. 1995).

Observa-se, pelas datas das atas, que depois da mostra do salão, entre os meses de setembro e outubro, foi elaborado o projeto do Museu, documento que, no entanto, não foi localizado. Considerando a intersecção dos dois campos de conhecimento - Arqueologia e Antropologia -, a iniciativa reforçava as relações objetivas, estruturadas pelo capital científico e por diferentes agentes perante o reconhecimento do IFCH (BOURDIEU, 1997).

Sendo assim, o Museu institucionalizou-se, tendo na ata de nº 255 o registro de sua criação, reforçada por uma declaração emitida pelo Conselho Consultivo do IFCH. À exceção desses documentos, o Museu não dispõe de regimento ou qualquer outro registro do ato de sua formalização.

Para acompanhar as possíveis tratativas acerca das ações do MUAE, foram consultadas as demais atas do CONSUNI<sup>51</sup> com numeração entre 247 e 283, tendo como documento base a ata que institucionaliza o Museu (nº 255). Também foi feito um recorte temporal entre os anos de 1994, para verificar possíveis articulações na criação, e 1997, quando já executada a exposição fundadora, mas não foram encontradas tratativas referentes ao MUAE.

Com base nessas informações, o MUAE iniciou suas atividades de preparação para a exposição inaugural em 1995 e se propôs a atuar como uma agência gestora do patrimônio e do fomento à pesquisa, divulgar o conhecimento científico nas escolas e instituições culturais, realizar educação patrimonial por meio de exposições, mediações, oficinas e projetos culturais. A professora Sílvia Copé (2017) reitera, em seu memorial, que o Museu

---

<sup>51</sup> As atas do CONSUNI relatam às reuniões que ocorriam mensalmente no IFCH, reunindo representantes dos departamentos do instituto.

desenvolvia um sistema de tombamento e ações educativas patrimoniais, propondo projetos em áreas de preservação do patrimônio histórico-cultural e atividades ligadas ao turismo cultural (MEMORIAL. Silvia Moehlecke Copé, 2017, p. 71-72).

Nota-se que o MUAE foi concebido objetivando o comprometimento com a pesquisa e também com quem a realiza, sendo o ponto de destaque o propósito de gerir o patrimônio cultural. Conforme esse mesmo documento, podemos reforçar que os acervos anteriores à criação dos núcleos, advindos do trabalho de campo dos catedráticos, são incorporados às coleções, reforçando que o acervo material que “constitui-se por peças cerâmicas, líticas, ósseas, restos alimentares além de peças etnográficas produzidas por nações indígenas que habitam a região do estado do RS desde há pelo menos 12.000 anos”. (DOCUMENTOS ARQUIVO DO MUAE, s/d, p. 1).

Uma das atribuições do Museu era a curadoria dos acervos, englobando, assim, os núcleos do LAE e NupArq. As noções de curadoria, segundo Bruno (2008), podem se dar: “[...] através do domínio do conhecimento do acervo, na capacidade de selecionar, compor, articular e elaborar discursos expositivos”. (BRUNO, 2008, p. 20). Portanto, o Museu foi delineado de forma a unir os acervos arqueológicos do LAE e NuPARq:

Consta nesse acervo materiais produzidos por grupos pré-coloniais e coloniais do atual território do Rio Grande do Sul, constituindo o acervo de material arqueológico: pontas de flecha, bolas de boleadeiras, e diversas outras peças líticas produzidas por grupos caçadores-coletores; artefatos e restos de alimentação provenientes das populações que habitaram os sambaquis do litoral norte gaúcho; fragmentos e artefatos cerâmicos, tais como urnas funerárias e vasilhas de procedência guarani, e ainda fragmentos cerâmicos da tradição Taquara. Constituem o acervo etnográfico: arcos e flechas, esculturas de animais e cestos, entre outros artefatos. (COPÉ; FRANCISCO; HAMEISTER, ARQUIVO MUAE, s/d, p.2).

A partir do texto acima, encontrado na documentação do MUAE, foi possível verificar que houve a tentativa de responsabilizar-se por este acervo, registrando individualmente as peças, no formato de uma ficha catalográfica. As informações contemplariam os campos descrição, estado de conservação, procedência e materialidade. Havia também a previsão de entrevistas com os coletores/pesquisadores e a busca por documentos, como fotos, desenhos, publicações e entrevistas, indicando as informações faltantes para a catalogação do acervo. Porém, não há registros de que isso tenha realmente acontecido, existe apenas a listagem dos sítios no que compete à documentação.

## 4.2 A exposição como fato fundador do MUAE

A legitimação e a comunicação do conhecimento no formato de exposições em museus universitários buscam um meio de dar visibilidade aos resultados das pesquisas, conseqüentemente aos seus pesquisadores e espaços envolvidos. É a partir da comunicação que as exposições divulgam o saber científico, problematizam a realidade, suscitam novas visões de mundo e produzem conhecimento.

A exposição é uma das formas pelas quais os museus estabelecem o diálogo com o público. Conforme afirma Cury (2007): “[...] o museu formula e comunica sentidos a partir de seu acervo. O público é o sujeito criativo, que redefine o discurso museológico ao interpretar e (re)significar. O público, então, faz circular o novo discurso em seu cotidiano [...]” (CURY, 2007, p. 73). Em *Conceitos Chaves de Museologia*, Desvallées e Mairesse (2013) pontuam que a comunicação em museus é uma ação que veicula uma informação, fazendo um diálogo entre emissores e receptores, por meio de um canal, que se propõe a trazer um conteúdo a ser comunicado, em um espaço delimitado.

Para além disso, Cury (2007) reforça que a comunicação museológica perpassa a dimensão desse sistema de transmissão, ela é emergente, atua na interação, num diálogo dentro e fora dos museus. É nesse formato dialógico e de trocas simbólicas que acontece a negociação dos significados das mensagens, que são passadas pelas narrativas museológicas. Enquanto que o formato expositivo de parte dessas coleções envolve uma seleção específica, um conjunto patrimonial, conforme afirma Judite Primo (2014):

As operações de caráter científico ou pedagógico acerca do patrimônio são uma metalinguagem, ou seja, elas não são capazes de fazer com que o patrimônio comunique, são sim capazes de comunicar sobre ele. Daí o papel do museu e das políticas patrimoniais deve ser, não apenas o de expor objetos, a arquitetura, os costumes, mas sim o de tornar inteligíveis as relações entre eles e propor hipóteses sobre os seus significados para os cidadãos que evocam e/ou os veem (PRIMO, 2014, p. 10).

Com a criação do MUAE, iniciaram as reuniões e tratativas para a organização da exposição. Foram bolsistas do projeto de expografia e curadoria da exposição: Adriana Schmidt Dias, que atuou no Marsul e no Museu Júlio de Castilhos e foi docente do curso de História da UFRGS e da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL); Martha Heimeister, docente da Universidade Federal do Paraná (UFPR); e Aline Ramos Francisco, na época bolsista do curso de História.



A fonte de análise da exposição foi a documentação presente no MUAE e os depoimentos dos professores Silvia Moehlecke Copé e Sérgio Baptista da Silva, a fim de verificar os acervos, a narrativa expográfica e as ações educativas realizadas na exposição. Nesta documentação, foram encontrados desenhos de layouts, esquemas de estudos, material de divulgação, projetos, textos, fotos da montagem das vitrines e da inauguração, relatórios de atividades de bolsistas, textos apresentados em eventos, entre outros.

Dentre esses documentos, estão os intitulados: “O Museu Universitário de Arqueologia e Etnologia enquanto atividade de extensão permanente” (sem autores e data); “Metodologia de Planejamento da Exposição Sociedades Indígenas do Rio Grande do Sul: 10.000 anos de história”, (Aline Ramos Francisco, Martha Daisson Hameister e Silvia Moehlecke Copé); “Reorganização e recuperação do histórico do acervo do MUAE” (Leonardo Napp, Aline Ramos Francisco, João Batista de Almeida Sobrinho, Silvia M. Cope e Lizete Dias de Oliveira); e o Relatório de atividades - Projeto MUAE, realizado por um jornalista e produtor cultural.

Já a coordenação de pesquisa, higienização, escolha do material e montagem da exposição estava sob a curadoria da professora Sílvia Copé, coordenadora do NuPArq, tendo em vista que Sérgio Baptista (LAE) estava em processo de doutoramento na Universidade de São Paulo (USP), não acompanhando todos os processos de curadoria e expografia realizados.

Imagem 1 - Preparação das vitrines para a montagem da exposição



Fonte: Arquivo do MUAE

Especificamente a curadoria e a expografia propuseram-se a apresentar o acervo por meio da categorização de fases, culturas e grupos. Alguns dispositivos utilizados permitiram a aproximação do público com o tema:

Para a montagem da já referida exposição, o primeiro passo foi definir a sua proposta, ou seja, de contemplar, ainda que de maneira geral, a pré-história sul-riograndense buscando identificá-las nos artefatos existentes no acervo. A seleção das peças obedecer a alguns critérios, os quais seriam: representatividade da peça dentro de uma determinada cultura ou do grupo étnico, seu estado de conservação, sua raridade e sua beleza estética. (COPÉ, FRANCISCO; HAMEISTER, s/d).

Notamos, assim, que houve a escolha de um tema e de um conceito da exposição, um recorte temporal e geográfico e critérios de seleção do acervo escolhido, bem como dos dispositivos para o entendimento do público:

[...] elaboração de mapas para mostrar a dispersão dos grupos, dioramas de pequena escala com a reconstituição do que seriam os aldeamentos pré-históricos, fotos, desenhos, reproduções de ilustrações feitas por viajantes europeus em substituição as lacunas deixadas pelos acervos. A utilização de fotografias juntamente e os resultados das pesquisas do Departamento de Antropologia buscam *desnudar o processo de aculturação sofrido pelas populações indígenas*. Todo o material a ser exposto contará com textos elucidativos, elaborados a partir de pesquisas bibliográficas e consultas aos pesquisadores que contribuíram para a formação do acervo. (COPÉ; FRANCISCO; HAMEISTER, ARQUIVO DO MUAE, s/d).

A exposição “Sociedades Indígenas do Rio Grande do Sul: 10.000 anos de história” buscou trazer um panorama da história das sociedades indígenas que habitaram o Rio Grande do Sul desde a pré-história, como *Kaigang, Guarani, Charrua, Minuano e Xokleng*, assim discriminadas:

Esta exposição é composta por 7 vitrines verticais e horizontais, que apresentam a trajetória de 10.000 anos de história dos diferentes grupos étnicos indígenas do estado através de sua cultura material, ou seja, peças arqueológicas e etnográficas, além de ilustrações de viajantes dos séculos XVI ao XIX. Esta exposição foi baseada nas argumentações de diversas pesquisas de campo e teorias levantadas por arqueólogos e antropólogos do estado, buscando divulgar ao grande público a história e cultura dos nativos deste estado, a fim de construir uma visão menos etnocêntrica da sociedade branca em relação ao autóctone. (ARQUIVO DO MUAE, s/d, p. 2).

As categorias foram elencadas para compor a exposição fundadora do Museu, sendo dividida em sete nichos: Sambaquis, Cerâmica da Tradição *Taquara*, artefatos líticos associados à Tradição *Taquara*, artefatos líticos da Tradição *Umbu*, artefatos líticos da Tradição *Humaitá*, artefatos líticos e cerâmicos associados aos grupos *Charrua* e *Minuano* e artefatos da cultura *Kaigang* e *Guarani*. É também citado que a utilização de fotografias e registros de pesquisas da área do departamento de Antropologia permitiram “desnudar” o processo de aculturação (ARQUIVO DO MUAE, p. 2, s/d).

A principal ideia, segundo a professora Silvia Copé (2019), era contar a história da primeira ocupação do Rio Grande do Sul, que se deu a oeste do estado, na região de Pará e Uruguiana, onde estes grupos chegaram nas cidades de Vacacaí, Jacuí e Taquari pelos grandes rios e foram espalhando-se pelo estado, formando diversas culturas.

A partir dos fragmentos encontrados e das zonas identificadas, foi possível traçar um panorama da ocupação no Estado e a relevância do material exposto:

[...] Então aquele que vai estar na zona da campanha vai continuar sendo um caçador e coletor, pode encontrar pontas de flecha, a ideia era mostrar esse movimento colonizador de doze mil anos atrás, de dez mil, de como ele vai se espalhando e se adaptando a esses ambientes diferenciados [...] pegamos o material proveniente das pesquisas, mostramos esse material e depois falamos dos grupos e da conquista, como se adaptam às mudanças e vai evoluindo até a chegada do colonizador europeu. E quando chega como se dá os contatos e os conflitos, como se nomina os grupos [...]. (COPÉ, 2019).

Tendo como ponto de partida essas observações, buscou-se investigar se houve continuidade dos grupos após a conquista europeia e como ocorreram esses processos de aculturação. As coleções etnográficas, de acordo com Sílvia Copé, referentes às pesquisas de Balduino Rambo, são excelentes exemplares para visualizar essa continuidade dos grupos *Xokleng*, *Charrúa*, *Minuano* e *Guarani*, para contar os conflitos e como esses grupos interagiram com o colonizador europeu, conforme o material exposto:

[...] nós temos cestos, colares, bengalas *kaingang*. Inclusive, esse processo de aculturação está bem claro nos colares onde antigamente feitos com dentes de animais, começa a ter placas de metal, contas de vidro, fundo de garrafa é muito interessante essa mescla, depois do domínio [...] por exemplo, do *kaingang* tem muito material que foi coletado pelo Balduino Rambo, no caso dos *Mybia Guarani*, toda a parte de artesanato, os cachimbos, a maioria das peças foi dada pelo Sérgio Batista, que colecionava peças de um artista *guarani*, um exímio artesão. E também tinha a cerâmica *guarani* pós-colonial, coletada pelo padre Balduino Rambo, e pelo professor Brochado nas suas escavações arqueológicas. Ele acha aquelas urnas gigantescas, Entre Ijuís, entre noroeste do estado que é o lugar que entram os *guaranis* no Rio Grande do Sul. (COPÉ, 2019, informação verbal).

Na exposição de inauguração, segundo trecho citado acima, optou-se por representar os diversos grupos que habitaram o estado por meio do material arqueológico, principalmente das coleções pertencentes ao LAE, que possuem valor histórico e estético de destaque, das vitrines finais compostas pelo material etnológico e da intersecção das tradições antigas com a cultura dos grupos indígenas do estado, como *Kaingang* e *Guarani*. A autenticidade dos objetos transfere a condição de testemunho autônomo nas categorias culturais, nas quais são definidas e representadas as identidades e as coletividades. De acordo com Walter Benjamin,

“a aura de um objeto está associada a sua originalidade, a seu caráter único e a uma relação genuína com o passado” (BENJAMIN, 1969, p.221 apud GONÇALVES, 2007, p.119)<sup>52</sup>.

Como as turmas de visitantes da exposição eram normalmente grandes, em torno de trinta a quarenta estudantes, foi sugerido um percurso expositivo nas visitas ao Museu, dividida em três salas diferentes. Na primeira, a exibição de um vídeo explicativo sobre o conteúdo da exposição; na segunda, uma visita à sala expositiva, apresentando as vitrines no formato de uma linha do tempo; e na última, a visita ao laboratório do NupArq, demonstrando como essas pesquisas eram realizadas, bem como o material que compunha o museu.

Para que a exposição recebesse os visitantes de maneira adequada, foi necessário montar uma estrutura correspondente, da qual falaremos a partir das informações retiradas do texto encontrado no Arquivo do MUAE, intitulado: “Metodologia de Planejamento da Exposição Sociedades Indígenas do Rio Grande do Sul: 10.000 anos de história”, tendo como autoras Aline Ramos Francisco, Martha Daisson Hameister e Silvia Moehlecke Copé, sem data e paginação, possivelmente apresentado em evento acadêmico.

Para a disposição do material, foram projetadas, pela marcenaria da Universidade, vitrines verticais de 1,00m x 1,00m e horizontais de 0,50m x 1,00m. As legendas que identificavam os vestígios tinham textos com breves apresentações, bem como alguns objetos didáticos relacionados aos grupos, entre eles redes de pesca e pinhões. Esses grupos eram próximos das tradições: *Sambaquis*, Tradição *Taquara* (cerâmica e líticos), Tradição *Umbú* (líticos), *Humaitá* (líticos), *Charrua* (líticos e cerâmicos), *Minuano* (líticos e cerâmicos), *Kaigang* e *Guarani* (material etnográfico). O texto apresenta os conteúdos que iriam compor as vitrines, divididos estes artefatos em tipologia de material e tradições, conforme instruções abaixo para a montagem da exposição:

- Sambaqui: cerâmica primeira vitrine vertical traz como tema principal os sambaquis, compondo três zoólitos, cedidos por um proprietário de uma coleção particular, além de um diorama do tipo terrário, dando a ideia dos níveis naturais da estratigrafia de um sambaqui. Na vitrine horizontal, disposta abaixo desta, outros artefatos líticos e restos de alimentação, como ossos, provenientes dos sambaquis do norte do estado.

---

<sup>52</sup> BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. 1933. In: BOLLE, Willi. **Documentos de cultura, documentos de barbárie**. Cultrix, Edusp, São Paulo. 1986. BENJAMIN, Walter. “O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: **Magia e técnica, arte e política. Obras escolhidas**, v 1, Brasiliense, 2 ed., São Paulo 1969.

- Cerâmica da *Tradição Taquara*: (vitrine vertical) como conteúdo dessa vitrine, se terá fragmentos cerâmicos com diversos tipos de decoração, junto com material cerâmico experimental, produzido no Nuparq, com o intuito de representar as formas características dessa tradição, bem como um diorama em pequena escala, representando o tipo de estrutura de habitação desse grupo, constante de buracos escavados no solo, em três momentos distintos, reconstituindo a formação desse tipo de sítio arqueológico;
- Artefatos líticos associados à *Tradição Taquara*: estarão dispostos na vitrine horizontal machados semi-lunares, mãos de pilão, entre outros;
- Artefatos líticos da *Tradição Umbu*: ocuparão a terceira vitrine vertical inúmeras pontas de flecha produzidos sobre suportes de diferentes matérias primas tais como o quartzo, o basalto e a calcedônia, além de pequenos núcleos bipolares, raspadores e micro-raspadores e fragmentos de hematita oxidada de onde se extraíam pigmentos;
- Artefatos líticos da *Tradição Humaitá*: dispostos na terceira vitrine horizontal, vários artefatos identificados como bifaces, chopping tools e bumerangóides;
- Artefatos líticos e cerâmicos associados aos grupos *Charrua e Minuano*: ocuparão a vitrine vertical os fragmentos de cerâmica da Tradição Vieira e pontas de flecha encontrados nos sítios característicos desses grupos, os denominados *cerritos*. Na vitrine vertical, estarão dispostos outros artefatos líticos, tais como boleadeiras, quebra-coquinhos e polidores, entre outros;
- Artefatos da cultura *Kaingang*: material oriundo da pesquisa etnográfica: constam de cestarias produzidas por este grupo indígena e curiosas pontas de flecha de madeira e de metal, com um curioso exemplo produzido sobre cabo de talher antigo. Estarão dispostos em vitrine vertical;
- Artefatos da cultura *Guarani*: material exposto num conjunto de quatro vitrines, buscando representar os diversos períodos cronológicos dessa cultura. Em primeira prateleira da vitrine vertical estarão expostas peças cerâmicas de grande beleza e datadas do período pré-colonial, como um *yapepó* com

decoração mamilar e algumas miniaturas. Fixos ao fundo, tembetás e polidores manuais em canaleta como artefatos líticos e cachimbos cerâmicos. Sob estas peças cerâmicas praticamente inteiras, com vários tipos de decoração, constando em sua maioria *yapepós* e um *cambuxi* de pequenas dimensões. As duas vitrines seguintes (uma vertical e outra horizontal) são destinadas ao material missioneiro e da pesquisa etnográfica junto ao grupo denominado *M'byá Guarani*, constando de peças cerâmicas, um cachimbo de barro, arcos e flechas de madeira, cestaria e uma coleção cerâmica guarani existente no museu, foram selecionados também imensas vasilhas cerâmicas que constavam no achado arqueológico como sendo urnas funerárias com formas de acabamento diferenciado, ficando estas, dado suas dimensões fora da vitrine sobre suportes confeccionados especialmente para este fim.

Imagem 17 - Vitruines lado esquerdo, tradições *Taquara e Umbu*, ao fundo, sambaquis



Fonte: Arquivo do MUAE, outubro de 1997.

Imagem 18 - Vitruine lado direito: tradições *Taquara e Umbu*, ao fundo, *Kaigang*



Fonte: Arquivo do MUAE, outubro de 1997.

Imagem 19 - Vitrines dos grupos *Guarani*

Fonte: Arquivo do MUAE, outubro de 1997.

Imagem 20 - Fundos da exposição: cerâmica e urnas funerárias



Fonte: Arquivo do MUAE, outubro de 1997.



Para a inauguração do Museu e da exposição, Silvia Copé (2019) relembra do convite feito ao IFCH, especificamente ao diretor José Vicente Tavares, que fez o discurso de abertura, aos professores de História e às instituições que trabalhavam com arqueologia e temas próximos na cidade de Porto Alegre. A comunicação e a entrega dos convites foi feita via correspondência, o que comprometeu, de certa forma, a agilidade do processo, mas não o suficiente para que a inauguração não tivesse uma boa recepção e uma boa repercussão em âmbito estadual.

Imagem 21 - Convite da abertura da exposição



Fonte: Arquivo do MUAE, 1997.

Imagem 22 - Abertura da exposição com discurso do diretor do IFCH



Fonte: Arquivo do MUAE, 1997.

Em pleno funcionamento, é complexo delimitar as ações que foram exclusivamente realizadas pelo MUAE, tendo em vista que a coordenadora do museu desempenhava a mesma função no NuPARq. Por isso, as ações acabavam realizando-se conjuntamente, e quando envolviam as coleções de etnografia ou de guarda do LAE, obtinham o *status* de acervo do MUAE. A prática de registrar as atividades realizadas tanto pelos núcleos quanto pelo Museu não era recorrente, mas existe arquivo fotográfico de algumas exposições e visitas de escolas ao MUAE.

As ações educativas também eram feitas em parceria, o que pode ser observado nas atividades que previam a produção de material experimental, com manuseio em cerâmica produzida pelo NuPARq, oficinas de Arqueologia experimental com materialidades em argila, pedra, fibras, vegetal e pigmento (ARQUIVO DO MUAE, s/d). Esse trabalho em conjunto entre o NuPARq e o Museu se dava principalmente envolvendo a atuação dos bolsistas na realização das atividades.

O Museu também primava pela curadoria dos acervos, uma vez que se propôs a salvar material, principalmente para conservação e acondicionamento. Houve uma reorganização dos acervos dos núcleos LAE e NuPARq, no sentido de salvar, higienizar, listar, conhecer e acondicionar o acervo, com exceção dos etnográficos, que não foram contemplados. Para isso, foram compradas inúmeras caixas com verba obtida a partir do projeto do museu, em 1998, enquanto que os valores recebidos pelas pesquisas eram direcionados para a compra de equipamentos, materiais, informatização, pagamento de bolsistas e dos demais pesquisadores do laboratório. Esse projeto (1998 e 1999) contou com o auxílio da bolsista de pós-doutorado Lizete Dias de Oliveira<sup>53</sup>, cuja função abarcou também a gestão do Museu, corroborando no diálogo multidisciplinar voltado à perspectiva da documentação. A pesquisadora possui graduação e mestrado pela UFRGS em História e formação voltada para os estudos das culturas indígenas<sup>54</sup>, documentação e preservação das

---

<sup>53</sup> Possui Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1988), Bacharelado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1989), Mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1993), Mestrado / Diplome d Etudes Approfondies Archéologie Des Périodes Historiques - Université Paris I (Panthéon-SORBONNE) (1994) e Doutorado em Histoire de LArt et Archéologie - Université Paris I (Panthéon-SORBONNE) (1997), Pós-doutorado em Ciência da Informação - Universidade do Porto. Foi professora no Departamento de Ciências da Informação (DCI) da Faculdade e Biblioteconomia e Comunicação (FABICO) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação. Tem experiência na área de Arqueologia, com ênfase em Arqueologia Histórica e Subaquática, atuou principalmente nos temas: Arqueologia, História, Semiótica, Ciência da Informação e Museologia.

<sup>54</sup> Dissertação: OLIVEIRA, Lizete D. **Iconografia Missioneira** – Em estudo das imagens Jesuítico-Guarani. Porto Alegre: 1993. Dissertação (Mestrado em História), PUCRS. Porto Alegre, 1993.

escavações por meio do suporte audiovisual. Lizete Dias de Oliveira desenvolveu em sua tese<sup>55</sup> uma análise, usando a metodologia da teoria geral dos signos (semiótica), da cristianização dos *Guaranis* por meio de imagens, em um processo de ressimbolização.

Sobre a concepção de curadoria, ressalta-se que ela perpassa também a noção de musealização e pode ser entendida como: “processos de aquisição, estudo, documentação e comunicação do patrimônio cultural” (CURY, 1999, p. 48). Esse conceito, em constante transformação, por quatro séculos esteve fortemente associado à observação, coleta, tratamento e guarda, diferenciando-se do modelo nas ciências naturais, voltado à conservação, sendo o profissional conservador o responsável, ou nas artes, com ênfase na manutenção das obras já na figura de um curador. Com a ocorrência da diáspora museológica no século XIX, ganhou um viés voltado à análise das evidências materiais e da cultura, junto com as noções herdadas de organização e guarda. Porém muitas bibliografias recentes ainda identificavam o curador como o responsável pelos acervos, o especialista em um campo de conhecimento e o profissional a assumir a direção dos museus (BRUNO, s/d)<sup>56</sup>.

Já a musealização é a mudança de status na qual o objeto passa pelo fato museológico, compreendendo-se que o objeto da Museologia é o “fato museal” ou “fato museológico”. O fato museológico é a relação profunda entre o homem-sujeito conhecedor e o objeto, parte da realidade que o homem igualmente atua e pode agir (RUSSIO, 1981). A musealização é o processo pelo qual os objetos perdem seu uso comum e são dotados de valor científico, econômico, histórico ou artístico e institucionalizados em locais que buscam sua preservação, pesquisa e comunicação.

Nesse sentido, vemos que a curadoria dos acervos do MUAE foi relacionada a esses atributos, ocorrendo a intencionalidade dessas ações para entender, apropriar, conservar e gestar esses acervos. O processo de curadoria então realizado perpassou ações de conservação, acondicionamento e listagem do material para que fosse possível dimensionar sua potencialidade.

Observamos que nos eixos existe uma separação no entendimento do que é Pesquisa Científica e no que vem a ser atribuição do Museu, de forma que o MUAE deve ser o responsável pelo contato com a sociedade e a Pesquisa científica responsável pela execução das exposições e pela Educação Patrimonial. Desta forma, a pesquisa aconteceu por meio dos

---

<sup>55</sup> OLIVEIRA, Lizete D. **Les Réductions Guarani de la Province Jésuite du Paraguay** (Etude historique et sémiotique). 1997.

<sup>56</sup> Disponível em: [www.ibermuseum.org](http://www.ibermuseum.org) > 2015/07 > Unidad I | Texto\_Definicao-de-Curadoria

núcleos e a comunicação pelas exposições, por meio da instituição. Também não há uma menção a outras áreas do conhecimento, indicando uma possível equipe multidisciplinar, colocando o compromisso como sendo apenas do arqueólogo na indicação do que deve ou não ser preservado e considerado patrimônio.

Essa delimitação do que é considerado patrimônio é uma questão complexa, que envolve vários profissionais, como historiadores, museólogos, conservadores, historiadores da arte, arqueólogos, antropólogos e órgãos responsáveis por deliberar normativas e diretrizes que tangem a gestão desse patrimônio. Cristina Bruno (2014) aponta: “[...] patrimônio é o conjunto seletivo e preservado de bens materiais e imateriais (indicadores culturais), fruto das relações que os Homens estabelecem, ao longo do tempo, com o meio ambiente e em sociedade, e suas respectivas interpretações” (BRUNO, 2014 p. 09).

Nesse sentido, devem ser levados em conta, como observado pela autora, não apenas questões que versam sobre a materialidade, arquitetura, conservação, valor econômico ou de raridade, por exemplo, mas igualmente buscar analisar seus antigos usos, contextos, atores e suas relações com o patrimônio, para que seu potencial cultural seja explorado e ressignificado junto à comunidade na qual está inserido.

No intuito de identificar algumas das ações realizadas pelo Museu, foram vistoriadas fotos, textos e outros documentos da instituição, dentre eles:

- 3ª Mostra do Dia do Museu, realizada pelo Sistema Estadual de Museus (SEM/RS), em comemoração ao dia do Museu (Shopping Rua da Praia-POA no segundo semestre de 1998);
- Exposição itinerante: Arqueologia. O que é e como se faz?
- Exposição itinerante: Brasil 500 ou 15.000 anos? Povos autóctones do Rio Grande do Sul: Conflitos, dominação e resistência, 1999, em comemoração ao V Centenário do descobrimento do país, coordenada pelas professoras Sílvia Copé e Adriana Schmitd Dias, com a participação de mais seis bolsistas. Teve o apoio da Pró-Reitoria, do IFCH, de professores da História, do NupArq e do NIT;
- Exposição Herança Indígena no Rio Grande do Sul, realizada no Salão Nobre do ICBS/UFRGS pelo Governo Federal, IPHAN, UFRGS, IFCH, e MUAE. Teve também o patrocínio de empresas. Ocorreu de 08 de novembro a 1º de dezembro;

- Remodelação da exposição de longa duração do MUAE, Povos Riograndenses: uma visão etnoarqueológica, realizada pela coordenadora e pela bolsista;
- IX Congresso Sociedade Brasileira de Arqueologia - apresentação e publicação nos anais do trabalho Metodologia e Planejamento de Exposições: Sociedades Indígenas do Rio Grande do Sul: 10.000 anos de História, em 1997;
- 1º Encontro da Sociedade de Arqueologia Brasileira Sul - Efetivação da exposição permanente: proposta de educação patrimonial, apresentada por bolsistas em 1998;
- X Salão de Iniciação Científica: Reorganização e recuperação do Museu Universitário de Arqueologia e Etnologia da UFRGS e revitalização da exposição itinerante, 1998;
- I Salão de Extensão: Uma atividade de extensão permanente, 1999, apresentada pela professora e pela bolsista;
- Exposição 12.000 anos de História: Arqueologia e Pré-História do Rio Grande do Sul, no Museu Universitário da UFRGS em 2013.

Além dessas exposições e apresentações em eventos, foi possível identificar, pelo relatório da bolsista Aline Ramos Francisco e por outros documentos, que o Museu realizou, com o NuPArq, duas oficinas com público no Brique da Redenção, em Porto Alegre.

A última exposição citada ocorreu graças a uma parceria entre o Museu da UFRGS, o NupArq e a Sociedade Brasileira de Arqueologia (SBA), com recursos via edital de Lei de Incentivo à Cultura do Rio Grande do Sul? (LICRS). A curadoria foi da professora Sílvia Copé e do Museu da UFRGS. A expografia contou com mapas das rotas dos grupos indígenas pelo país, representações do possível cotidiano dos grupos e tradições do estado, pinturas rupestres, modelo estratigráfico demonstrando a deposição de sedimentos, esquemas com formas de escavação e interpretação dos fragmentos, desenhos de ferramentas, usos e formas de fabricação com base no acervo tridimensional disposto na exposição. Conforme consta no catálogo, o acervo tridimensional pertencia ao MUAE, ao NuPArq e também aos núcleos de pesquisa da PUC e da UFPel. No trecho abaixo, a curadora reitera os objetivos descritos no documento da exposição:

A exposição “12.000 anos de História: Arqueologia e Pré-História do Rio Grande do Sul” é uma síntese dos conhecimentos produzidos em estudos científicos, sujeitos à permanente discussão e que geralmente ficam restritos no âmbito acadêmico. Seus objetivos terão sido alcançados se o enorme esforço que resultou no planejamento,

pesquisa, montagem e abertura desta mostra, contribuir para divulgar e valorizar junto a um amplo público o passado das populações indígenas e incluí-las na História nacional (12.000 ANOS DE HISTÓRIA: ARQUEOLOGIA E PRÉ-HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL, 2013).

Assim como as exposições, as ações educativas ocorriam constantemente, dispondo de mediadores em tempo integral e de materiais lúdicos, como uma caixa pedagógica disponibilizada via empréstimo para as escolas, produção e distribuição de catálogo sobre exposições (COPÉ, 2019). O catálogo da exposição “12.000 anos de História: Arqueologia e Pré-História do Rio Grande do Sul” mostra a criação de condições que favoreceram a realização da exposição, especialmente o compartilhamento da curadoria com o Museu da UFRGS, a localização em um espaço adequado e central, a equipe qualificada e multidisciplinar, o investimento financeiro para a pesquisa museológica, a expografia e um planejamento adequado de ações educativas.

Os acervos expostos na exposição, ora faziam referência ao NuPARq, quando tratavam dos fragmentos de pesquisa do núcleo, ora ao MUAE, quando se referiam às coleções que estavam anteriormente na pequena sala expositiva do Museu, pertencentes ao LAE. Ao retornarem da exposição para a instituição, os materiais não foram readequados para instalação nem para a reserva técnica, ficando acondicionados em caixas e deixados na sala expositiva, inviabilizando as visitas ao local. Hoje, a sala expositiva do MUAE encontra-se fechada e sem visitas, assim como não ocorrem ações via Museu, sendo apenas os núcleos atuantes no processo de pesquisa e extroversão no formato de publicações científicas.

Imagem 23 - Sala atual do MUAE



Fonte: Carina Kaiser, 14 de novembro de 2017.

Quanto aos processos via MUAE inscritos no IPHAN, há apenas um registro de um projeto, que foi iniciado pela arqueóloga Lizete Dias de Oliveira, na ocasião bolsista pós-doutoranda, intitulado “O povoamento dos campos de Cima da Serra: Bom Jesus e São José dos Ausentes”, em 1998. Porém, com o término da bolsa, o projeto foi encerrado, ficando a coordenação a cargo da professora Silvia Copé, via NuPArq.

### **4.3 Pulverizações de acervos**

Na UFRGS, o processo de formação de coleções de Arqueologia e Antropologia acompanhou o movimento de estabelecimento das disciplinas no país. Isso explica, em parte, o fato de as coleções, estritamente associadas às atividades dos docentes, encontrarem-se dispersas em diversas instituições de ensino, seguindo os passos acadêmicos dos pesquisadores. No caso dos professores catedráticos, além da coleção de José Proenza Brochado, sediada na UFRGS e no LPA/MCT/PUCRS, é possível identificar acervos formados por Balduino Rambo e por Pedro Ignácio Schmitz, localizados, respectivamente, no Colégio Anchieta e no IAP da Unisinos.

A partir dessa informação, citada pelos professores durante as entrevistas (SCHMITZ, 2019; MONTICELLI, 2018; SOUZA, 2019), foi feito contato com as instituições mencionadas. A intenção foi obter possíveis roteiros, documentos e acervos do período em que também atuaram na UFRGS, com base em um recorte temporal e temático para referenciar coletas dos catedráticos entre os períodos de 1940 e 1980, sobre os temas de Arqueologia e Etnologia no Rio Grande do Sul.

Sendo assim, foram contatados os espaços correspondentes às trajetórias desses professores: Instituto Anchietano de Pesquisas (IAP/Unisinos), Museu do Colégio Anchieta de Porto Alegre, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), Pontifícia Universidade Católica (PUCRS), Museu Júlio de Castilho (Porto Alegre), Museu do Colégio Catarinense (Florianópolis) e o Museu Antropológico do Rio Grande do Sul (Porto Alegre). A pesquisa deteve-se às quatro primeiras instituições, conforme abordagens que se seguem, uma vez que as duas últimas não possuem coleções ou documentação dos professores e o Museu Júlio de Castilhos não retornou com a informação solicitada.

No IHGRS, foram localizadas duas publicações do professor Balduino Rambo, que abordam os acervos arqueológicos e etnológicos no Rio Grande do Sul. Em artigo intitulado

“Relatório científico das viagens de estudos etnográficos”<sup>57</sup>, publicado na Revista do IHGRS, de 1946, são narradas as viagens que aconteceram entre 26 de dezembro de 1944 e 14 de março de 1945. Nesse período, Balduino Rambo era docente da disciplina de Etnografia e Etnologia da Faculdade de Filosofia da URGs e professor no Colégio Anchieta. No artigo/relatório, o professor ressalta três locais distintos onde foram realizadas as pesquisas e respectivas datas: a primeira viagem, na região de Quaraí, entre dezembro de 1944 e 16 de janeiro de 1945; a segunda, na cidade de Florianópolis, entre 3 de fevereiro e 14 de fevereiro de 1945; e a terceira viagem na região de Nonoai, entre 21 de fevereiro e 14 de março de 1945. As duas primeiras foram realizadas com recursos financeiros do próprio professor Rambo e a última, financiada pela URGs.

Os relatórios das viagens apresentam a relação de tipologias de artefatos, sem suas imagens, encontrados próximo ao Quaraí-mirim e uma descrição de categorias estabelecidas. Como resumo etnográfico ressalta: “Pertencem os artefatos do Quaraí à cultura dos *Charruas*, de cultura mista Lâminas totêmicas (1ª vez no Brasil), conexo com a Patagônia e as bolas matriarcais de procedência Andina” (RAMBO, 1946, p. 238).

Essa viagem foi realizada com a tropa Nóbrega dos Escoteiros do Colégio Anchieta, entre 27 de dezembro de 1944 e 1945, com a intenção de estudar a flora campestre da fronteira e conseguir material lítico dos *Charruas*. Existe a menção de que alguns desses artefatos foram doados pelo Dr. João Carlos Giurdice e seu peão João Barulho. Sendo assim, podemos confirmar a citação de Schmitz (2019), que contou que as peças encontradas nas propriedades eram entregues aos padres interessados em arqueologia e que há materiais doados nos acervos.

Na outra publicação, “Fundamentos da Cultura Riograndense”, de 1957, da Faculdade de Filosofia da URGs, 2ª série, o professor apresenta um estudo sobre artefatos líticos dos indígenas riograndenses. A partir do território de localização dos achados, Rambo estabelece três culturas distintas: a província do sudoeste, a província sambaquiana e a província do planalto. Em relação aos locais de guarda, menciona que os artefatos encontrados no litoral de Santa Catarina estão dispostos no Colégio Catarinense, em Florianópolis, e no Rio Grande do Sul integravam a coleção escolar da Faculdade de Filosofia da URGs.

Os artefatos do Rio Grande do Sul, encontrados na Província do Planalto (Região Platina/Serra), foram descritos como machados provenientes de Santa Rosa, Serra do Herval,

---

<sup>57</sup> RAMBO, Balduino. Relatório científico das viagens de estudos etnográficos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, ano XXVI, n. 102, p.234-240, 1946.



Cerro Largo, Ijuí Médio e Alto do Uruguai, além de almofarizes, sendo um exemplar de Nonoai. O fato de comporem uma coleção escolar da Faculdade de Filosofia da URGGS evidencia o uso desses artefatos para fins didáticos na década de 1950.

A pesquisa no Museu do Colégio Anchieta, em Porto Alegre, onde atuaram os professores Rambo e Schmitz, apoiou-se em uma listagem no formato de catálogo em papel, a partir da qual foi possível identificar alguns exemplares arqueológicos e etnológicos coletados por estes catedráticos. Embora grande parte do acervo do Museu seja composta pela coleção da Missão Anchieta Diamantina<sup>58</sup>, foi possível identificar alguns exemplares arqueológicos e etnológicos coletados por Rambo e Schmitz no Rio Grande do Sul, no mesmo período das publicações já descritas acima.

Nesta listagem/catálogo, há nove campos de preenchimento: número, tipo de peça, grupo étnico, procedência, coletor, data, origem e observações. Na Coleção Arqueológica, há exemplares coletados por Balduino Rambo. Estão registrados:

- Dois fragmentos de cerâmica - Porto Alegre Nonoai, 1945;
- Lítico- raspadores - lote com 34 peças - Cerro do Jaraú, Quaraí/RS (sem data);
- Lítico – machado- (sem localização), 1958;
- Cerâmica - Roca Sales (sem data);
- Machado lítico - Porto Alegre Nonoai, 1945;
- Lítico raspador - Cerro do Jaraú, Quaraí, 1944;
- Lítico - Pedra com depressões- Fazenda do Arroio Osório/RS, 1950;
- Lítico- dois afiadores em canaleta - Fazenda do Arroio Osório/RS, 1950;
- Lítico- 5 raspadores -Cerro do Jaraú, Quaraí/RS (sem data).

Especificamente, na Coleção Arqueológica de coleta realizada por Pedro Ignácio Schmitz:

- Lítico indeterminado: 7 fragmentos- em Pântano do Sul, Florianópolis/SC, 1958;
- Lítico -machado - Itapiranga/SC, 1960;
- Lítico -2 indeterminados - Pântano do Sul/SC, 1958;
- Três conchas adorno - Rio Una Imaruí/SC (sem data).

Na Coleção Etnográfica, entre os objetos coletados por Schmitz, foram encontrados: um crânio humano, sem procedência e data; e um crânio de indígena, de procedência de caverna de Bom Retiro/SC, no ano de 1955.

---

<sup>58</sup> A Missão Anchieta Diamantina foi realizada na década de 1950 no Mato Grosso. A coleção foi levada a Brasília e, posteriormente, doada ao Colégio Anchieta de Porto Alegre.

Por meio de publicações encontradas no IHGRS e da listagem do Colégio Anchieta, pode-se afirmar que possivelmente as coletas foram realizadas no período em que o professor atuou na UFRGS. Assim, existe a hipótese desses fragmentos serem institucionalmente da Universidade, ao passo que algumas das viagens obtiveram financiamento do pesquisador. Dos objetos da listagem do Colégio Anchieta, em mesmo período, temos: um raspador encontrado em Cerro do Jarau/Quaraí, em 1944; dois fragmentos de cerâmica encontrados em Porto Alegre/Nonoai, em 1945; raspadores, lote com trinta e quatro peças encontradas no Cerro do Jarau/Quaraí; um machado lítico, em Porto Alegre/Nonoai, em 1945; e cinco raspadores encontrados no Cerro do Jarau/Quaraí.

Em relação às dispersões das coleções, uma das explicações está no fato de que os pesquisadores não possuíam projetos de pesquisa delimitados às instituições que pertenciam e, que a busca por fragmentos se dava em grandes áreas. Além das técnicas de prospecção serem pouco desenvolvidas, as equipes ainda não qualificadas e os laboratórios inadequados para a realização das pesquisas acabavam por resultar na pulverização desses artefatos.

Outro material de extrema importância são os diários de campo dos professores catedráticos que fazem referência às pesquisas realizadas na UFRGS, no período do PRONAPA. Ainda hoje, os diários não são institucionalizados compondo essas coleções, mas, sim, considerados anotações de cunho pessoal dos professores. Por exemplo, os diários de campo de José Proenza Brochado, no exercício da pesquisa do PRONAPA pela UFRGS, encontram-se no LPA/MCT/PUCRS, pois o professor deixou esses e outros acervos sob guarda da docente Gislene Monticelli. Enquanto que os diários de Schmitz estão no IAP, mesmo compondo as coleções que referenciam projetos da UFRGS.

No decorrer desta pesquisa, em setembro de 2018, o IAP devolveu para a UFRGS parte dos acervos do PRONAPA e de pesquisas realizadas nos anos de 1970 a 1973 pelos pesquisadores Schmitz, Barth e Brochado. O material ficou na Unisinos (São Leopoldo) devido à mudança do Campus Centro para o Campus do Vale (Porto Alegre), na década de 1970, retornando recentemente para a UFRGS junto com o catálogo de todo o material do LA.<sup>59</sup> São aproximadamente cinquenta caixas com material arqueológico retirado pela professora Sílvia Moehlecke Copé perante termo de repatriação, que entende que o acervo pertence à UFRGS, e faz parte do acervo do LAE. O documento propõe a devolução ao local

---

<sup>59</sup> No processo de curadoria realizado pela equipe do MUAE, entre 1998 e 1999, essa listagem do material referente ao acervo do LA já tinha sido feita, porém constavam lacunas que, com o retorno do acervo e catálogo, será possível preencher.

de origem do objeto musealizado em outro espaço, tendo como destino um país, comunidade ou instituição (COSTA, 2018).

O Museu do Colégio Catarinense, a Biblioteca Central da UFRGS, o Museu de Arqueologia e Etnologia da UFSC e o Museu Júlio de Castilhos foram contatados via e-mail na intenção de identificar publicações e acervos referentes à época dos catedráticos, no período em que atuaram na UFRGS, especialmente entre 1945 e 1980. Mas apenas o Colégio Catarinense retornou, informando que não dispunha de coleções dos catedráticos.

Como aponta Lima (2007), uma das grandes dificuldades enfrentadas pelos acervos arqueológicos é a sua dissociação documental com a perda das referências estratigráficas, espaciais e cronológicas. Conseqüentemente, a valoração destes artefatos se torna prejudicada, uma vez que a falta de informação impossibilita a construção de narrativas por meio dos acervos. Ainda, o aumento da demanda e, conseqüentemente, dos acervos das pesquisas, que envolvem a Arqueologia Contratual, a não adequação nos processos de musealização e a documentação insuficiente, inviabiliza a contextualização desses acervos (CALDARELLI; CÂNDIDO, 2017).

Não é apenas a dissociação da informação que interfere na valoração dos artefatos arqueológicos. O fato de as coleções de Arqueologia estarem normalmente atreladas a museus dedicados a outros campos do conhecimento também pode enfraquecer a potencialidade dessas coleções. Conforme Bruno (2014), os museus brasileiros de arqueologia atuaram sempre como coadjuvantes, inicialmente junto às coleções de História Natural, depois inseridos nas coleções etnográficas e, por fim, diluídos nos museus de História e Arte.

#### **4.4 Fragilidades, potencialidades e novas perspectivas**

Pelo investigado, até então, nesta pesquisa, notamos que muitas coleções ainda estão dispersas de seus contextos de coleta, há poucas informações, dados desconexos, espaços de memória apenas sustentados por professores e financiados quase que exclusivamente por pesquisas docentes e com o funcionamento dependente da atuação de bolsistas. O MUAE para preservar sua permanência, necessita articular-se e efetivar o processo de musealização de suas coleções junto aos núcleos que o compõem, para que ele seja assegurado no microcosmos científico.

A institucionalização do Museu buscou atender às perspectivas da musealização, entendendo que a pesquisa seria realizada pelos núcleos, enquanto a salvaguarda, entendida

como curadoria, e a comunicação ficariam a cargo do MUAE como instituição. O que possibilitaria, um espaço para que o público fizesse a relação com as diferentes realidades, seja ela vivida ou relacionada a outras culturas, como é o caso dos acervos arqueológicos e etnográficos, possibilitando que as “*leituras de mundo*” (RUSSIO, 1990) pudessem dar base para que o fato museológico ocorresse.

Essa atividade museológica proporciona bases para que o fato museológico possa realizar-se. E no MUAE a musealização acabou tornando-se secundária, de forma que os núcleos priorizaram suas atividades, e ao museu coube a comunicação por meio de exposições. O fato de que instituição estava inserida junto aos prédios de salas de aula ocasionou tensões em função da movimentação do público escolar nos corredores, um dos aspectos que acabou a distanciando de sua principal função, a extensão com a comunidade.

Conforme citado, o MUAE foi criado para atuar como uma agência gestora do patrimônio e do fomento à pesquisa, com o intuito de divulgar o conhecimento científico e de realizar o trabalho de educação patrimonial. A especificidade de ser um museu universitário com coleções arqueológicas, consideradas bens da União, e ter que atender diversas demandas do ensino, da pesquisa e da extensão, e estar sujeito a prestações de contas para o IPHAN, vem a ser um desafio no que tange a estas diversas atribuições.

Os núcleos de pesquisa e, conseqüentemente, o museu, ao se proporem à salvaguarda dessas coleções arqueológicas, devem atender às diretrizes estabelecidas pelo IPHAN. Desde as primeiras normatizações, mais incisivamente com a lei nº 3.924 de 26 de julho 1961<sup>60</sup>, os pareceres referentes ao licenciamento são de responsabilidade do IPHAN. No período de atuação dos catedráticos, as instituições de guarda do material arqueológico ainda não tinham a perspectiva do endosso institucional, ou seja, de que é o laboratório que fica responsável pela salvaguarda dos fragmentos resultantes das pesquisas. Porém, com os grandes projetos tanto do PRONAPA quanto do SPHAN, em meados de 1965 e 1975, os laboratórios já atuavam nessa perspectiva, mas de forma não normatizada, sem caráter de fiscalização.

Atualmente, os relatórios apresentam como estrutura dos projetos: histórico, problema de pesquisa, justificativa, objetivos, referenciais teóricos-metodológicos, plano de estudos e discussão dos resultados de análise. Esses dados contemplam informações, como: equipe, desenhos das camadas, tabelas com quadrículas, diagramas, levantamentos topográficos,

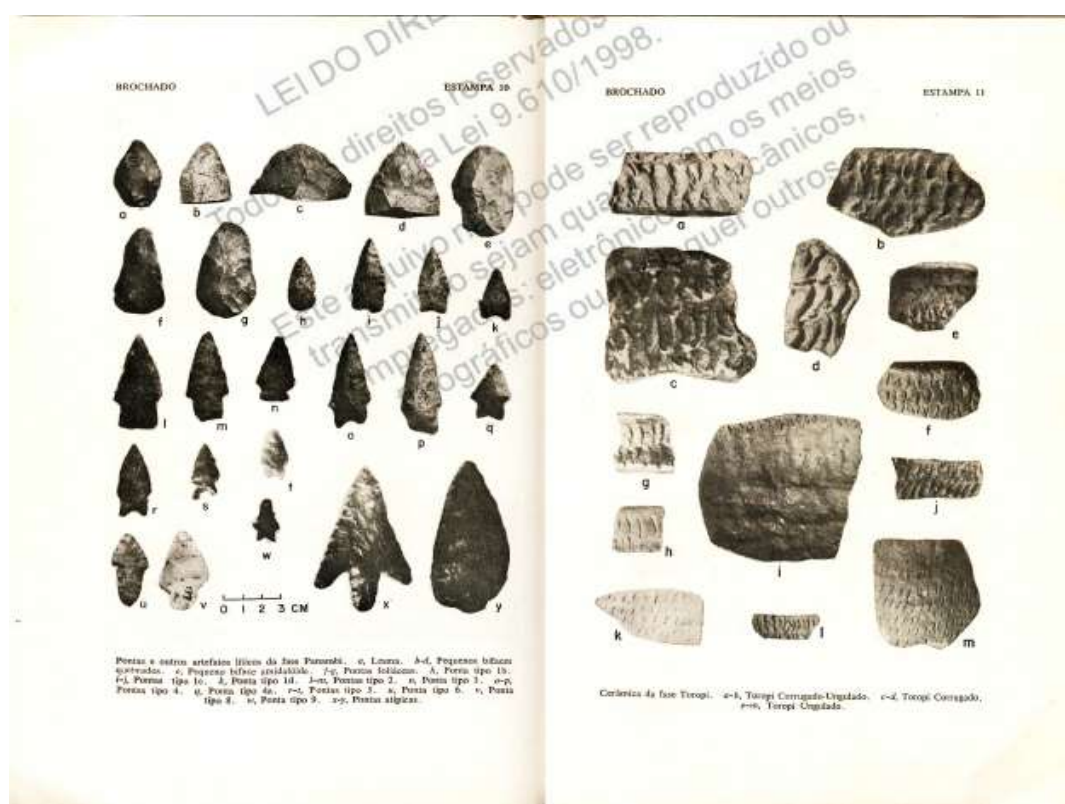
---

<sup>60</sup> A Lei de 26 de julho de 1961, visa a salvaguarda dos monumentos arqueológicos ou pré-históricos, além de caracterizar estes bens que passam a pertencer ao poder público, proíbe o aproveitamento econômico, a destruição e mutilação desses monumentos e sítios. O órgão é responsável pelas fiscalizações das escavações e pelas relações entre o público e o privado.

registros fotográficos da aplicação das técnicas, espaço antes da prospecção, fragmentos obtidos na escavação, croquis do sítio, resultado de análises, diário de campo, tempo cronológico, tempo físico e ações realizadas.

Essas categorias metodológicas assemelham-se as utilizadas no PRONAPA (fases a que pertenciam, espaço geográfico, clima, fragmentos encontrados, entre outros), porém hoje com aspectos muito mais completos, em uma abordagem voltada ao viés histórico ou etnológico, distante da História Natural como no período do PRONAPA.

Imagem 24 - Separata do relatório do PRONAPA, 1967-1968. Mostra de fragmentos encontrados pelo prof. José Joaquim Proenza Brochado



Fonte: Acervo da Biblioteca da PUCRS. PRONAPA, 1967-1968, p. 60-61.

Além dos trâmites entre esses órgãos, é de responsabilidade do IPHAN a realização de vistorias nos espaços que possuem guarda de material arqueológico, estando disponível a vistoria de 2017 nos núcleos LAE e NuParq, em formato digital no site do Instituto. Os relatórios das vistorias anteriores também foram solicitados, porém, como não estão digitalizadas, até a finalização desta pesquisa, não foram disponibilizadas pelo órgão.

A vistoria de 2017 teve grande impacto na direção do IFCH, nos núcleos de pesquisa e, conseqüentemente, no MUAE. Os laudos apresentam a estrutura do prédio, os setores, os funcionários, o histórico, os protocolos, a documentação, o laboratório e a reserva técnica dos

núcleos. Ainda trazem a planta dos espaços, com a localização do acervo, laboratório, localização da subestação de energia elétrica, imagens do laboratório, porta de acesso, iluminação, piso, armários, estantes e paredes.

Antes da realização do procedimento, o IPHAN enviou ao departamento de Antropologia da UFRGS o pedido de vistoria em 17 de abril do mesmo ano, solicitando o envio de diversas informações ligadas tanto a questões de demandas de documentação museológica, quanto de conservação preventiva das coleções dos núcleos<sup>61</sup>. A diretora do IFCH posicionou-se sobre o funcionamento dos núcleos antes da vistoria:

Em resposta à solicitação do IPHAN sobre a portaria que institui o Laboratório de Arqueologia e Etnologia, sob a coordenação do prof. José Octávio Catafesto de Souza, venho informar que os laboratórios e núcleos de pesquisa do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS não são instituídos a partir de documentos oficiais. Os referidos espaços são constituídos a partir de interesses de pesquisa dos docentes do Instituto que, através de verbas de pesquisa, obtidas junto a agências de fomento, tais como CAPES, CNPq ou FAPERGS, são equipados e passam a funcionar sob coordenação do docente responsável. Os relatórios e resultados dessas pesquisas são divulgados em veículos próprios para tal afinidade e estão listados nos currículos dos pesquisadores. (CLAUDIA WASSERMANN - DIRETORA IFCH, 2017, PROCESSO Nº 01512.001605/2017-67, IPHAN).

Diante desse cenário, percebe-se que há uma autonomia dos núcleos, no sentido de um caminho que possa agilizar processos, realizar pesquisas e conseguir verbas, mas também um descaminho, ao passo que o instituto não se responsabiliza pela gestão e permanência dos laboratórios e dos espaços de memória da Universidade. Nesse descaminho, há uma série de demandas internas inseridas no tripé ensino, pesquisa e extensão, que sobrecarregam os docentes e dificultam as ações que deveriam ser realizadas por uma equipe multidisciplinar. Como reflete Cristina Bruno (2009):

[...] nem sempre os museus têm sido aceitos no âmbito da lógica acadêmica. A inserção equivocada no organograma universitário, a ausência de instalações tecnicamente adequadas para a implementação do processo curatorial, o não reconhecimento da produção científica relacionada aos estudos museológicos, os impedimentos referentes à progressão das carreiras docentes e técnicas no âmbito dos museus, são apenas alguns dos indiscutíveis sintomas que constroem essas instituições em relação às suas responsabilidades sociais. (BRUNO, 2009, p.49).

Essas questões podem ser observadas nos pareceres do IPHAN referentes aos núcleos. Sobre o LAE, o laudo, realizado em 22 de maio de 2017, informa:

---

<sup>61</sup> São solicitados aos núcleos: ato constitutivo ou documento equivalente; cópia de laudo de vistoria do corpo de bombeiros; atestado de que o edifício possui as condições de segurança contra incêndio; protocolos utilizados pela instituição (de manuseio e movimentação do acervo, de utilização da reserva técnica e de limpeza dos espaços e acervos); plano museológico; política de acervos; arrolamento do acervo arqueológico (tipologia e quantificação) e a pesquisa gerada; número de projetos de arqueologia vinculados à instituição; planta baixa e organograma do Museu no que se refere aos setores de arqueologia.

Com base na análise do Formulário do Programa de Fiscalização em Instituição de Guarda e Pesquisa e no laudo técnico de arquitetura essa área técnica considera que o Laboratório de Arqueologia e Etnologia (LAE) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) não apresenta atualmente condições mínimas para a salvaguarda de novos acervos arqueológicos, estando inapto a endossar novas pesquisas arqueológicas. (IPHAN, PARECER TÉCNICO nº 10/2018/ACON/CNA/DEPAM).

Quanto ao NuPARq, em mesma data, o laudo sinaliza:

Com base na análise do Formulário do Programa de Fiscalização em Instituição de Guarda e Pesquisa, essa área técnica considera que o Núcleo de Pesquisa Arqueológica - NuPARq da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS apresenta condições mínimas para a salvaguarda de novos acervos arqueológicos, estando apto a endossar novas pesquisas arqueológicas, entretanto devido a quantidade de material já acondicionado e o espaço reduzido na instituição, consideramos que o NuPARq está apto a endossar pequenos volumes de acervos. (IPHAN, PARECER TÉCNICO nº 11/2018/ACON/CNA/DEPAM).

Uma série de objeções foram feitas a partir da vistoria, com o prazo de cento e vinte dias para as mudanças, são elas: a aquisição de medidores de temperatura e umidade, adoção de um sistema de amortecimento de impactos no acondicionamento dos vasilhames cerâmicos, acondicionamento adequado das peças arqueológicas que se encontram soltas, substituição gradativa para caixas de papelão, adoção de um sistema de identificação e localização do acervo, normatização de recebimento e empréstimo de materiais, protocolos de limpeza, higienização, manuseio, movimentação e utilização da reserva técnica, vistorias periódicas do estado de conservação do acervo na reserva técnica e revisão do estado de conservação do edifício.

Outras solicitações de adequações, porém com prazos mais longos, também foram feitas aos NuPARq e ao LAE. Entre elas, estão a implantação de sistema próprio de base de dados, a elaboração de um plano de evacuação de pessoas e acervos para caso de sinistro e a previsão de contratação de equipe multidisciplinar, que seja especializada em gestão de acervos, tais como arqueólogos, conservadores e museólogos. Há, ainda, a solicitação da criação de uma reserva técnica ou espaço adequado para a guarda dos acervos e de um laboratório de pesquisa para serem feitos procedimentos museológicos, como embalagem, etiquetagem e manuseio.

A situação dos núcleos LAE e NuPARq e, conseqüentemente, do MUAE, pois não há uma distinção do que é acervo do MUAE, e sim do que é acervo de cada núcleo, encontra-se em um momento de incertezas quanto ao local onde será alocado e se essas coleções ainda permanecerão na UFRGS. De modo geral, os núcleos, não apenas na UFRGS, são estruturados dentro do arcabouço científico, no qual acumulam demandas próprias ao passo

que são geridos por professores, imbuídos de diversas funções, seja em sala de aula ou nos projetos que coordenam. Portanto, as questões específicas da gestão de acervos, acabam tornando-se secundárias.

Após essas exigências feitas aos núcleos pelo IPHAN, eles entraram num período de estagnação em relação à realização de novas pesquisas que necessitem do endosso institucional. O LAE ficou impossibilitado de adquirir novos acervos, e o NuPArq, apenas pode receber acervos com pequenos volumes. Este impedimento pode paralisar a realização de novos projetos de pesquisa, pois são esses endossos que financiam os projetos arqueológicos e mantém a contratação de bolsistas e pesquisadores, a compra de equipamentos e a realização de exposições e demais ações dos núcleos.

Para valorizar o campo da Arqueologia e da Etnologia no IFCH, foram feitas algumas propostas na Universidade. Destacamos, aqui, duas delas: a criação de um Programa de Pós-graduação em Arqueologia e de uma base de dados para os acervos do NIT e LAE. Em sua concepção, o Programa de Pós-Graduação concentraria-se nas populações ameríndias e afro-brasileiras que habitaram o território do Brasil, nos estudos da colonização até a escravização e a gestão do patrimônio arqueológico. Tal programa apresentava linhas de pesquisa que convergiam para a difusão do conhecimento arqueológico produzido no meio científico por atividades de educação patrimonial. Previa um corpo docente multidisciplinar, integrando professores dos núcleos que compõem essa pesquisa, e dos cursos de História, Antropologia, Museologia, Geologia e Economia <sup>62</sup>. Porém, a proposta perdeu fôlego e os professores, já ligados a outros programas, acabaram não levando o projeto adiante.

Sobre a Educação Patrimonial, é importante mencionar que esta é uma premissa normativa que consta na gerência do patrimônio arqueológico do IPHAN desde 2001, na portaria 203, estabelecendo que os projetos devem conter o diagnóstico arqueológico para licenças ambientais; prospecção arqueológica com identificação e análise; resgate arqueológico de sítios e ações junto à comunidade local; análises laboratoriais do material encontrado; visibilidade dos estudos de patrimônio arqueológico por meio de publicações, que ficam sob responsabilidade da empresa que contrata o serviço; musealização dos sítios; ética profissional; o papel do arqueólogo na sociedade; conservação dos sítios; e disponibilização do material para a realização de novas pesquisas (SALADINO, 2008). Conforme Maria de Lourdes Parreira Horta:

---

<sup>62</sup> Projeto PPG Arqueologia, versão 2011, disponibilizado por Sérgio Baptista da Silva.



A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural. (HORTA, s/d, p. 4).

Em 2016, os núcleos NIT e LAE participaram do Programa “Memória dos Povos originários do Brasil”, inscritos com o projeto “Memórias em rede: coletivos *Guarani, Kaingang e Charrua* no Brasil meridional”, via Edital do Ministério da Cultura e da Universidade de Pernambuco (Minc/UFPE). O projeto tinha a previsão de um ano de duração, entre abril de 2016 a abril de 2017, e com proposições de recuperação, organização, conservação, digitalização e disponibilização dos acervos etnoarqueológicos e etnográficos dos núcleos.

Tal projeto buscava relatar a trajetória de atuação dos dois laboratórios de pesquisa junto aos coletivos indígenas *Kaingang, Mbyá-Guarani e Charrua* do sul do Brasil, a fim de evidenciar sua extensão temporal, sua diversidade em relação a etnias, aos diversificados suportes que compõem esses acervos e a enfatizar o caráter colaborativo do trabalho realizado por esses coletivos indígenas e pelos pesquisadores.

A previsão era de que os coletivos participariam do projeto por vários meios, assim como se envolveriam nas investigações, consultorias e com a atuação prática de bolsistas indígenas. Sendo que ficariam encarregados de instruir os participantes não indígenas, enriquecendo a descrição e compreensão dos acervos pelas categorias nativas e termos das diferentes línguas indígenas. O trabalho seria realizado por bolsistas de graduação, alunos de nível médio de grupos indígenas e graduandos em áreas afins da Antropologia, Arquivologia e Museologia. No entanto, o projeto não foi executado por falta de recursos do Governo Federal. Grupioni (2008) traz justamente o debate emergente sobre essa atuação entre antropólogos, museus e povos indígenas:

No período atual verifica-se um novo contexto em que a antropologia se faz longe dos museus, em que a prática da formação de coleções não está mais no cerne do fazer etnográfico, e em que a demanda em torno das coleções etnográficas depositadas em museus provém dos próprios povos indígenas interessados em estabelecer novos padrões de relacionamento com os pesquisadores e com as instituições que guardam testemunhos da produção material de seus antepassados. (GRUPIONI, 2008, p. 20).

A inscrição desse projeto nesses moldes apresenta a necessidade da musealização desses acervos produzidos ao longo das pesquisas dos núcleos e a inserção dos acervos dos catedráticos, não apenas como forma de alimentar uma base de dados em âmbito nacional,

mas de partir de uma perspectiva colaborativa, entre Universidade, comunidade e grupos indígenas.

O debate acerca dos museus universitários é crescente devido aos esforços da academia na criação de grupos de trabalhos que se detenham a essa temática. Outro aspecto que reverberou nesse movimento foi o incêndio do Museu Nacional, pertencente à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que trouxe a público as importantes dimensões que envolvem o patrimônio científico na construção do conhecimento no país e as condições atuais desses espaços, ainda pouco conhecidos pela comunidade externa às universidades.

No MUAE, observou-se que não há acervos específicos coletados ou doações, compras e demais tipos de aquisições feitas pelo Museu, mas houve a institucionalização como forma de unir os acervos dos núcleos, em especial os de cunho arqueológico. Hoje, a instituição encontra-se em uma espécie de limbo, apesar de, até o início dos anos 2000, ter atuado fortemente com exposições, ações e curadoria. Porém, com o passar dos primeiros anos, acabou dispersando-se de suas ações junto à sociedade e concentrando-se na pesquisa com os núcleos.

Apesar de vermos que o museu organizou diversas ações museológicas durante os primeiros anos de funcionamento, mesmo com a mesma equipe do NupArq, a inexistência de um corpo técnico que atendesse às demandas específicas do museu, que extrapolam o conhecimento das áreas de Arqueologia e Etnologia, foi um fator limitador e pode ter contribuído para o rompimento das ações de musealização.

Os diferentes interesses das áreas que compunham o museu também podem ter enfraquecido a atuação do MUAE. O LAE atua com questões emergentes da Antropologia, principalmente no que tange às delimitações de terras indígenas e quilombolas, inserção dos grupos na universidade, interlocução com grupos indígenas, distanciando-se de atividades que envolvem a coleta e o uso para fins científicos de material tridimensional. Já o NuPARq tem sua pesquisa potencializada pela análise da cultura material, atendendo às normativas do licenciamento ambiental na salvaguarda desse patrimônio.

Outro fator que pode ser limitador é a disputa na Universidade das questões de espacialidade, como vimos desde o segundo capítulo. A necessidade de espaços de guarda para as coleções sempre foi colocada em segundo plano. O NuPARq, por localizar-se junto às salas de aula da Pós-Graduação em Antropologia, as quais encontram-se em reforma, e

também após as deliberações quanto à conservação dos acervos após vistoria, passa por tentativas de deslocamento de suas salas.

Em face desse quadro, cogitou-se a doação dos acervos arqueológicos da Universidade para outra instituição pública de guarda. Como forma de oposição a esta medida, foi elaborado o “Manifesto em defesa da permanência dos acervos arqueológicos no IFCH/UFRGS”, apresentado ao departamento de História e comunidade do Instituto. O documento solicitava a permanência dos acervos no MUAE e a sua inclusão no plano de gestão do IFCH<sup>63</sup>.

Ainda colaborou para a vulnerabilidade dos acervos a aposentadoria e o afastamento de professores que estavam à frente dos núcleos de pesquisa, sem que houvesse uma migração gradual para a nova geração de professores, que se identificam com outras perspectivas investigativas. Por conseguinte, observa-se a descontinuidade de linhas de pesquisa que vinham sustentando a gestão desses acervos e dos espaços que os sediam.

Vale lembrar que os núcleos de pesquisa são criados para atender às demandas de estudos na Universidade, dando suporte aos projetos desenvolvidos pelos professores em conformidade com as demandas do campo científico. A renovação de paradigmas tem condenado antigos núcleos e coleções de estudo à obsolescência. Apesar das coleções do MUAE não se inserirem na tipologia de Ciência e Tecnologia (C&T), como equipamentos que instrumentam a pesquisa e passam a ser utilizados até a exaustão nos gabinetes (LOURENÇO, 2009), a forma de fazer pesquisa se assemelha, pois, com o término das análises laboratoriais dos objetos coletados, esses vestígios são encerrados nesses laboratórios e núcleos.

Essa perspectiva de dependência da estrutura social perpassa o campo acadêmico, pois por mais que exista autonomia dos núcleos de pesquisa, há questões tratadas externamente à Universidade. De forma que existe um paradoxo no campo científico, pois há uma dependência dentro da independência, de maneira que o Estado proporciona condições mínimas para essa autonomia, mas ainda é dependente dessas leis que estabelecem questões internas à instituição de ensino (BOURDIEU, 1997).

A dissociação documental ou a falta de documentação dos acervos, tanto dos registros de campo como de análises laboratoriais, também são fatores de risco para o patrimônio

---

<sup>63</sup> O documento foi encontrado na ata registrada do CONSUNI de junho de 2019 e encontra-se anexo nesta pesquisa, na página 130.

universitário. A falta de documentação inviabiliza o processo de contextualização do material coletado, interferindo diretamente na valoração dos acervos.

Leal (2011) aponta que a precariedade da documentação, a não normatização de registros de campo, a falta de exigência de instâncias como o IPHAN, de documentação primária dos relatórios e de informação da entrada dos artefatos nos museus, tanto quanto o distanciamento entre museólogos e arqueólogos, podem trazer prejuízos irreversíveis para a pesquisa. Sobre isso, Lizete Dias Oliveira (2014) observa:

Refletir sobre os Museus e a Gestão Documental a partir da relação entre Arqueologia, Antropologia, Museologia e a Ciência da Informação sob o ponto de vista da cultura material leva a refletir sobre a preservação documental, pensada em uma perspectiva ampla que, dependente de uma cadeia de escolhas e procedimentos, inicia com a produção dos próprios documentos e que prevê, inclusive, uma futura migração de seus suportes. (OLIVEIRA, 2014, p. 38).

Essas questões elencadas, ou seja, a inexistência de um corpo técnico que atenda às demandas do museu, os diferentes interesses das áreas que o compõe, o impedimento de inserir novos acervos, a espacialidade disputada na Universidade, a possível doação dos acervos arqueológicos a outras instituições de guarda, a aposentadoria e afastamento de professores, a dissociação documental e a falta de documentação, são reflexo da fragilidade do campo da memória universitária.

O patrimônio universitário extrapola as questões da cultura material e insere-se em um sistema de valores, nos modos de vida e na função social das universidades e, conseqüentemente, no seu patrimônio e nos museus, está inserido em um conjunto de valores da cultura universitária (RIBEIRO, 2013). A frágil institucionalização desses espaços nas universidades também é refletida nas mudanças de paradigmas ou mesmo nas questões específicas que tangem a realização de pesquisas arqueológicas necessárias ao licenciamento ambiental e espaços de salvaguarda, que foram perdendo poder na Universidade.

São diversos aspectos que permeiam essa debilidade dos espaços de memória universitária, em especial a inexistência de políticas próprias para os museus universitários, que considerem suas características e especificidades. A despeito dessas adversidades enfrentadas pelos museus e coleções universitárias, a exemplo do MUAE, esses espaços gozam de credibilidade decorrente de seu status científico. Sob sua tutela, estão os registros da história das universidades, de processos de construção de conhecimento, de cruzamentos interdisciplinares e da disseminação de saberes. São espaços e acervos que fazem parte da cultura acadêmica, tal como caracterizam Letícia Julião e Verona Sagatini (2017).

Por acervos institucionais se considera aqueles produzidos no âmbito da universidade, sejam eles de caráter administrativo ou relativo a uma cultura material que acompanha as atividades acadêmicas. Instrumentos, coleções de ensino, pesquisa e arquivos administrativos são alguns exemplos (SAGATINI; JULIÃO, 2017, p. 121).

Apesar das coleções do MUAE, especialmente as arqueológicas, sofrerem com os deslocamentos na UFRGS, houve iniciativas e apoio a importantes exposições sobre grupos indígenas, que deram visibilidade à Universidade, utilizando-se dos acervos do Museu: “Cerâmica e Arqueologia” (1986), organizada por Brochado; “Sociedades Indígenas do Rio Grande do Sul: 10.000 anos de história” (1997); e “12.000 anos de História: Arqueologia e Pré-História do RS” (2013), sendo que as duas últimas foram coordenadas pela professora Silvia Copé. Tais iniciativas reforçaram as parcerias na Universidade, em especial entre o MUAE o Museu da UFRGS, que, ligado à Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT), permitiu a montagem das exposições em um espaço central, de qualidade e acessível à comunidade acadêmica, escolas e público em geral.

Atualmente, o MUAE encontra-se em estado de alerta, em vias que condicionam seu desaparecimento, aguardando algum direcionamento que o norteie. Fraquezas e fortalezas, dificuldades e possibilidades, caminhos e descaminhos, há diversos movimentos nessa dialética do campo universitário. As ações exercidas pelo museu, principalmente a exposição fundadora e o processo entendido como curadoria dos acervos, propôs um caminho para a musealização. Porém, essas ações não foram o suficiente para prosseguir. É necessária a efetiva união dos campos da Arqueologia e da Etnologia para a permanência do MUAE, juntamente com o apoio do IFCH como ponto de partida.

A narrativa expográfica buscou demonstrar essa intersecção e união dos campos, porém era preciso dar continuidade. O afastamento dos núcleos e o distanciamento de interesses em comum, aspecto recorrente no campo acadêmico, acabou por dificultar a continuidade do Museu. Grupioni (2008) atenta para o esquecimento das exposições (e conseqüentemente dos museus), que ficam à mercê da passagem do tempo:

Alguns museus mantêm exposições permanentes, corroídas pelo tempo, com temáticas ultrapassadas, com artefatos que perderam a cor ou estão se desfazendo nas vitrines, diante dos olhares do público. Poucos museus possuem serviços educativos ou visitas guiadas e orientadas, de forma que alguns acabam por contribuir para a reprodução de estereótipos, manifestando um descuido generalizado com a atualização de informações sobre os povos indígenas, cujas expressões materiais estão expostas em suas vitrines. (GRUPIONI, 2008, p. 27).

Os museus, tanto etnográficos, quanto arqueológicos, necessitam de um novo diálogo junto ao público, de forma a minimizar os efeitos que eles mesmos, em parte, instauraram,

muitas vezes trazendo em seus primórdios uma visão estereotipada dos indígenas, que por vezes alimenta o imaginário preconceituoso ainda presente no senso comum. É preciso abrir espaço para que os verdadeiros protagonistas dessas histórias possam participar das exposições, seminários e publicações (VASCONCELOS, 2012).

Vemos que há diversas iniciativas a fim de possibilitar conexões entre os museus e abrir esses debates, sejam eles universitários ou não. Em 2008, houve a criação da Rede de Museus e Acervos de Arqueologia e Etnologia, em âmbito nacional, com o objetivo de ampliar o espaço de discussão sobre temas relativos à preservação do patrimônio arqueológico, numa perspectiva que parte da área de interseção entre Arqueologia e Museologia<sup>64</sup>.

Podemos destacar os encontros nacionais e internacionais voltados ao patrimônio universitário, que irão reverberar nos instrumentos de preservação, tais como legislações, portarias e resoluções: as cartas patrimoniais nas quais irão conceituar novas perspectivas sobre os patrimônios, a fim de atender às demandas emergentes, a atuação do já mencionado *International Committee for University*, criado em 2000 e vinculado ao ICOM, o Fórum Nacional de Museologia, o Seminário Nacional de Museologia (SEBRAMUS), o Fórum de Museus Universitários, a atuação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM)<sup>65</sup>, entre outros. Essas instâncias são como veículos para ações e debates na construção das diretrizes museológicas.

A atuação em rede, segundo Carvalho (2008), pode trazer inúmeras vantagens no que diz respeito à comunicação, como material gráfico com preço melhor para maiores quantidades, maior poder para adquirir patrocínios e verbas, o estabelecimento de um plano de marketing conjunto, compartilhamento de sites e outros serviços, realização conjunta de treinamento pessoal, aquisição de materiais museográficos, roteiros integrados transporte, etc. De acordo com Julião “[...] a musealização em rede pode funcionar como instâncias tentaculares [...], que se espalham e ao mesmo tempo centralizam inscrições-informações, dando suporte ao exercício da produção de sentido e de conhecimento desses acervos” (JULIÃO, 2015, p. 19). Sejam elas em âmbito regional, estadual, nacional, internacional ou

---

<sup>64</sup> Mais informações em: <https://acervosarqueologicos.wordpress.com/remaae/>.

<sup>65</sup> O IBRAM tem sua criação em 2009, sob a lei 11.906, vinculado ao Ministério da Cultura (MinC), e é responsável pelos museus federais, antes de responsabilidade do IPHAN. Mais informações em: <http://www.museus.gov.br/>.

por tipologia de acervos, as redes são articuladoras políticas, instauradas como fluxo do poder e representativas da sociedade e dos grupos que as compõem (CARVALHO, 2008).

Com todo esse cenário desenhado, a principal alternativa para assegurar a permanência e potencializar a função social do MUAE estaria em um diálogo mais efetivo dos laboratórios com a comunidade, de forma a somar às atividades exclusivas de pesquisa e ensino, o seu papel extensionista. Para isso, é fundamental que os grupos indígenas da região Sul assumam um lugar de protagonismo, atualizando-se perante às necessidades de suas comunidades. De forma que minimize a hierarquização presente na relação entre a ciência e os saberes indígenas, de modo a instaurar o conhecimento que os liga.

Entre as premissas básicas, também está libertar a perspectiva de instituições antropofágicas (WICHERS, 2014), que se apropriam de coleções para o uso exclusivo de sua produção científica, sem interseccionar com as comunidades. Para tanto, deverá adotar diversos processos horizontalizados e descolonizados de compartilhamento da gestão do Museu; de restituição, quando for o caso, de acervos junto aos reais herdeiros dessas culturas; de integração à Universidade; de comunidades indígenas, proprietárias do patrimônio musealizado, com suas demandas atuais; e de geração e compartilhamento de conhecimentos com gestores, escolas, museus e sociedade como um todo.

Ainda se faz indispensável, para a continuidade do MUAE, a sua adequação às normativas museológicas, tendo como ponto de partida um diagnóstico e a realização do plano museológico para nortear o museu nas suas ações e o fortalecer enquanto instituição museológica. Compreender de fato qual a missão da instituição e estabelecer diretrizes a curto, médio e longo prazo, com o aporte de equipe multidisciplinar, pode fazer avançar o processo de musealização do MUAE.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dificuldade de encontrar fontes precisas que tratem do patrimônio da UFRGS foi notável, ainda mais porque esse patrimônio envolve diversas tipologias de acervos e diversas especificidades na aquisição desses. Há um desconhecimento desses patrimônios pelo corpo docente, administrativo e técnico dos institutos e dos próprios departamentos dos institutos. Não há uma política para o patrimônio não edificado na Universidade que dê subsídios para informações basilares a respeito da história do patrimônio científico como um todo.

Com a pesquisa, foi possível constatar a imensa rede de professores, catedráticos, sucessores, especialistas, bolsistas e demais pesquisadores, que são também parte indissociável do patrimônio científico da instituição de ensino ao passo que as metodologias, bibliografias e projetos são determinados por esses agentes do campo acadêmico - o que reforça a relevância de conhecer quem são os agentes e entrevistá-los, a fim de identificar as demais fontes que possam contribuir para a construção da história das disciplinas, dos acervos e dos espaços de memória.

Vemos que um museu necessita, para cumprir sua missão, de uma equipe multidisciplinar para auxiliar e introduzir conhecimentos, técnicas e estar em constante atualização nas questões que são pautadas nos debates museológicos. De forma que um dos fatores que pode ter sido de grande enfraquecimento do MUAÉ é, justamente, a falta de uma equipe multidisciplinar que pudesse se dedicar integralmente ao Museu, e não apenas durante as exposições.

Percebe-se que houve momentos de encontro dos campos de conhecimento da Arqueologia e da Antropologia e propostas museológicas, porém acabaram distanciando-se e dividindo-se em diferentes projetos e demandas do ensino. A partir dos textos encontrados no arquivo do MUAÉ, foi possível perceber que existiram ações de cunho museológico que buscaram realizar e apresentar as metodologias utilizadas pelo Museu, mesmo que esse material não tenha sido publicado, ele foi comunicado em eventos acadêmicos.

Porém, o distanciamento da atribuição do MUAÉ na realização da pesquisa museológica, também pode ter esmaecido seu propósito. A pesquisa deve ser o ponto central dos museus, os entendendo como espaço de produção do conhecimento que não pode ter a comunicação como sua única atribuição.



As proposições apontadas pelo IPHAN no relatório de vistoria também são de extrema importância para a permanência e continuidade dos núcleos de pesquisas e, conseqüentemente, do MUAE. Mas exigências que demandam investimento na ciência cada vez perdem mais força e prestígio com a atual desvalorização no âmbito da pesquisa.

A institucionalização do MUAE inseriu-se, de diversas formas, no reconhecimento do patrimônio universitário, no fortalecimento e parceria entre os campos da Arqueologia e Antropologia na Universidade e na sua extroversão na forma de exposição, na perspectiva de apresentar o museu perante o campo acadêmico e a outras instituições. Como atribuição, os núcleos de pesquisa estiveram atrelados à ação de pesquisar, adquirir e ser um local de guarda para estes acervos por meio dos projetos de pesquisa, responsáveis pela conservação e pela comunicação, por meio de exposições, como estratégia de divulgação do conhecimento científico desses núcleos.

O evento embrionário do Museu, a exposição “Arqueologia: O que é? Como se faz?”, realizada em 1995, atuou como uma vitrine para a potencialidade dos acervos e possíveis ações museológicas. Sendo essa a tentativa feita por professores imersos em uma sensibilidade patrimonial e estimulados pelo processo de desenvolvimento científico, de tornar a criação do museu uma oportunidade de interlocução, parceria e fortalecimento dos campos de conhecimento.

Os processos de acumulação dos acervos, sejam eles por meio das pesquisas dos catedráticos ou mais especificamente das coleções que compõem o NuPARq<sup>66</sup>, passaram por um processo de colecionamento, no qual o material foi prospectado e salvaguardado, tendo como finalidade comprovar os resultados das pesquisas e também sinalizar o compromisso com as instituições/empresas para as quais se realizaram os projetos.

Os laboratórios também são de extrema importância para o desenvolvimento dos projetos, dos alunos e pesquisadores, bem como para o desenvolvimento dos campos de conhecimento. A exposição realizada em 2013, estendida até 2014, no Museu da UFRGS, com curadoria da equipe do NuPARq, MUAE e Museu da UFRGS, trouxe uma equipe multidisciplinar, em um local central da cidade, um programa educativo primoroso, acervos de outras instituições, um projeto curatorial e expográfico com financiamento, que atingiu um

---

<sup>66</sup> Neste sentido incluo especificamente o NuPARq, em função de ser o principal núcleo que acumulou acervos arqueológicos, sem os outros dois núcleos LAE e NIT, instaurados em outra perspectiva de acumulação de conhecimento científico, por meio de publicações e projetos de pesquisa e extensão.

grande público, reforçando as diversas possibilidades de ações que podem ser feitas, se compartilhadas com diversos profissionais e parceiros.

Já em relação às coleções, elas são formadas e voltadas para atender ao tripé universitário, no entanto, de forma naturalizada, a falta de documentação de ações, dos acervos e dos projetos acaba por não comunicar todo o trabalho realizado. O não registro das movimentações das coleções também corrobora para reforçar as lacunas nesses percursos. Ainda que os acervos não tenham sido usados amplamente em sala de aula, as saídas de campo normalmente são atreladas às disciplinas que promovem o ensino e a prática profissional. Os projetos desenvolvidos são realizados pelos alunos bolsistas, sendo a participação deles indispensável para o andamento dos projetos, sejam estes de pesquisa ou extensão. Vemos que a documentação requerida pelo IPHAN, desde os anos 1980, possibilitou um maior controle por parte do Estado, assim como as diretrizes feitas para a salvaguarda do patrimônio, em especial o arqueológico.

Em sua maioria, os museus universitários abrigam acervos de muitos anos de colecionamentos dos professores e são criados com o propósito de extensão, ou seja, de comunicação com a sociedade. No entanto, estar atrelado à parte do tripé mais vulnerável não colabora para que os museus tenham a devida autonomia, de forma que atualmente o MUAE instaure-se no esquecimento da Universidade, sendo que essa vulnerabilidade também pode ser reflexo da desapropriação e desuso das coleções. É necessário repensar práticas para a possível obsolescência dos objetos e documentos nas instituições de ensino, a fim de instaurar uma política patrimonial efetiva.

O esquecimento dos museus, das coleções e dos acervos pelas universidades instaure-se na dificuldade de entendimento do que vem a ser o patrimônio científico e universitário, que ainda busca conceituar-se nos espaços que os acolhem. É preciso ampliar os debates e instrumentalizar as equipes para a atuação em seus acervos e, principalmente, é necessário que esses espaços entendam-se como produtores de conhecimento. Nessa atualização constante dos debates do campo museológico, é possível articular as diferentes perspectivas dos campos.

A articulação em rede, junto aos demais espaços de memória da Universidade, assim como propõe a REMAM, é um importante instrumento para pensar essas ações de forma horizontal e potencializada junto dos espaços membros, dialogando entre os espaços e os acervos na Universidade. No entanto, há ainda uma tímida adesão por parte dos espaços nas

reuniões da rede, que em 2018 dedicava-se à criação do estatuto, com o propósito de integrar espaços membros a ações e discussões de salvaguarda e comunicação sobre seus dos acervos.

É importante ressaltar a necessidade de investimento em recursos financeiros, de pessoal e ações específicas para o fortalecimento da rede para que se tenha autonomia, qualidade e efetividade nas atividades a serem realizadas. A estrutura administrativa universitária necessita encontrar brechas para a inserção de iniciativas que possam contribuir para uma política patrimonial universitária eficaz, com perspectivas a curto, médio e longo prazo, tendo em vista as diferentes especificidades e demandas das diversas tipologias de acervos e espaços.

Portanto, a relevância social desta pesquisa pauta-se em fortalecer a importância do campo científico da Museologia, de forma a ressaltar a necessidade de conhecer como se articulam departamentos, cursos, disciplinas, docentes e discentes na produção do conhecimento. É perante essa articulação que se produz o conhecimento acadêmico, buscando conhecer a história dos acervos e dos agentes que são parte do patrimônio científico e cultural da UFRGS e da sociedade como um todo.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Tal antropologia qual museu? **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, Suplemento 7, p. 121-143, 2008. Disponível em: [www.revistas.usp.br/revmaesupl/article/download/113502/111457/](http://www.revistas.usp.br/revmaesupl/article/download/113502/111457/). Acesso em: 21 jul. de 2018.

ALMEIDA, Adriana Mortara. **Museus e coleções universitários: por que museus de arte na Universidade de São Paulo?** Tese (Doutorado em Ciências da Informação e Documentação) -Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-10092003-160231/pt-br.php>. Acesso em: 11 jul. 2018.

ARQUIVO DO NÚCLEO DE PESQUISA EM HISTÓRIA (NPH/UFRGS). Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nph>. Acesso em: 11 jul. 2018

BARRETO, Cristiana. A construção de um passado colonial: uma breve história da Arqueologia o Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 44, p. 32-51, dezembro/fevereiro 1999-2000. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/30093>. Acesso em: 13 jun. 2019.

BARRETO, Cristiana. Arqueologia Brasileira: uma perspectiva histórica e comparada. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo. Suplemento 3: 201-212, 1999. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revmaesupl/article/view/113468>. Acesso em: 21 mar. 2019.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Unesp; 1997.

BRASIL. Serviço Público Federal - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Parecer técnico** nº 10/2018/ACON/CNA/DEPAM. Brasília. 2018.

BRUNO, Maria Cristina. A indissolubilidade da pesquisa, ensino e extensão nos museus universitários. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 10, n. 10, jun. 1997. ISSN 1646-3714. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/301>. Acesso em: 22 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Museus, identidade e patrimônio cultural. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. Suplemento 7, p.145-151, 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revmaesupl/issue/view/8550>. Acesso em: 14 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. Definição de Curadoria: Os caminhos do enquadramento, tratamento e extroversão da herança patrimonial. **Revista Eletrônica Ibermuseus**. 2015. Disponível em:

www.ibermuseus.org › 2015/07 › Unidad1Texto\_Definicao-de-Curadoria. Acesso em: 09 maio 2019.

CALDARELLI, S. B.; CÂNDIDO, M. M. D. Desafios da Arqueologia Preventiva: como gerir e socializar o imenso volume de materiais e documentos por ela produzidos? **Revista Arqueologia Pública**, v. 11, n. 2, p. 186-214. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rap.v11i2.8649552>. Acesso em: 11 jul. 2019.

CHMYZ, Igor. Loureiro Fernandes e a arqueologia Brasileira. **Revista Arqueologia**. CEPA, UFPR. Curitiba. V. 10, nº 1, 2006. Disponível em: [www.journals.kvasirpublishing.com](http://www.journals.kvasirpublishing.com). Acesso 02 mar. 2018

CONJUNTO de Diários de Classe Etnografia, Etnologia, Arqueologia e Pré-História – 1962 a 1967. Núcleo de Pesquisa em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NPH-IFCH-UFRGS).

CONSELHO DA UNIDADE DO IFCH/UFRGS (CONSUNI). Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ifch/index.php?formulario=institucional&metodo=0&id=4>

CONSELHO DA UNIDADE DO IFCH/UFRGS (CONSUNI). **Ata nº 253 do CONSUNI**, em 21 de agosto de 1995.

CONSELHO DA UNIDADE DO IFCH/UFRGS (CONSUNI). **Ata nº 255 do CONSUNI**, em 31 de out. 1995.

CONSELHO DA UNIDADE DO IFCH/UFRGS (CONSUNI). Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ifch/index.php?formulario=institucional&metodo=0&id=4>

COPÉ, Sílvia M. Entrevista concedida a Carina Kaiser Miranda Da Silva, 30 de jan. de 2019.

COSTA, Karine L. Pensar o patrimônio cultural por meio da repatriação e restituição de bens culturais. **Revista Memória e Patrimônio**. São Paulo, Unesp, v. 14, n. 2, p. 256-271, jul.-dez., 2018. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/876>. Acesso em: 22 jul. 2019

CURY, Marília Xavier. Museu, filho de Orfeu, e Musealização. *In: ICOFOM LAM - VIII ENCONTRO REGIONAL. Museu, Filosofia e Identidade na América Latina e no Caribe*. Coro, Venezuela: 28 de nov. a 04 de dez de 1999. Disponível em: [http://network.icom.museum/fileadmin/user\\_upload/minisites/icofom/pdf/99.pdf](http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/icofom/pdf/99.pdf). Acesso em: 08 jun. 2018.

CURY, Marília Xavier. Comunicação museológica em museu universitário: pesquisa e aplicação no Museu de Arqueologia e Etnologia-USP. **Revista CPC**, São Paulo, n. 3, p. 69-90, nov. 2006/abr. 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15598>. Acesso em: 02 abr. 2010.

DEBLASIS, Paulo. **O que é Arqueologia**. Biblioteca Digital da Produção Intelectual BDPI. Museu de Arqueologia e Etnologia USP. 2014. Disponível em: <http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/47550>. Acesso em: 10 jul. 2019.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François; SOARES, Bruno Brulon; CURY, Marília Xavier. **Conceitos-chave de Museologia**. 2013.

DIAS, Lizete O. Entrevista concedida a Carina Kaiser Miranda Da Silva, 12 de abr. de 2019.

DOHMANN, Marcus. **A experiência material: a cultura do objeto**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2013.

EXPOSIÇÃO BRASIL: 500 ou 15.000 anos de História? Os povos autóctonesno RS: conflitos, dominação e resistência, 1999 (s/atores).

FAVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. Da Cátedra Universitária ao Departamento; subsídios para discussão. In: 23ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 2000, Caxambú-MG. **Anais da 23ª Reunião da ANPEd** /CD - ROM, 2000. Disponível em: <http://23reuniao.anped.org.br/textos/1118t.PDF>. Acesso: 13 maio 2019.

FERRIOT, Dominique. LOURENÇO, Marta C. De l'utilité des musées et collections des universités. **La lettre de l'ocim**, n. 93, mai-jui. 2004. Disponível em: <http://doc.ocim.fr/LO/LO093/LO.93%281%29pp.04-16.pdf>. Acesso em: 10 de dez. de 2017.

FLEMING, Maria Isabel; FLORENZANO, Maria Beatriz Borba. Trajetória e perspectivas do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (1964-2011). **Revista Estudos Avançados**, v. 25, n. 73. São Paulo, 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142011000300024](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142011000300024). Acesso em: 18 mai. 2018.

FRANCISCO, Aline R. SOBRINHO, João B. COPÉ Silvia M. DIAS, Lizete O. **Reorganização e recuperação do Histórico do Acervo do Museu Universitário de Arqueologia e Etnologia (MUAE)**. (s/d).

FRANCISCO, Aline; HAMEISTER, Marta D. COPÉ, Sílvia M. **Metodologia de Planejamento da Exposição: "Sociedades Indígenas do Rio Grande do Sul: 10.000 anos de História**. (s/d).

FRANCISCO, Aline; HAMEISTER, Marta D. COPÉ, Sílvia M. **Metodologia de Construção da Exposição: "Povos Riograndenses: uma visão etnoarqueológica"**. (s/d).

FRANCISCO. Aline R. Museu Universitário de Arqueologia e Etnologia do IFCH. **Relatório semestral/FAPERGS**. (s/d).

GODOY, Renata de. SANTOS, Emilly C. Restituição de acervos arqueológicos: Novas soluções ou antigos problemas? **Arqueologia Pública**. Campinas, SP v. 11 n. 2 p. 98 Novembro/2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br>. Acesso 20 fev. 2019.

GOMES, Clausi Maria do Porto. **Centros de Memória Acadêmicos: Um estudo de multicasos na UFMG**. 2015. Dissertação (Mestrado da Escola de Ciência da Informação). Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/3413/2020>. Acesso em 23 fev. 2019.

GONÇALVES, José R. S. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios** - Museu, memória e cidadania. Rio de Janeiro, 2007.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. Os museus etnográficos, os povos indígenas e a antropologia: reflexões sobre a trajetória de um campo de relações. Museu, Identidades e Patrimônio Cultural. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, Suplemento 7, 2008. Disponível em: [www.periodicos.usp.br](http://www.periodicos.usp.br). Acesso em 18 jul. 2019.

HORTA, Maria, L. P; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. MUSEU IMPERIAL/DEPROM - IPHAN - MINC. Disponível em: [portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia\\_educacao\\_patrimonial.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf). Acesso em: 15 jul. 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E HISTÓRICO (IPHAN). Disponível em: [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br)

JULIÃO, Letícia. **Museus e coleções universitárias** - Universidade, memória e patrimônio. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015.

LAPLATINE, François. **Aprende Antropologia**. São Paulo. Brasiliense, 2003.

LATOURE, Bruno. 2004. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: André Parente (org.). **Tramas da rede**: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina, p.39-63. 2004. Disponível em: <http://www.brunolatour.fr/sites/default/files/downloads/64-JACOB-BIBAL-POR.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2018.

LEAL, Ana Paula da Rosa. **Musealização da Arqueologia**: Documentação e Gerenciamento no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná. 2011. Trabalho de conclusão de curso (Monografia – Curso de Bacharelado em Museologia), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011. Disponível em: <https://museologiaufpel.files.wordpress.com/2012/01/ana-paula-leal.pdf>. Acesso 02 jul. 2019.

LIMA, Tania Andrade. Um passado para o presente: preservação arqueológica em questão. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro. IPHAN. n. 33, p. 05-21, 2007. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revista\\_33compressed.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revista_33compressed.pdf). Acesso 22 fev. 2019.

LOURENÇO, Marta C. O patrimônio da ciência: importância para a pesquisa. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS** Unirio, MAST. v. 2, n. 1, 2009. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/45/25>. Acesso em: jul. 2018.

MARTINS, Carlos B. A Reforma Universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 20 abr. 2019

MAUSS, Marcel. **Manual de Etnografia** (1872-1950). Pórtico. Lisboa 1972.

MEMORIAL. **Silvia Moehlecke Copé**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História. Requisito Parcial para a Promoção à Classe E – Professor Titular. Porto Alegre, 2017.

MEMORIAL. **Lizete Dias de Oliveira**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Departamento de Ciências da Informação. Requisito Parcial para a Promoção à Classe E – Professor Titular. Porto Alegre, 2012.

MERRIMAN, N. Introduction: diversity and dissonance in public archaeology. *In*: N. Merriman (Ed.). **Public Archaeology**. London: Routledge, p. 1- 17, 2004.

MONTICELLI, Gislene. **Vasilhas de cerâmica Guarani**: resgate da memória entre os Mbyá. Dissertação (Mestrado) PUCRS, Porto Alegre, 1995.

MONTICELLI, Gislene. **Arqueologia em obras de engenharia no Brasil**: uma crítica aos contextos. 2005. Tese (Doutorado PUCRS), Porto Alegre, 2005. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2396>. Acesso em: 11 jul. 2018.

MONTICELLI, Gislene. Entrevista concedida a Carina Kaiser Miranda Da Silva, 20 de dez. de 2018.

NETO, Jandira. História da Arqueologia PRONAPA - Uma História da Arqueologia Brasileira Contada Por Quem A Viveu – Entrevistado - Prof.º Dr. Ondemar Dias em Janeiro de 2014 **Instituto de Arqueologia Brasileira**. Maio, 2014. Disponível em: <http://www.arqueologia-iab.com.br/publications/download/28>. Acesso em: 11 mar. 2019.

NOELI, Francisco Silva. José Proenza Brochado: vida acadêmica e idéias sobre o passado dos povos Tupi. Universidade Estadual de Maringá. **Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História**. Jan. 2008. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/285978910\\_Jose\\_Proenza\\_Brochado\\_Vida\\_academica\\_e\\_a\\_arqueologia\\_Tupi](https://www.researchgate.net/publication/285978910_Jose_Proenza_Brochado_Vida_academica_e_a_arqueologia_Tupi). Acesso em: 20 out. 2018.

OLIVEIRA, Lizete Dias de. Museus e Gestão Documental: proposta de gerenciamento para o Museu Antropológico do Rio Grande do Sul. **II Salão Científico MARS MUFGRS Santander Cultural e museus**. Museu da UFRGS/PROEXT, 2014.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. *In*: **Enciclopédia Einaudi**. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, p. 51-86, 1984.

PRIMO, Judite. O social como objecto da museologia. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 47, n. 3, 2014. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/4529>. Acesso em: 11 jul. 2018

PRONAPA. BROCHADO, José P.; CALDERÓN, Valentin; DIAS JR. Ondemar F; EVANS, Clifford; MARANGA, Silvia; MEGGERS, Betty J.; MILLER, Eurico Th; NASSER, Nássaro A.; PEROTA, Celso; PIAZZA, Walter F.; RAUTH José W. **Arqueologia Brasileira em 1968**; Um relatório preliminar sobre o Programa de Pesquisas Arqueológicas. Conselho Nacional de pesquisas. Instituto de Pesquisas da Amazônia. Museu Paraense Emílio Goeldi. Publicações Avulsas n. 12. Belém - Pará Brasil-1969.



PROUS, André. **Arqueologia brasileira**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1992.

RAMBO, Balduino. **Fundamentos da Cultura Riograndense**, Faculdade de Filosofia URGs 2ª série, 1957.

RAMBO, Balduino. Relatório científico das viagens de estudos etnográficos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS**, n. 101- 104, 1946.

REMAM. **Guia 2012-2014** - Conhecendo os acervos dos museus da UFRGS. Porto Alegre: Museu da UFRGS. 2014. Disponível em: <https://issuu.com/ufrgsmuseu/docs/remamcatalogo>. Acesso em: 22 jun. 2019.

RIBEIRO, Emanuela Souza. Museus em universidades públicas: entre o campo científico e a extensão. **Revista do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília**, v. 2, n. 4, 2013. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/9630/7109>. Acesso em: 20 fev. 2018.

ROSARIO, Maria, J. A; MELO, Clarisse N. A Educação Jesuítica no Brasil Colônia. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n. 61, p. 379-389, mar. 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br>. Acesso em 15 de set. de 2019.

RUSSIO, Waldisa Rússio. Interdisciplinaridade em Museologia (1981). In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (coord.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do conselho Internacional de Museus, 2010. V. 1. P. 123-126.

RUSSIO, Waldisa. Conceito de Cultura. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. v. 1. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado de Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010a. p.78-85.

SALA, D. Mário de Andrade e o Anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. **Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros**, v. 31, p. 19-26, 1990. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i31p19-26>. Acesso em jul. 2018.

SALADINO, Alejandra. **Prospecções na arqueologia brasileira: processos de resignificação e práticas de preservação do patrimônio arqueológico**. Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-DEMU/IPHAN e Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ. Trabalho apresentado na 26ª Reunião de Antropologia, realizada entre os dias 1 e 4 de junho de 2008, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

SANTOS, Silvio Coelho dos (Org.); HELM, Cecília Maria Vieira; TEIXEIRA, Sérgio Alves. **Memória da antropologia no Sul do Brasil**. Florianópolis: Editora da UFSC: ABA, 2006.

SCHMITZ, Pedro I. *et. al.* **Arqueologia no Rio Grande do Sul**. Pesquisas. Antropologia, n.16, ano 1967. Instituto Anchietano de Pesquisas. São Leopoldo, 1967.

SCHMITZ, Pedro I. Balduino Rambo, S. J. E o começo da antropologia na UFRGS. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 3, n. 7, nov. 1997. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71831997000300232&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71831997000300232&lng=pt&tlng=pt). Acesso em 11 de dez. 2018.

SCHMITZ, Pedro I. Entrevista concedida a Entrevista realizada em 09 de jan. de 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SEGANTINI, Verona Campos; JULIÃO, Letícia. A UFMG e o patrimônio da ciência e cultura: da obsolência à musealização. In: GRANATO, M. RIBEIRO, E. S.; ARAUJO, B. M. (Org.). **Cadernos do Patrimônio da Ciência e Tecnologia: instituições, trajetórias e valores**. 1. ed. Rio de Janeiro: MAST, v. 1, p. 111-129, 2017. Disponível em: [http://site.mast.br/hotsite\\_cadernos\\_do\\_patrimonio\\_da\\_ciencia\\_e\\_tecnologia/index.html](http://site.mast.br/hotsite_cadernos_do_patrimonio_da_ciencia_e_tecnologia/index.html). Acesso em: 10 mar. 2018

SEMEDO, Alice; SILVA, Armando Coelho Ferreira da. C. F. da (Orgs.). **Coleções de ciências físicas e tecnológicas em museus universitários: homenagem a Fernando Bragança Gil**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id021id1300&fb=sim>. Acesso em: 11 jun. 2018.

SILVA, Sérgio Baptista da. **Memórias em rede: coletivos guarani, kaingang e charrua no Brasil meridional, via EDITAL Minc/UFPE 2015: Memória dos Povos originários do Brasil, 2016- 2017**. Material disponibilizado por Sérgio Baptista da Silva.

SILVA, Sérgio Baptista da. **Projeto do Programa de Pós Graduação em Arqueologia da UFRGS, 2011**. Material disponibilizado por Sérgio Baptista da Silva.

SILVA, Sérgio Baptista da. Entrevista concedida a Carina Kaiser Miranda Da Silva, 08 de maio de 2019.

SOUZA, Alfredo M. História da Arqueologia Brasileira. **Pesquisas Antropologia**, São Leopoldo, n. 46, 1991.

SOUZA, José O. Entrevista concedida a Entrevista a Carina Kaiser Miranda Da Silva, 24 de abr. de 2019.

SUGAHARA, Cibele Roberta. **A extensão universitária como ação socioeducativa Revista Conexão UEPG**, Universidade Estadual de Ponta Grossa, v. 8, n. 2, Jul.-dic., p. 167-169, 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=514151728003>. Acesso em 24 de set. de 2019.

TEIXEIRA, Sérgio A. **Memória da Antropologia no Sul do Brasil**. A Antropologia no Rio Grande do Sul. Florianópolis. Ed da UFRGS: ABA, 2006.

TEIXEIRA, Sérgio A. OLIVEN, Ruben G; MACIEL, Maria E; SILVA, Sergio B. Entrevista com Pedro Ignácio Schmitz. **Horiz. antropol.** v. 8, n.18, dez. 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832002000200013> Acesso em: 20 mar. 2018.

UFRGS. **12000 Anos de História: arqueologia e pré-história do Rio Grande do Sul** - Catálogo de exposição organizado pelo Museu da UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

VASCONCELLOS, Camilo de Mello. Museus Antropológicos e Universitários: por um novo diálogo junto ao público. *In: Questões indígenas e museus*, (Coleção Museu Aberto). 2012

VIDAL, Lydia Bhérer. Collections Universitaires dormantes: bilan et perspective. *Muséologies*, 21, v. 2, n. 1, Oct. 2007. Disponível em: <https://www.erudit.org/fr/revues/museo/2007-v2-n1-museo02128/1033601ar.pdf>. Acesso em: 12 de jul. 2018.

WASSERMAN, C.; MANFROI, W. C. UFRGS - Patrimônio do Estado. *In: Antônio de Pádua Ferreira da Silva Filho. (Org.). UFRGS - Patrimônio do Estado*. 1.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, v. 1, p. 15-26, 2010.

WICHERS, Camila A. de Moraes. Dois enquadramentos, um mesmo problema. *Revista de Arqueologia*, jul. p. 16-39, 2014. Disponível em: <https://revista.sabnet.com.br/revista/index.php/SAB/article/view/380>. Acesso em: 08 jul. 2019.

WICHERS, Camila A. de Moraes. **Museus e Antropofagia do Patrimônio Arqueológico (Des) caminhos da prática brasileira**. 2010. Tese (Departamento de Museologia) Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa. 2010. Disponível em: [http://www.museologia-portugal.net/files/upload/doutoramentos/camila\\_moraes\\_parte1.pdf](http://www.museologia-portugal.net/files/upload/doutoramentos/camila_moraes_parte1.pdf). Acesso em: 21 fev.2018.

WITT, Nara B. **“Uma joia” no sul do Brasil: O Museu de História Natural do Colégio Anchieta, criado em 1908 (Porto Alegre/RS)**. 2016. Dissertação (Faculdade de educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/151642/001012795.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 09 maio 2019.

**ANEXO**

## ANEXO A - Manifesto em defesa da permanência dos acervos arqueológicos no IFCH/UFRGS

### Aos colegas do Depto de História e à comunidade do IFCH

Em atendimento à solicitação de uma manifestação/posicionamento sobre a doação ou permanência do acervo arqueológico do Núcleo de Pesquisa Arqueológica - NuPArq pela chefia do departamento, viemos através deste, argumentar pela permanência dos acervos arqueológicos no IFCH/UFRGS.

O Núcleo de Pesquisa Arqueológica - NuPArq

O NuPArq reúne atualmente importante acervo arqueológico pré-histórico e histórico regional. O acervo é procedente de várias regiões do Rio Grande do Sul e apresenta diversas origens: doações de particulares (p. ex. a doação de pontas de flechas encontradas na propriedade do diretor da PROCERGS em Uruguaiana), achados fortuitos, transferências de outras unidades da UFRGS (p.ex. Museu de Paleontologia e do CECLIMAR) e, principalmente, peças recolhidas pela pesquisa arqueologia pré-histórica durante a execução dos projetos afeitos ao núcleo.

As atividades de pesquisa começaram em 1989 quando o NuPArq foi criado pelos professores Arno Alvarez Kern e Silvia Moehlecke Copé e resultou no registro no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA/IPHAN de mais de uma centena de sítios arqueológicos, na identificação de cronologias regionais para os últimos 12 mil anos e na formação de extenso acervo arqueológico, proveniente de mais de 30 projetos de pesquisas. Constitui-se este acervo um universo multicomponencial, composto de peças cerâmicas, líticas, artefatos em suporte vegetal e animal, bem como por outros vestígios materiais testemunhos de atividades de subsistência dessas populações (macrorestos vegetais e faunísticos) que nos contam o passado das populações indígenas atuais como os Guarani e Kaingang.

O Museu de Arqueologia e Etnologia do IFCH

O Museu Universitário de Arqueologia e Etnologia foi criado em 1995 (após uma exposição no II SIC do IFCH e aprovada em Ata no CONSUNI/1995) como uma **agência divulgadora do conhecimento** científico através de um trabalho de educação patrimonial junto às escolas e instituições culturais afins, por meio de exposições de longa e curta duração, visitas monitoradas, oficinas e projetos culturais. O MUAE pertence ao Sistema Estadual de Museus (SEM), ao Sistema Brasileiro de Museus (SBM) e a rede de Museus da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Há 35 museus de arqueologia e etnologia no Brasil e o único Museu Universitário desta natureza no RS é o MUAE/IFCH. O MUAE como museu universitário, além de dirigir-se permanentemente ao público, possui estreita articulação com a pesquisa científica e sua função mais nobre é a interpretação do conhecimento acadêmico para o grande público, divulgando os resultados de pesquisas, os métodos da ciência e os processos de investigação. Portanto, os museus universitários possuem um papel ativo na inserção dos seus acervos como plataformas para novos conhecimentos.

A legislação que rege os acervos arqueológicos

Considerando que a legislação brasileira<sup>67</sup> determina que tudo que está no subsolo pertence à União, os projetos arqueológicos do NuPARq foram aprovados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e as autorizações de pesquisa foram publicadas no Diário Oficial da União (D.O.U.), em cujas portarias constam o nome do arqueólogo, o prazo de execução do projeto e a instituição responsável pela guarda do material proveniente da pesquisa. Portanto, o IFCH deu o apoio institucional para o desenvolvimento destas pesquisas, para a guarda do material arqueológico e, caso os projetos fossem resultado de Arqueologia Preventiva, recebeu em contrapartida recursos provenientes da execução dos projetos em convênios UFRGS/FAURGS.

Além de sua importância patrimonial, reconhecida e protegida por legislação federal, estas coleções científicas estão diretamente relacionadas a atividades docente e discente de graduação e pós-graduação e a formação de pesquisadores através de treinamento prático (campo e laboratório) de estagiários e bolsistas. Igualmente, o NuPARq é base de consultas realizadas por pesquisadores de outras instituições do país e exterior. Com os acervos e os dados gerados pelos projetos do NuPARq foram realizadas teses de doutorado, dissertações de mestrado<sup>68</sup>, trabalhos de conclusão de cursos (TCCs), livros e capítulos de livros, artigos acadêmicos publicados em revistas nacionais e internacionais e apresentações em eventos científicos. Além da grande produção científica a partir do acervo, a descrição dos trabalhos de campo e de laboratório está em relatórios de pesquisa que constituem considerável base documental, assim como os diários de campo, croquis, mapas, perfis estratigráficos, etc. que estão alocados em seis (6) armários de aço no gabinete da sala 210 do prédio D2.

A despeito de sua importância científica e patrimonial, o ingresso deste acervo no NuPARq recebeu catalogação, mas nunca foi inventariado e recém foi iniciado o arrolamento para a realização de um banco de dados. A natureza multicomponencial do acervo em questão e a diversidade dos materiais constituintes de cada uma de suas coleções exigem complexa abordagem de manejo e curadoria direcionada para acervos vulneráveis. O papel fundamental do inventário, além de proteção e identificação, como um centralizador de informações sobre objetos, é a conexão dos diversos tipos de documentações produzidas sobre esses (e seus contextos) através da descrição, dados e informações constantes na base documental dos diários de campo, do trabalho em laboratório e as demais formas de conhecimentos produzidos. A iniciativa inventariante de todo o acervo arqueológico no NuPARq é bem recente, pois somente com a publicação da Instrução Normativa n. 001, de 25 de março de 2015 (Anexo I), a Portaria 196 de 2016 (Anexo II) e a visita de vistoria à Instituição de endosso (IFCH/UFRGS) por funcionários do IPHAN em 07/08/2017, o inventário foi exigido.

Em 2016, o Iphan estabeleceu através da Portaria n. 196, os critérios mínimos para conservação dos acervos arqueológicos móveis junto às Instituições de Guarda, destacando-se a necessidade de cadastramento padronizado das coleções através da Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel (disponível no site do IPHAN) e a organização de base documental dos acervos disponível à consulta pública por meio impresso (e também, se possível, digital). Ainda recomenda que a instituição de guarda possua espaços específicos para Reserva

---

<sup>67</sup> Quanto a legislação pertinente a proteção do patrimônio arqueológico nacional ver: Constituição Federal de 1988 (Art. 216), Decreto Lei 25 de 30/11/1937 (artigo 25), Lei Federal 3924 de 26/07/1961 (que dispõe sobre a guarda e proteção pelo poder público dos monumentos arqueológicos), Portaria do Iphan n.7 de 11/02/1988, Instrução Normativa do Iphan n.1 de 25/03/2015 e Portaria do Iphan n.196 de 18/05/2016. Quanto a penalidades legais imputadas a crimes contra o patrimônio cultural ver: Art. 165 do Código Penal e Art. 62 da Lei 9605 (que dispõe sobre Crimes Ambientais).

Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1762/>

<sup>68</sup> Na *homepage* do NuPARq estão disponibilizadas algumas teses e dissertações de pesquisadores temporariamente vinculados ao núcleo. Ver: <http://www.ufrgs.br/nuparq/banco-de-teses-e-dissertacoes>

Técnica e que disponha de certificação das condições de segurança contra incêndio, emitida pelo corpo de bombeiros, e que em caso de Projetos de Arqueologia de Contrato, os valores arrecadados pela instituição via endosso sejam investidos na manutenção dos acervos e dos edifícios que os abrigam.

A Portaria 196/2016 sugere que a Reserva Técnica deve ser exclusiva para guarda de acervos, com tamanho e condições adequadas de acondicionamento, armazenamento e segurança (evitando trânsito de pessoas não autorizadas) e que se localize em andar térreo, devido ao peso do acervo e mobiliários, evitando problemas na estrutura do edifício. A Portaria 196 também especifica que a instituição não deverá se limitar a guardar os acervos, mas incentivar e promover a pesquisa, bem como a sua extroversão, por meio de exposições, publicações e ações educativas. Por fim, estabelece que casos de roubo, extravio, vandalismo e desastres, assim como doações de acervos para outras instituições, deverão ser comunicados ao Iphan. Neste último caso, o transporte de coleções arqueológicas em território nacional atende às recomendações da Instrução Normativa do Iphan n.1 de 25/03/2015 (art. 52 e 53), devendo ser previamente requerida e justificada ao Centro Nacional de Arqueologia que solicitará à Coordenação Regional do Iphan, responsável pela Unidade da Federação em questão, a avaliação das condições técnicas do local que receberá as coleções, bem como as condições de transporte, acondicionamento e documentação do acervo, incluindo inventário.

Sugestão de gerenciamento dos acervos arqueológicos do IFCH

Em 07/08/2017, o NuPARq recebeu uma vistoria do Iphan a fim de avaliar se as coleções sob guarda estavam de acordo com as determinações da Portaria 196, constatando-se a necessidade de adequações das instalações do IFCH em relação a segurança dos acervos (a falta de laudo dos bombeiros e a ausência de reserva técnica adequada) e a necessidade de inventário das coleções originadas antes de 2016. O ofício do Iphan com o laudo é de 2018 quando o NuPARq ainda contava com verbas para pagamento de bolsistas através do projeto 3974 UFRGS/FAURGS, contudo, este projeto não foi renovado em janeiro de 2019, em função de perda do prazo de vigência e atualmente o inventário do acervo encontra-se paralisado.

Também em atendimento às recomendações do Iphan, no projeto de reforma dos espaços físicos do IFCH, foi sugerido que o NuPARq seria transferido para o primeiro andar do Prédio A1, ocupando uma área, no mínimo, equivalente em metros quadrados a ocupada atualmente, e que atenda as especificações técnicas da Portaria 196, com espaços separados para reserva técnica, laboratório e extroversão, atividade esta associada ao MUAE, que por um lapso da comissão responsável pela proposta, não encontra-se contemplado no novo plano de gestão, correndo, portanto, o risco de ser fechado. Uma alternativa de gestão das coleções foi proposta em reunião plenária do departamento de História, em dezembro de 2018, através de doação do acervo do NuPARq para a FURG. No entanto, qualquer destino destas coleções deve ser encaminhado, justificado e intermediado pelo Iphan conforme legislação patrimonial aqui esclarecida.

A doação destas coleções, por sua vez, também abre o perigoso precedente de controle do tipo de pesquisa possível nas Universidades Públicas, impedindo o desenvolvimento de novos projetos de pesquisa que tratem da história indígena da longa duração por motivos de carências infra-estruturais que deveriam ser supridas pelos órgãos competentes. Desta forma, como arqueólogas e professoras do IFCH/UFRGS gostaríamos de contar com o apoio dos colegas pela manutenção dos acervos do NuPARq na UFRGS e pelo atendimento à legislação pertinente quanto às decisões tomadas pela direção e órgãos colegiados do IFCH quanto ao destino destas coleções.

**APÊNDICES**



**APÊNDICE A - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO USO DA ENTREVISTA**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
CURSO DE BACHARELADO EM MUSEOLOGIA**

**A U T O R I Z A Ç Ã O**

Eu .....,  
abaixo assinado(a), autorizo Carina Kaiser Miranda da Silva, estudante do curso de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a utilizar as informações por mim prestadas, para a elaboração de dissertação e está sendo orientado pela Profa. Letícia Julião e coorientada por Fernanda Albuquerque. Gostaria de ser identificado pelo nome (  ) Sim ou (  ) Não.

Porto Alegre, ..... de ..... de 2019.

---

Assinatura do entrevistado

## APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Você está sendo convidado(a) para participar desta entrevista por seu envolvimento com o Museu Universitário de Arqueologia e Etnologia da UFRGS. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição que ela aqui representa. Esta investigação tem como intuito pesquisar o contexto da formação e musealização das coleções do MUAE. Sua participação nesta pesquisa consistirá apenas em responder as questões apresentadas durante a entrevista.

A pesquisa pode trazer riscos no que tange a esclarecimento e exposição dos entrevistados, assim como pode beneficiá-lo no reconhecimento de seu trabalho enquanto pesquisador e docente na universidade. Conforme Res. 510/16, os registros da pesquisa devem ser guardados por 5 anos, serão gravados no formato de áudio e transcritos para uso na dissertação. O participante tem o direito de requerer as transcrições da entrevista, para conhecimento, ou mesmo o direito de requerer caso retire o consentimento de participação na pesquisa.

As informações obtidas através dessa entrevista serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Seus dados pessoais não serão divulgados. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o contato da pesquisadora, podendo tirar suas dúvidas sobre este trabalho e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Pesquisadora responsável: Fernanda Carvalho de Albuquerque Aluna pesquisadora: Carina Kaiser Miranda da Silva (carina\_kaiser@hotmail.com-) Comitê de Ética da UFRGS (51) 3308 3738 e-mail: [etica@propesq.ufrgs.br](mailto:etica@propesq.ufrgs.br). Caso concorde com os termos aqui estabelecidos, sua assinatura é solicitada no campo abaixo descrito como “Entrevistado(a)”.

---

Entrevistado(a)

---

Pesquisadora

Em caso de concessão do uso de seu nome verdadeiro no trabalho, sua assinatura é solicitado no campo abaixo descrito como “Entrevistado(a)”. Se não for realizada, será utilizado um nome fictício na descrição da entrevista.

---

Entrevistado(a)

**APÊNDICE C - ROTEIROS DE ENTREVISTAS FORMAÇÃO DE COLEÇÕES E  
MUSEALIZAÇÃO NO MUSEU UNIVERSITÁRIO DE ARQUEOLOGIA E  
ETNOLOGIA DA UFRGS.**

(Como as entrevistas são semi-estruturadas, e partem de informações já obtidas nas fontes documentais, separei por núcleos as questões aos entrevistados)

Entrevistada: Gislene Monticelli adaptado José J. Proença Brochado.

- 1) O Pronapa foi importantíssimo para a formação dos arqueólogos. Como foi sua experiência com o programa? Quais diretrizes aplicastes na área de Arqueologia , Antropologia e diretamente aos acervos?
- 3) Para as aulas teóricas e práticas os acervos eram utilizados? De que forma?
- 4) Como funcionavam os projetos de pesquisa e extensão naquela época na universidade?
- 5) Sabe-se que os acervos eram provenientes dos projetos realizados. Em que momento divide-se a arqueologia acadêmica e de contrato?
- 6) Como funcionava o processo de guarda do material recolhido nas escavações?
- 7) Como, quando e por que foi criado o LAE? Quem foram os responsáveis por esta movimento?
- 8) O que se entendia por museu naquela época?
- 9) Quanto aos acervos etnográficos, existem poucas peças no LAE. Por qual motivo seus acervos não tiveram tanta relevância para que fosse possível organizar por coleções?
- 10) De que forma eram adquiridos estes acervos etnográficos?

Entrevistado: Pedro Ignácio Schmitz

- 1) Na entrevista concedida ao Sérgio Teixeira, o professor comentou que foi o Rambo que o iniciou na Arqueologia, pois ele era pesquisador da Antropologia e como ninguém atuava seriamente nesta área aqui no Rio Grande do Sul, propôs que o senhor pesquisasse isso. Como foi esse início na Arqueologia? Como e por quem fostes orientado nesta área?

- 2) O Pronapa foi importantíssimo para a formação dos arqueólogos. Como foi sua experiência com o programa? Quais diretrizes aplicastes na área e diretamente aos acervos?
- 3) De que forma relacionava suas pesquisas com diferentes instituições? Como organizavam-se os profissionais daquela época?
- 4) Qual o destino dado aos fragmentos retirados nas escavações?
- 5) Em que contexto foi criado o LAE?
- 5) Esses fragmentos eram utilizados nas aulas? De que forma?
- 6) Havia alguma ação com esses objetos? Exposições? Oficinas?

Entrevistados: Sílvia Moehlecke Copé, José Otávio Catafesto e Sergio Baptista da Silva

- 1) Por quais razões decidiu-se criar o MUAE?
- 2) Quais os atores envolvidos neste processo?
- 3) Quais foram os primeiros acervos? Para que foram utilizados posteriormente a coleta?
- 4) De que forma a exposição fundadora foi pensada de modo a sinalizar essa criação do Museu e união dos núcleos?
- 5) Vemos que há apenas um projeto de pesquisa do MUAE inscrito no IPHAN, os restantes são em sua maioria do Nuparq (30), do LAE (5) e do NIT (1). Como se distancia e se aproxima a arqueologia acadêmica, arqueologia de contrato e arqueologia compensatória?
- 6) Como analisam a arqueologia acadêmica e arqueologia de contrato ou compensatória praticadas na UFRGS? O que as distingue? Quais as proximidades?
- 7) Quanto à lei que delibera a obrigatoriedade da educação patrimonial, como ela mudou a perspectiva da arqueologia? Enquanto medida compensatória, como isso se articulou junto aos núcleos? E o que mudou na arqueologia com essa deliberação?